

PROPOSTA

A crise dos alimentos acabou?
Sergio Schlesinger

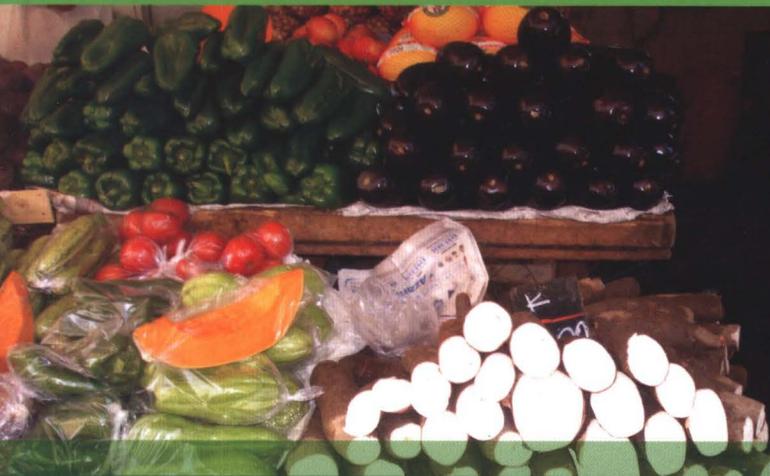
Transnacionais e novas tecnologias
contra a soberania alimentar
Silvia Ribeiro

Crise climática, fome para os povos
Diego Cardona e Irene Vélez

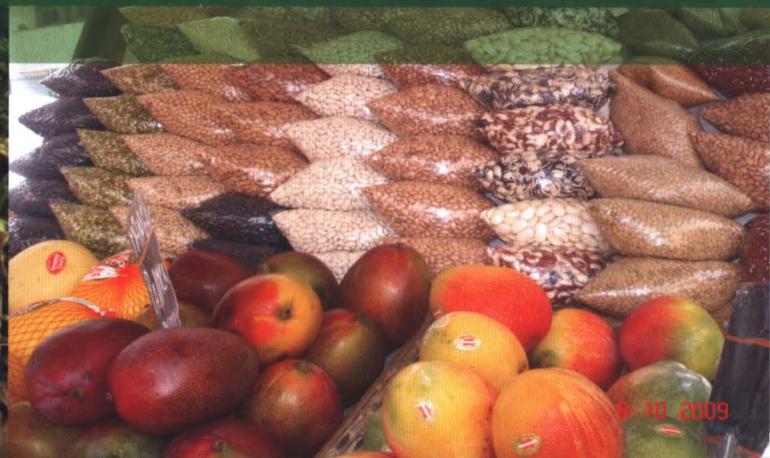
ISSN 1982-8950

Revista de Debate da Fase

2009 ANO 33 - Nº 119 - R\$ 12,



Natureza e alimentos: soberania e segurança alimentar e nutricional



16

Anna Maria de Castro

Entrevista



62

Renato S. Maluf

Políticas de
abastecimento alimentar



Trienal 2008-2010

“DEMOCRACIA E SUSTENTABILIDADE NA MOBILIZAÇÃO POR DIREITOS”



Solidariedade
e Educação

Missão

A Fase é uma sociedade civil sem fins lucrativos fundada em 1961. Sua missão é contribuir para a construção de uma sociedade democrática através de uma alternativa de desenvolvimento que contemple a inclusão social com justiça, a sustentabilidade do meio ambiente e a universalização dos direitos sociais, econômicos, culturais, ambientais, civis e políticos.

Estratégia

Como estratégia para o cumprimento dessa missão a instituição se organiza em dois programas nacionais; dois núcleos e seis programas regionais que atuam em seis diferentes Estados da Federação. Os seis escritórios regionais desenvolvem suas ações próprias de acordo com a realidade local, no entanto, articulam-se entre si e com os programas nacionais e núcleos a partir de temas comuns e muitas vezes através de redes de articulação, grupos de trabalhos e fóruns temáticos.

Objetivos

Contribuir na disputa coletiva por um Brasil fundado na democracia substantiva e em um novo modelo de desenvolvimento com sustentabilidade sócio-ambiental, através da mobilização local, nacional e internacional por direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais.

A Fase possui dois Programas Nacionais: o Programa Nacional Direito à Segurança Alimentar, Agroecologia e Economia Solidária, e o Programa Direito à Cidade - “Cidades justas, democráticas e sustentáveis”. A intervenção dos programas nacionais se materializa através da relação matricial com os programas regionais.

A Fase possui dois Núcleos Nacionais: o Núcleo de Direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais, e o Núcleo Brasil Sustentável: Alternativas à Globalização. Serão o lugar de processamento das questões estruturantes para a FASE, que dialogam de forma transversal e permanente com os programas nacionais e todos os regionais.

A Fase atua através de 6 Programas Regionais: Programa Regional Amazônia, Programa Regional Bahia, Programa Regional Espírito Santo, Programa Regional Mato Grosso, Programa Regional Pernambuco e Programa Regional Rio de Janeiro.

A Fase se articula também em Grupos de Trabalho que são o lugar de confluência entre os diversos programas e núcleos, em torno de temas, problemáticas e lutas comuns: GT de Gênero, GT Monoculturas, GT Água

A FASE conta ainda com o SAAP Setor de Análise e Assessoria a Projetos (gestão de fundos visa o fortalecimento institucional de micro-organizações a partir de pequenos apoios financeiros, e outros recursos como informação, formação e relações); e o Fundo Dema (apoio aos povos da floresta amazônica brasileira, concentrado ainda numa área de grande tensão no Estado do Pará na afluição dos rios Xingu e Amazonas).

Na Fase Nacional encontram-se o Setor de Comunicação; a Unidade de Planejamento; a Administração Centralizada; a Diretoria Executiva e os Projetos de Acompanhamento e Avaliação da Rede de Tecnologia Social e do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares.

Conselho Deliberativo

Titulares

Leilah Landim
Presidente

Paulo Pena Schütz
Vice-Presidente

Décio Lima de Castro
1º Secretário

Leila Linhares Barsted
2ª Secretária

Liszt Benjamin Vieira
3º Secretário

Suplentes

Neide Esterci
Regina Leite Garcia
Renato Sérgio Maluf
Orlando Alves dos Santos Júnior

CONSELHO FISCAL

Carlos Bernardo Vainer
Jorge Vicente Muñoz
José Moreira Bartholo
Ricardo da Gouvêa Corrêa

Direção Executiva

Jorge Eduardo Saavedra Durão
Evaílido Barbosa da Silva
Letícia Rangel Tura

Apoio institucional



www.eed.de



www.dev.org



www.fastenopfer.ch



www.icco.nl



www.oxfamnovib.nl



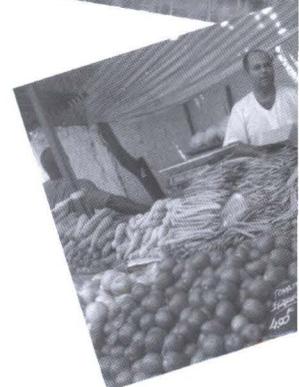
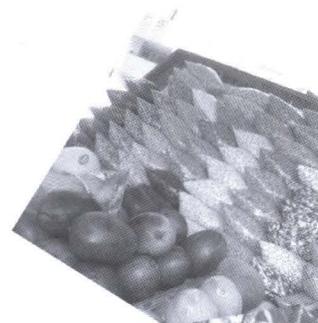
Editorial

Já não é mais possível separar a crise agroalimentar que se verifica ainda hoje – de acordo com relatório recente da FAO, mais de um bilhão de pessoas no mundo passam fome – do debate sobre o impacto do desenvolvimento capitalista no meio ambiente. As vias e meios pelos quais o capital vem se apropriando de todas as condições de manutenção da vida, sejam elas materiais ou imateriais, levam a questão alimentar a aproximar-se do debate global sobre a sobrevivência da natureza.

A promessa da Revolução Verde não se cumpriu, e nem poderia, já que a tecnificação da agricultura, que ainda tem como horizonte o comércio mundial de alimentos, continua impedindo a vastas populações o acesso regular e suficiente à alimentação. Hoje, porém, o panorama encontrado é mais complexo do que o de décadas atrás: a mercantilização dos alimentos não está mais resumida à manutenção de latifúndios agroindustriais conectados à indústria alimentícia exportadora; o que se vê agora é o projeto de alterar o próprio conceito de alimento por meio de implementos biotecnológicos que parecem se propor a substituir a biodiversidade que é herança natural e patrimônio geral dos seres vivos. Daí que a questão alimentar tenha uma fronteira cada vez mais próxima e importante com o meio ambiente.

Debater a atual crise agroalimentar não pode, portanto, se restringir a encontrar formas de aumentar a produção e manter os preços sob controle. Limitar o escopo do problema interessa àqueles que defendem o apagamento completo da fronteira entre o que é sintético e o que é natural na alimentação, sem levar em consideração o que a “quimificação” e a manipulação genética irresponsável podem significar para a saúde humana e animal, para o solo cultivado, para os corpos hídricos subterrâneos, e enfim para a própria manutenção da vida, no longo prazo, de ecossistemas e até mesmo de biomas inteiros. A fronteira entre o modo de plantar e colher no século 21 e questões de urgência tão atual, como a crise climática, nunca esteve tão clara.

Por detrás desse modelo encontra-se, contudo, o já velho e conhecido mecanismo de acumulação do capital, mais uma vez transformado historicamente para manter seus ciclos reprodutivos sem interrupção. É aí que se nos aparecem dois caminhos: a) seguir permitindo ao capital a liberdade de artificializar a natureza e aos poucos se apropriar das condições de vida até um ponto em que todas elas sejam mercadoria; ou b) iniciar processos políticos de controle público e social sobre todo o ciclo do desenvolvimento, sob critérios socioambientais estritos, dedicando especial atenção à manutenção da agrobiodiversidade, para que a soberania e segurança alimentar desta e das futuras gerações possam ser de fato asseguradas. Com esta edição de Proposta, a Fase quer novamente contribuir com a segunda opção.





4 *Edélcio Vigna e Adhemar S. Mineiro*

Soberania, Segurança Alimentar e Liberalização Comercial



9 *Sergio Schlesinger*

A crise dos alimentos acabou?



16 *Anna Maria de Castro*

Entrevista



22 *Diego Cardona e Irene Vélez*

Crise climática, fome para os povos



28 *Paula Almeida e Claudia Job Schmitt*

Agrobiodiversidade para segurança alimentar: fortalecendo os direitos dos agricultores e agricultoras

Sumário



36

Silvia Ribeiro

**Transnacionais e novas tecnologias
contra a soberania alimentar**



45

Marcelo Calazans

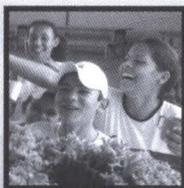
**Alimento e Resistência Agroecológica:
Quilombolas do Sapê do Norte**



50

Regina da Silva Miranda

**Segurança e soberania alimentar:
alimento ou mercadoria?**



57

Coletivo do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional

A terceirização da comida



62

Renato S. Maluf

**Políticas de abastecimento alimentar:
componente estratégico da soberania
e segurança alimentar e nutricional**



Navio sendo abastecido no Porto da Cargill em Santarém, no Pará. Foto: José Carlos Matos Pereira

Soberania, Segurança Alimentar e Liberalização Comercial

Edécio Vigna*
Adhemar S. Mineiro**

* Cientista político, assessor do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) e membro da Coordenação da REBRIP e do GT Agricultura/Rebrip.

** Economista, técnico do DIEESE e assessor da Secretaria Executiva da REBRIP.

Os conceitos de soberania e segurança alimentar e nutricional despertaram, no início dos anos noventa, uma resistência compreensível junto aos formuladores de políticas públicas governamentais. Estes conceitos foram utilizados pelas lideranças sociais como norteadores de um novo discurso, e traziam em si uma nova proposta de organização do modelo agrícola de produção. As críticas ao modelo da revolução verde já estavam fartamente evidenciadas por diversas pesquisas que exemplificavam os seus impactos negativos em todas as dimensões da vida humana, os prejuízos aos recursos naturais e os desequilíbrios que provocavam nos ecossistemas.

Esses conceitos, ferramentas necessárias para proteção dos segmentos familiares e camponeses da produção, foram se tornando aos poucos instrumentos estruturantes para a construção de um modelo agrícola alternativo de desenvolvimento. Foram incorporados e trabalhados dentro das organizações sociais e sindicais rurais, e apontaram novos caminhos de luta e resistência popular. Os governantes demoraram a sinalizar a seus corpos técnicos a construção de programas sob esses novos paradigmas, que assumissem a dimensão da segurança alimentar e nutricional. Em geral, esses novos programas de governo foram criados sob pressão das mobilizações populares, como foi o caso dos programas de crédito e de apoio à agricultura familiar¹ e camponesa.

Mesmo assim, o modelo agroquímico, filho da revolução verde, continuou e continua sendo o padrão dominante,

sustentado e se reproduzindo por meio de ações governamentais. Os pacotes químicos destinados aos produtos de exportação se renovam, os agrotóxicos continuam avançando sobre as culturas de alimentos básicos e as monoculturas se diversificam. A postura oficial, que se pauta por favorecer a agricultura de exportação, está degradando as terras mais férteis e os ecossistemas mais delicados do país. O regramento desses territórios ameaçados deveria estar na preocupação dos legisladores, a fim de desenvolver políticas públicas que recomponham a situação de soberania e segurança alimentar e nutricional do país. Isso porque as invasões, por parte dos interesses do agronegócio e das transnacionais, dos espaços de proposição legislativa, exigem correspondência no orçamento da União, desviando para seus interesses os recursos que poderiam ser destinados para programas sociais. Dessa forma, os segmentos familiares e camponeses da produção agrícola perdem duplamente:

¹ Lei nº 11.326/2006, Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

recursos públicos na disputa com o agronegócio e, com a agressão ao meio ambiente, aprofundando a crise ambiental, contaminam terras e águas, subterrâneas e de superfície.

Esse movimento tendeu a se reforçar no período dos últimos 20 anos, com a maior inserção do Brasil como exportador internacional de *commodities* agrícolas. A nova “eficiência” econômica é alcançada em um setor em que a disponibilidade de água, terra barata e clima propício têm um papel fundamental na definição da competitividade, e em que a funcionalidade da expansão das *commodities* agrícolas de exportação se apresentava de ao menos duas formas, uma dando dinamismo econômico ampliado ao velho latifúndio, ao mesmo tempo em que política e socialmente permitia aos donos da terra “transmutarem-se” no novo “agronegócio”, despidendo-se desta forma da imagem antipática e retrógrada de sempre, evidenciada na defesa da propriedade da terra nos embates da Constituição de 1988.

As turbulências financeiras do fim do século XX e a dinâmica política do começo do século XXI acabam por desenhar o ambiente onde essa metamorfose se completa. A sucessão de crises financeiras, em especial em 1998 e 2002, evidencia a fragilidade de um modelo econômico baseado na facilidade de acesso a crédito internacional. A saída de curto prazo envolvia buscar obter as divisas internacionais, que por vezes escasseavam, no mercado de crédito, pela ampliação rápida das exportações, com objetivo de saldo comercial altamente positivo. Aí, os setores em que a resposta poderia ser rápida para o Brasil são os setores de *commodities* agrícolas e minerais. Portanto, cresce o papel econômico dos grandes produtores rurais. De outro lado, sua “transmutação” oferece a seus representantes sociais a capacidade de fazer coalizões políticas que em outros momentos poderiam ser impensáveis.

Dessa forma, cresce a importância política relativa dos grandes produtores rurais, junto com o crescimento da importância das exportações agrícolas para a obtenção dos superávits comerciais que poderiam fazer o Brasil escapar das armadilhas de um crédito internacional ora fácil, ora escasso, e das turbulências financeiras causadas por esses movimentos especulativos. Por outro lado, esse mesmo processo amplia o poder desses setores ligados à grande agricultura e aos grandes proprietários rurais na definição de políticas públicas voltadas para o crédito interno, sobre as sucessivas renegociações das dívidas resultantes da ampliação desse crédito, sobre políticas ambientais e, pela sua necessidade de facilitar o acesso aos mercados internacionais, sobre as políticas de comércio

exterior. Esse setor passa a ser um dos mais importantes a contribuir para definir as posições dos negociadores brasileiros nas mesas das negociações comerciais em curso.

Além disso, o desempenho exportador acaba reforçando a tendência de expansão da grande produção e de seu modelo baseado em “pacotes” integrados com as grandes empresas transnacionais produtoras de insumos, sementes e defensivos, de um lado, e as grandes *tradings* exportadoras de outro, também estas em sua maior parte empresas transnacionais, reduzindo a margem de manobra da política interna para o setor rural, que se torna prisioneira desses interesses reforçados.



Porto da Cargill em Santarém/PA.

Os estudos têm apontado que a perda da capacidade do país de definir sua política agrícola nacional de alimentos tem levado a nação a aproximar-se de uma situação de insegurança alimentar e nutricional. Esta perda de soberania alimentar tem levado os negociadores governamentais, nos fóruns e mercados internacionais, a defender uma posição ambígua, que tem favorecido o agronegócio e prejudicado a agricultura familiar e camponesa. No plano interno, a agricultura convencional tem sido orçamentariamente beneficiada em relação à familiar. Por exemplo, para a safra 2009/2010, o governo destinou R\$ 107,5 bilhões no Plano Agrícola e Pecuário (PAP), sendo R\$ 92,5 bilhões (86%) para agricultura comercial e R\$ 15 bilhões (14%) para a agricultura familiar, que é a grande produtora de alimentos para o mercado interno.

Os governantes, políticos e setores da mídia enquadrados nos esquemas de poder desconsideram esses alertas e fortalecem os interesses conservadores que hegemonomizam as estruturas de produção, abastecimento, comercialização e distribuição, no mercado interno e

internacional. Utilizando intensivamente a propaganda, esses atores promovem movimentos conhecidos como “restauração progressista”, conseguindo estabelecer períodos de esperança para diversos segmentos da sociedade e manter as forças de coerção à disposição das elites dirigentes tradicionais.

A crise sistêmica, que aponta claramente o esgotamento do atual modelo de produção e consumo, apresenta-se como um momento propício para que os governos e as instituições multilaterais, como a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO/ONU), por exemplo, estabeleçam novos parâmetros que possibilitem a construção de um novo modelo agrário de desenvolvimento que objetive a soberania e segurança alimentar e nutricional global. Por outro lado, é fundamental reduzir o poder dos técnicos de instituições multilaterais sobre os formuladores de políticas nacionais, cujas orientações contribuíram para a crise atual. Estas instituições financeiras recomendaram de forma irresponsável aos países em desenvolvimento sul-americanos, africanos e asiáticos a desativação da estrutura de abastecimento, a supressão dos organismos de crédito público e a substituição da produção de alimentos básicos (arroz, trigo, milho, feijão entre outros) por produtos de exportação (soja, café, chá, cacau, banana, amendoim, flores etc.), argumentando que o mercado internacional garantiria a segurança alimentar, e colocaram à disposição empréstimos vultosos para infra-estrutura³.

Roosevelt Pinheiro/Abr



Colheita de soja no município mato-grossense de Rondonópolis, cidade que chegou a ser denominada capital nacional do agronegócio.

Apesar disso, do ponto de vista interno, também existem resistências às políticas liberalizantes na área da agricultura, e de rodada em rodada os trabalhadores e as trabalhadoras rurais avançaram nas suas propostas e pressionaram o Ministério das Relações Exteriores (MRE),

em especial, e outras instâncias do governo, a fim de que os negociadores incorporassem algumas de suas reivindicações. A consciência de ser sujeitos de direitos, e de que a alimentação é um direito fundamental da pessoa humana, fortaleceu progressivamente o caráter das lutas camponesas na OMC e em outras arenas comerciais.

Para a Reunião Ministerial de Cancun da OMC em 2003, por exemplo, foi elaborado um documento assinado pela sociedade civil, MRE e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) intitulado “Pelo Direito a Promover o Desenvolvimento Sustentável, a Soberania e Segurança Alimentar e Proteger e Fortalecer a Agricultura Familiar e Camponesa⁴”.

Nos diversos documentos, três instrumentos de proteção à agricultura familiar e camponesa dos países em desenvolvimento eram insistentemente repetidos: o tratamento especial e diferenciado, a salvaguarda especial e a definição de produtos especiais. Os itens mais repelidos pelas organizações sociais eram o *dumping* e os subsídios à exportação.

As pesquisas promovidas pela Rede Brasileira pela Integração dos Povos (Rebrip) e outras instituições demonstram como o modo de produção familiar é frágil diante das instabilidades do mercado nacional e internacional. Nas regiões mais pobres de Gana, por exemplo, dois milhões de pessoas sobreviviam cultivando tomate, arroz, quiabo e cebola. Nas décadas de 1980 e 1990, essas culturas subsidiadas pela União Européia invadiram o mercado, promovendo desemprego e miséria. O mesmo processo ocorreu em Camarões, também na África, com a chegada do frango congelado em grandes quantidades, trazido por multinacionais inclusive do Brasil, o que destruiu toda a produção familiar de aves. Em menos de um ano, os galinheiros de quintais foram abandonados e as famílias ficaram praticamente sem renda. Nos Estados da África Ocidental, como Mali, Benin, Togo, Chade e

² Coutinho, Carlos Nelson, As categorias de Gramsci e a realidade brasileira, in **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**, Editora Campus, 1992.

³ ActionAid. **Invasores do Comércio: A OMC e o direito à proteção dos países em desenvolvimento**, publicada em 2007.

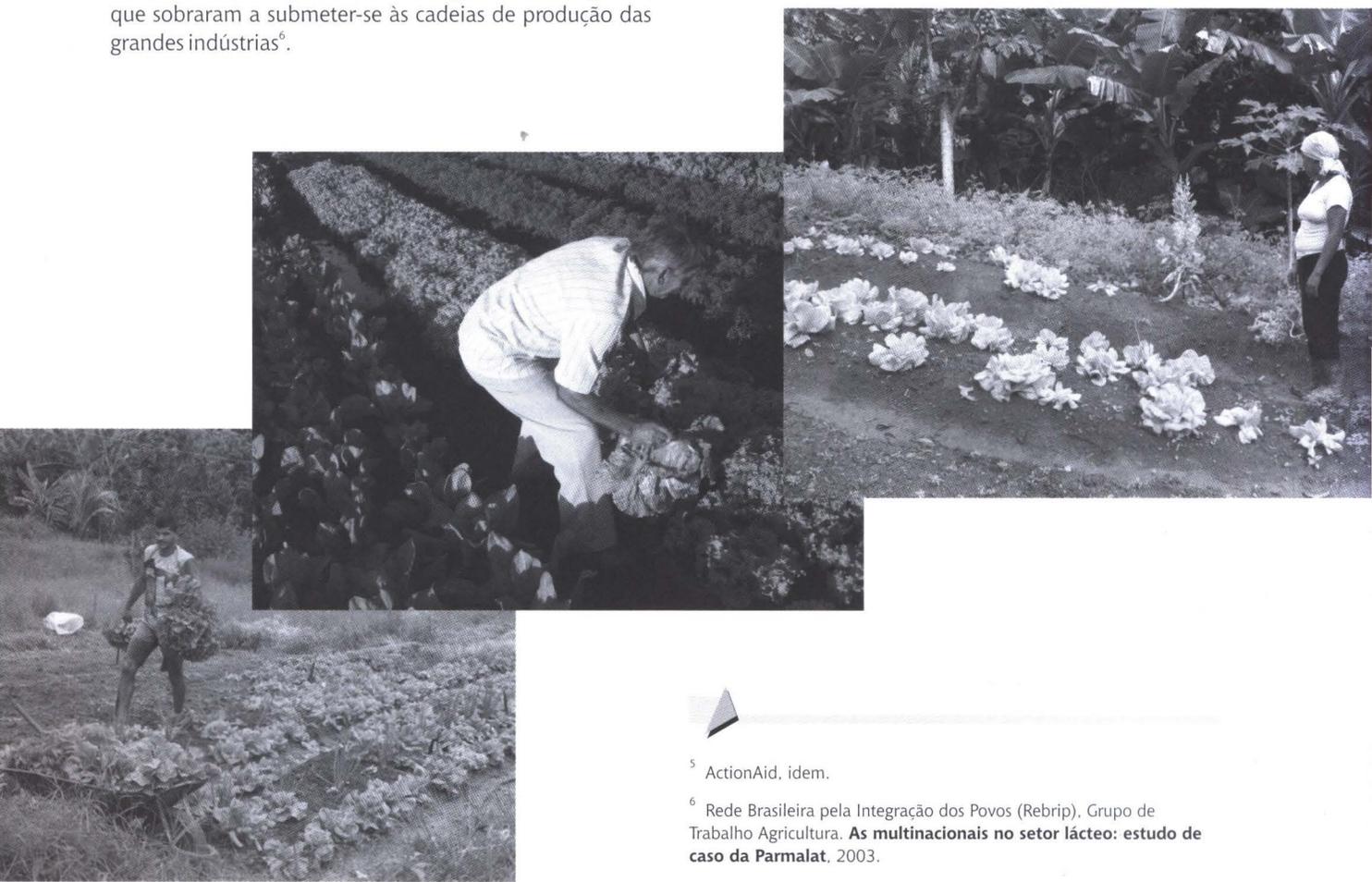
⁴ **Pelo Direito a Promover o Desenvolvimento Sustentável, a Soberania e Segurança Alimentar e Proteger e Fortalecer a Agricultura Familiar e Camponesa**, Declaração do Seminário de Brasília GT Agricultura da REBRIP, Outubro, 2005

Burkina Fasso, mais de 10 milhões de pessoas na região dependiam do algodão para subsistência. Os custos de produção deste algodão estão entre os mais baixos do mundo, tornando os produtores africanos os mais competitivos do mercado global. Porém, os subsídios que os EUA e a União Européia pagam aos seus produtores promovem o dumping e anulam qualquer vantagem comparativa⁵.

Em 2002, dos 20,4 bilhões de litros de leite produzidos no Brasil, boa parte veio da agricultura familiar, pois cerca de 80% dos estabelecimentos produtores de leite são da agricultura familiar. Entre 1996 e 2002, a divisão do mercado pelas quatro maiores empresas do setor excluiu cerca de 70 mil produtores. Neste processo, somente a empresa Parmalat excluiu 23,2 mil produtores e a Nestlé, 32 mil. Na década de 80, a tarifa de importação era de 77%, na década de 90 a tarifa caiu para 12%. As empresas multinacionais, aproveitando esta baixa na barreira alfandegária, entraram e controlaram mais de 70% do mercado produtor. Esta invasão provocou a falência da estrutura de produção leiteira na região sul e obrigou os que sobraram a submeter-se às cadeias de produção das grandes indústrias⁶.

Esses exemplos demonstram o quanto a agricultura familiar é frágil e, simultaneamente, fundamental para milhares de famílias do campo e para a soberania e segurança alimentar dos países em desenvolvimento. No Brasil, é a agricultura familiar que garante a produção de alimentos básicos. Há no país cerca de cinco milhões de propriedades familiares que ocupam 77% das pessoas que trabalham na agricultura, e que são responsáveis por 38% do valor bruto da produção nacional.

Estas questões demonstram as dimensões do desafio que as organizações sociais e os movimentos populares e sindicais terão que enfrentar, para alterar o atual modelo de consumo e produção. Como este modelo é resultado de um processo histórico, somente novas relações humanas podem desconstruí-lo. A última e vital questão é se os atuais dirigentes, considerando suas responsabilidades junto às gerações futuras, poderão realizar esse passo atrás antes que se alcance o ponto sem retorno da degradação do planeta.



⁵ ActionAid, idem.

⁶ Rede Brasileira pela Integração dos Povos (Rebrip), Grupo de Trabalho Agricultura. **As multinacionais no setor lácteo: estudo de caso da Parmalat**, 2003.



Monocultivo de cana-de- açúcar em Palmares/PE. Foto Marc/ASTM. - Acervo Fase Pernambuco .

A crise dos alimentos acabou?

Sergio Schlesinger *

* Economista, consultor da FASE e de Food and Water Watch.

O escândalo das passagens aéreas no Congresso tira das manchetes o escândalo do castelo de R\$ 20 milhões do deputado federal Edmar Moreira, corregedor da Câmara. Assim como os sucessivos escândalos do Congresso, conveniente e rapidamente, caem no ostracismo graças ao escândalo seguinte, a crise financeira global substituiu, na mídia, o espaço antes ocupado pela crise dos alimentos. Mas enquanto o noticiário alardeia aquilo que nos apresenta como a tragédia dos milionários, a crise dos alimentos, assim como o castelo do deputado Edmar, segue de pé, e seus alicerces, intocados.

É verdade que, assim como os do petróleo, os preços de grande parte dos alimentos comercializados mundialmente sofreram redução, justamente por conta da crise financeira, que forçou a retirada de capitais especulativos das bolsas de commodities e reduziu, também, a demanda por alimentos. Mas o que significa essa redução de demanda? Quem está consumindo menos comida?

Muitas análises apontam que a crise financeira resolveu, ou pelo menos adiou, a crise dos alimentos. Em entrevista à revista *Época*, Luiz Otávio de Souza Leal, economista-chefe do Banco ABC Brasil, afirma que o mundo passou por este processo em função de uma questão de demanda: "O que se projetava para frente era um crescimento muito grande da economia e a incorporação de novos consumidores ao mercado. Isso ia gerar uma pressão sobre

o preço dos alimentos. Da mesma forma que o alto preço do petróleo ia cada vez mais acelerar a busca por combustível alternativo, quando haveria a transferência de terras agrícolas para produtos energéticos. Mas essa discussão, após a queda do Lehman¹, ficou postergada."²

Na visão do jornalista espanhol Javier Blas, no entanto, a realidade sobre os alimentos no mundo é bem diferente: "Um tsunami foi a imagem escolhida para descrever o golpe da crise dos alimentos do ano passado. A situação atual lembra mais o aumento lento e impiedoso de uma maré, gradualmente arrastando mais e mais pessoas para as fileiras dos desnutridos." (...) "Nós ainda não saímos da crise dos alimentos", confirma Josette Sheeran, chefe do Programa Mundial de alimentos da ONU.³

O fato é que a crise financeira não apenas deslocou do noticiário o problema dos alimentos, mas contribuiu também para agravá-lo. Recessão ou crescimento menor, aumento do desemprego, redução da renda e das

¹ Trata-se do Lehman Brothers, banco norte-americano que fechou as portas em setembro de 2008.

² *Época Negócios*. Retrospectiva 2008 - Crise financeira pauta o dia-a-dia no mundo. 13/04/09.

³ Javier Blas. Maré impiedosa de fome global atinge 1 bilhão. *Financial Times*, 07/04/09.

remessas de dinheiro de trabalhadores imigrantes para seus países de origem são fatores que contribuíram para elevar o número de seres humanos cronicamente famintos, pela primeira vez, a um nível acima de um bilhão.

Além disso, ao contrário do que se passou com o petróleo, os preços não caíram de maneira expressiva a partir desta última crise. Em abril de 2008, na média, eles eram 60% mais altos do que 18 meses antes. Após uma forte queda no auge da crise financeira, os preços dos principais produtos agrícolas retomaram os níveis de meados de 2007.

Um exemplo é o preço atual do arroz tailandês, um referencial mundial. A US\$ 614 atualmente, custa mais que o dobro da média dos últimos dez anos, US\$ 290 a tonelada. Além disso, os preços domésticos dos alimentos em muitos países em desenvolvimento, particularmente na África sub-Saariana, não caíram nem um pouco e, em alguns casos, estão subindo de novo por causa do impacto da safra ruim e da falta de crédito para importações. Sheeran aponta precisamente para este problema: “Os preços locais estão subindo. Por exemplo, o preço do milho em Maláui subiu 100% no ano passado, enquanto os preços do trigo no Afeganistão estão 67% mais altos do que há um ano”.

Por conta da crise financeira, ainda, os agricultores em todo o mundo estão plantando menos. Reduzindo a produção mundial, contribuem para a alta geral dos preços, apesar da demanda menor. Nos Estados Unidos, o maior exportador mundial de produtos agrícolas, é esperada uma redução da área plantada de cerca de 3 milhões de hectares, representando a maior queda nos últimos vinte anos.

Em países menos desenvolvidos, um grande problema é a falta de recursos para o financiamento da produção. Neles, se prevê também queda na produtividade, devida ao menor uso de fertilizantes e de sementes de melhor qualidade.

Impactos das mudanças climáticas sobre a agricultura

Para Javier Blas, o principal cenário de pesadelo entre as autoridades de agricultura e ajuda alimentar – e para o setor de alimentos – é que uma onda “inesperada” de tempo ruim prejudique a próxima safra. Com os estoques de commodities agrícolas em baixas por muitos anos, isso poderia causar uma elevação dos preços, provocando outra crise além da econômica.

Mas, para quem vem acompanhando as safras agrícolas dos últimos anos, os problemas climáticos não corresponderiam exatamente a esta “onda inesperada de tempo ruim”. Seca em diversos países, excesso de chuvas em outros tantos, assim como problemas climáticos de toda ordem que vêm ocorrendo são responsáveis, sem dúvida, por prejuízos à produção de alimentos. O que parece escapar à percepção – ou aos interesses – de muitos é o aumento contínuo da frequência dos problemas climáticos com que o mundo se depara, trazendo obstáculos particularmente graves para a produção agrícola. Pouco se fala, também, sobre as relações entre a expansão dos modelos da monocultura e da criação extensiva de animais, o desmatamento, o aquecimento global e as quebras de safra.

A elevação da temperatura provocada pela alta concentração de gases de efeito estufa deve causar um impacto negativo na agricultura de quase todo o planeta. O aquecimento trará alguma vantagem somente para o cultivo nas regiões de alta latitude. Tornando-se menos geladas do que são atualmente, essas áreas poderão no futuro abrigar plantas que hoje não resistem ao frio. No entanto, os danos previstos são bem mais significativos do que os ganhos. A FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentos) afirma que a segurança alimentar pode ser prejudicada em três pontos: disponibilidade, acesso e estabilidade do suprimento.

O derretimento das geleiras do Himalaia, por exemplo, vai prejudicar o suprimento de água para China e Índia, comprometendo sua agricultura e agravando a insegurança alimentar nos dois países mais populosos do mundo. O mesmo deve ocorrer em países africanos, que dependem da agricultura irrigada pelas chuvas. No continente africano, a perda de produção agrícola pode chegar a 50% em 2020, segundo projeções do IPCC.

O painel de cientistas estima ainda que os trópicos terão uma redução das chuvas, com o aquecimento, e um encolhimento das terras agriculturáveis. Mesmo uma pequena elevação na temperatura (de 1°C a 2°C) pode reduzir a produtividade das culturas, o que aumentaria o risco de fome.

O Relatório de Desenvolvimento Humano de 2007/2008 do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) projetou um aumento de 600 milhões de pessoas no número de subnutridos até 2080. Já hoje algumas mudanças vêm sendo registradas em todo o mundo, como o maior número de quebras de safras e a morte de cabeças de gado, ressalta o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2008, do Banco Mundial.

Para a América Latina, o IPCC estima uma aridificação do Semi-Árido e a savanização do leste da Amazônia.

Para a agricultura, o IPCC prevê perda da produtividade de várias culturas, o que deve trazer consequências preocupantes para a segurança alimentar. Algumas dessas projeções foram confirmadas por estudo realizado pela Embrapa e pela Unicamp (2008): a maior parte das culturas brasileiras vai sofrer com a elevação da temperatura.

O caso do Brasil

Grupos que têm uma forma muito enraizada de produzir, que fazem isso há 50, 100 anos, vão ser obrigados a mudar. Isso não é fácil. A maneira de fazer o pasto como importamos da Europa, dos Estados Unidos, no modelo arrasa-quarteirão, com nenhuma árvore no pasto, vai ter de mudar. (Eduardo D. Assad, Embrapa)

O aquecimento global pode pôr em risco a segurança alimentar do Brasil nos próximos anos. De acordo com o estudo da Embrapa e Unicamp, o aumento das temperaturas pode provocar perdas nas safras de grãos no valor de R\$ 7,4 bilhões já em 2020 – quebra que pode saltar para R\$ 14 bilhões em 2070 – e alterar profundamente a geografia da produção agrícola no Brasil.

“O país está vulnerável. Mantidas as condições atuais, a produção de alimentos está ameaçada. Em termos de política, alguma coisa tem de ser feita, e rápido”, alerta o engenheiro agrícola Eduardo Assad, da Embrapa Informática Agropecuária, que coordenou o estudo ao lado de Hilton Silveira Pinto, do Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas à Agricultura da Unicamp (Cepagri).

Eles avaliaram os cenários futuros para nove culturas (algodão, arroz, café, cana-de-açúcar, feijão, girassol, mandioca, milho e soja) diante do aumento de temperatura previsto pelo IPCC. As projeções apontam que, com exceção da cana e da mandioca, todas as culturas sofrerão uma diminuição da área favorável ao plantio.

Segundo os pesquisadores, se nada for feito para mitigar os efeitos das mudanças climáticas nem para adaptar as culturas à nova situação, ocorrerá uma migração de cultivos para novas regiões, em busca de condições climáticas melhores. Áreas que atualmente são as maiores produtoras de grãos podem não estar mais aptas ao plantio bem antes do final do século. Uma das consequências mais graves, afirma Pinto, é que a

mandioca pode desaparecer do semi-árido. Apesar de, no balanço geral, a cultura ser beneficiada, podendo se espalhar para outros pontos do Brasil, ela vai desaparecer onde hoje é mais necessária para a segurança alimentar.

O estudo mostra que as áreas cultivadas com milho, arroz, feijão, algodão e girassol também sofrerão forte redução na região Nordeste, com perda significativa da produção. Toda a área correspondente ao Agreste nordestino, hoje responsável pela maior parte da produção regional de milho, e a região dos cerrados nordestinos – sul do Maranhão, sul do Piauí e oeste da Bahia – serão as mais atingidas. Já o café terá poucas condições de sobrevivência na região Sudeste.

Por outro lado, a região Sul, que hoje é mais restrita para culturas adaptadas ao clima tropical por causa do alto risco de geadas, deve experimentar uma redução desse evento extremo. Ela se tornará assim propícia ao plantio de mandioca, de café e de cana-de-açúcar, mas não mais de soja. A cultura da soja, aliás, é que a deve ser mais afetada pela mudança do clima. O trabalho prevê uma diminuição de até 41% na área de baixo risco para o plantio do grão em todo o país em 2070, gerando, no pior cenário, prejuízos de R\$ 7,6 bilhões. Isso equivalerá à metade das perdas projetadas para a agricultura brasileira daqui a seis décadas, como resultado do aquecimento global.

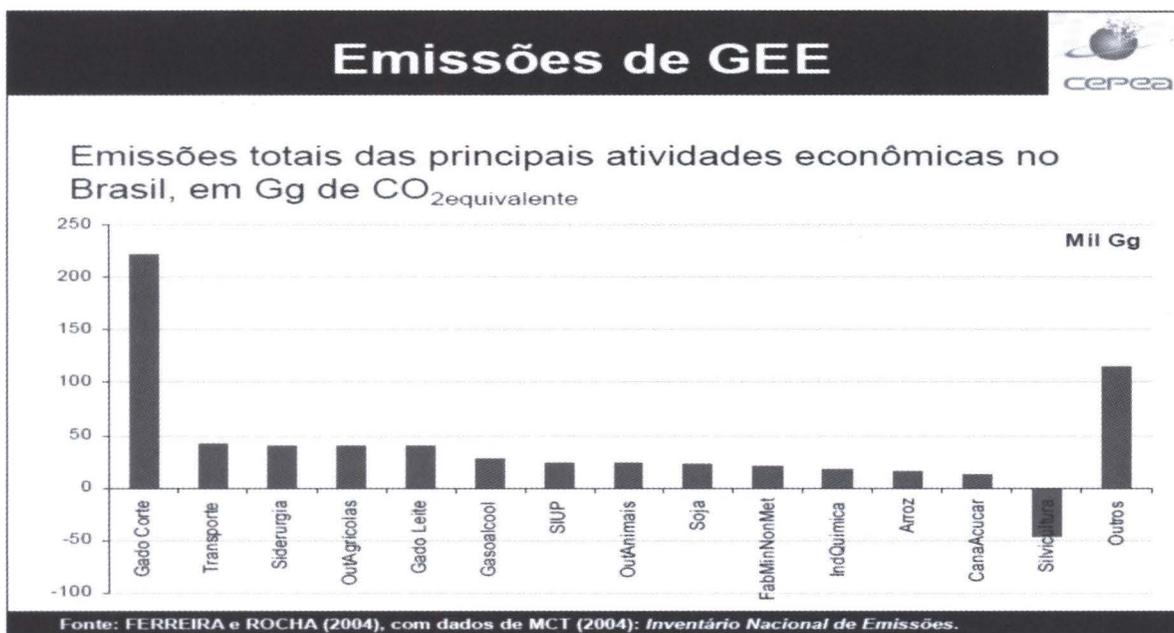
A cana-de-açúcar seria a maior beneficiária das mudanças climáticas no Brasil. A cultura se adapta bem ao calor e poderá se espalhar por uma área no mínimo duas vezes maior que a atual. A expectativa é que a cana, que hoje ocupa cerca de 7,8 milhões de hectares, possa se espalhar por até 17 milhões de hectares em 2020.



Marc/ASTM - Acervo Fase Pernambuco

O outro lado da moeda: a agropecuária na origem do aquecimento global

As atividades econômicas relacionadas diretamente ao agronegócio são as recordistas em responsabilidade pela emissão de gases do efeito estufa no Brasil, com destaque para o desmatamento, a pecuária e agricultura, nesta ordem de importância.



Gg: Gigagramas.

O desmatamento, onde se destaca a Amazônia, lidera as emissões brasileiras, sendo responsável por 55% do total. Pecuária e agricultura, com 25% (mais ou menos a metade disto cada uma) vêm em seguida. Assim, 80% das emissões atuais no Brasil vêm destes três "setores".

Os estudos apontam que, se nenhuma medida for adotada, a participação do setor agropecuário nas emissões de gases do efeito estufa (GEE) aumentará de 25% para 29%, entre 2005 e 2030. A participação da pecuária é ligeiramente maior nos dias de hoje, mas a atividade agrícola tende a crescer mais e superá-la. No caso da pecuária, as emissões do gás metano são o problema maior.

Além dos já apresentados, há outros cálculos sobre a participação do gado bovino nas emissões de GEE do Brasil. Segundo Paulo Barreto, do Imazon, não existe um estudo científico preciso do volume dos GEE do desmatamento feito para formação de pastagens. "É possível, no entanto, estimar uma ordem de grandeza. Se 75% a 80% do desmatamento na Amazônia são devidos à abertura de pastagens, então, só esse processo, na Amazônia, responde por 41% a 48% das emissões de GEE brasileiras."

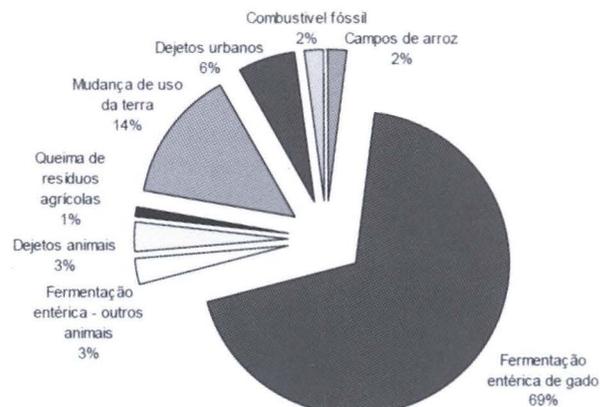
"Somando a esse número as emissões da atividade do gado de corte em si – segundo estudos recentes, algo como 9% das emissões totais do país – conclui-se que direta ou indiretamente a carne bovina produz em torno

de 60% dos GEE do Brasil. Isso é mais que o triplo da média global, que o relatório da FAO estima em 18%⁴."

Segundo Matheus de Almeida, da ESALQ-USP, o setor produtivo nacional teme boicotes e barreiras tarifárias, já que, segundo a FAO, a média de emissões do gado brasileiro (45kg de CO₂ equivalente) é muito superior à do gado europeu (entre 15 kg e 25 kg de carbono) por 1 kg de carne.

Emissões setoriais de metano no Brasil em 1994

Fonte: Brasil-MCT (2004)



⁴ Igor Zolnerkevic. Efeitos globais do bife brasileiro. *Scientific American Brasil*, nº 82, março de 2009. Disponível em http://www2.uol.com.br/sciam/reportagens/efeitos_globais_do_bife_brasileiro.html.

Estudo recente publicado pelo CEPEA-ESALQ (Zen, 2009) também aponta, além da destruição dos ecossistemas, da degradação do solo e da poluição dos recursos hídricos, a contribuição expressiva da pecuária para o aquecimento global. "Devido ao grande número de animais existentes no mundo todo, estimativas mostram que o rebanho bovino emite cerca de 9% do total desses gases gerados por ação humana. Essa participação é maior que setores vistos como poluidores, como é o caso do setor de transportes.

Da mesma forma que os demais documentos aqui mencionados, o texto da ESALQ também aponta a qualidade da alimentação do gado como responsável pela quantidade de gás metano emitido. Por isso, indica que "o primeiro passo na tentativa de diminuir a participação da bovinocultura no aquecimento da temperatura global seja o aumento da produtividade, através do fornecimento de alimentos de melhor qualidade. Apesar do aumento das emissões diárias, essa ação diminuiria o tempo de vida de um animal e, segundo pesquisadores, poderia diminuir 10% da emissão de metano por quilo de carne produzida."

Com isso, a ESALQ recomenda a adoção de sistemas mais intensivos de produção, citando: melhoria de pastagens e implantação do sistema rotativo; semiconfinamento e confinamento; e sistemas alternativos como a integração lavoura-pecuária e sistemas silvipastoris. (Zen, 2009).

A integração lavoura-pecuária, por sua vez, é preconizada também pela Abiove – Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais. A proposta da Abiove no sentido de aumentar a renda do produtor rural é o "desenvolvimento de mecanismos que levem à diversificação e agregação de valor à produção de grãos. Isto pode ser feito transformando o produtor de grãos (soja e milho), principalmente no Cerrado, em produtor de carnes (aves e suínos) para exportação. A possibilidade de agregar valor à produção de grãos através da produção de carnes para exportação levaria à geração dos recursos necessários para preservar o meio ambiente, fazendo a conservação através do uso sustentável". (Abiove, 2007).

O que podemos esperar?

O Ministério da Agricultura também defende esta proposta. Afirma que, nos próximos anos, cerca de 30 milhões de hectares de pastagens com baixa produtividade deverão ser liberados para a agricultura através do sistema de integração lavoura-pecuária. Na verdade, o que se propõe é o mesmo modelo de produção

integrada já vigente para a produção de frangos, porcos, fumo, soja e outros produtos agropecuários, através do qual o mencionado valor agregado é apropriado pelas grandes empresas do setor agroindustrial, em prejuízo da agricultura familiar. (Schlesinger, 2008)

A produção de agrocombustíveis, apesar de, como a crise dos alimentos, não freqüentar as manchetes nos últimos tempos, promete seguir crescendo e disputando o território brasileiro, seja com a produção de alimentos, seja com sua vegetação original. A cana-de-açúcar é o cultivo que deverá seguir crescendo de maneira mais acelerada.

Mesmo que isto aconteça predominantemente sobre áreas degradadas, como anuncia o governo, outras culturas vão sendo deslocadas ou reduzidas. Em casos como o de São Paulo, que já produz cerca de 60% da cana-de-açúcar do país, esta cultura vem ocupando principalmente o lugar do gado. Pode se esperar, com isso, que, mantidas as condições atuais, a Amazônia seja a região preferencial de expansão do gado bovino no Brasil.

O governo brasileiro tem projetos ambiciosos também para o dendê. Segundo a Folha de São Paulo, a primeira etapa do programa de cultivo da palma em larga escala, que ganha os últimos retoques do governo, deverá ocupar uma área equivalente a quase sete vezes a cidade de São Paulo com plantações de dendê na Amazônia⁵.

A área total projetada para a expansão do cultivo de dendê na Floresta Amazônica, segundo Reinhold Stephanes, ministro da Agricultura, é dez vezes maior: ela equivale ao tamanho do Estado de Pernambuco. Segundo ele, 10 milhões de hectares poderão ser ocupados pela "prima-irmã das palmáceas amazônicas". A denominação "prima-irmã" faz parte da estratégia adotada para conseguir a mudança no Código Florestal que permitiria a recomposição de áreas desmatadas da Amazônia com espécies exóticas à floresta, como é o caso do dendê, originário da África.

A área hoje plantada é estimada em 70 mil hectares, o que representa 7% da meta inicial do governo. "Com 1 milhão de hectares dá para deixarmos de importar e garantimos a produção de biodiesel até a fase do B-5 (mistura de 5% ao óleo diesel). Isso é economicamente,

⁵ Marta Salomon. Governo expandirá dendê na Amazônia. **Folha de São Paulo**, 05/04/09.

socialmente e ambientalmente ótimo", sustenta o ministro. Feitas as contas, fica evidente que o desmatamento esperado seria responsável por uma emissão de gases do efeito estufa muito maior do que a redução obtida com a substituição do óleo diesel.

Além disso, em matéria de monocultivos para a produção de energéticos, as previsões são de forte aumento da área plantada com eucaliptos, e não só para expandir a produção de papel e celulose. Os planos da indústria siderúrgica incluem forte aumento do plantio, de modo a abastecer seus fornos com carvão vegetal obtido exclusivamente a partir de eucaliptos.

Na avaliação do secretário-executivo do Ministério da Agricultura, Silas Brasileiro, "temos clima, solo e condições de abastecer todo o mercado, principalmente o siderúrgico. Se tivermos a preocupação de usar as áreas degradadas, principalmente as de pastagens, para o cultivo das florestas, vamos ter renda para o produtor, abastecimento para o mercado, sem abrir novas áreas".

Como se vê, todos estes projetos de expansão prometem desenvolver-se em áreas de antigas pastagens degradadas. Nas negociações comerciais internacionais, o governo brasileiro vem privilegiando a retirada das barreiras externas aos produtos da agropecuária, sobretudo às carnes e agrocombustíveis, para aumentar ainda mais suas exportações. Se tudo correr como deseja o governo brasileiro, a pecuária e os monocultivos seguirão crescendo, e com eles, a extensão das áreas degradadas. E assim (é preciso reconhecer) áreas degradadas não faltarão tão cedo.

Referências

ABIOVE. **Produção responsável no agronegócio da soja**. Abril de 2007.

EMBRAPA/UNICAMP. **Aquecimento global e a nova geografia da produção agrícola no Brasil**. Agosto de 2008. Disponível em www.climaeagricultura.org.br.

LIMA, M. **Inventário Estadual de Emissão de Gases de Efeito Estufa no Setor Agropecuário**. Embrapa Meio Ambiente. CETESB, 2007.

SCHLESINGER, S. **Lenha nova para a velha fornalha: a febre dos agrocombustíveis**. Rio de Janeiro. FASE, 2008.

ZEN, S. **Pecuária de corte brasileira: impactos ambientais e emissões de gases efeito estufa (GEE)**. São Paulo. CEPEA/ESALQ, 2009.



Forno de carvão/ES



Deserto verde (Monocultivo de eucalipto/ES)



Desmatamento na Amazônia

Entrevista

E

ntrevista com **Anna Maria de Castro**

Marco Fernandes - CoordCOM/UFRJ



Por ocasião do 10º aniversário da morte de Josué de Castro, em 1983, a Fase publicou o livro *Raízes da Fome*¹. No ano passado, este grande intelectual brasileiro foi lembrado em muitas iniciativas pela passagem dos 100 anos de seu nascimento. A Fase quer prestar-lhe novamente uma homenagem, neste número da revista Proposta. Rememorar seu pensamento, suas pesquisas e seu engajamento político é extremamente significativo para nosso trabalho político-educativo hoje, na defesa da causa da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. A professora Anna Maria de Castro, filha de Josué de Castro, concedeu a entrevista abaixo, e deixou uma pequena introdução acerca da vida e da obra de seu pai, que também reproduzimos aqui.

“ Josué de Castro é uma destas figuras marcantes de cientista, que teve uma profunda influência na vida nacional e grande projeção internacional nos anos que decorreram entre 1930 e 1973. Ele dedicou o melhor de seu tempo e de seu talento para chamar a atenção para o problema da fome e da miséria que assolavam, e que infelizmente ainda assolam, o mundo. Por isso é importante fazer uma reflexão sobre sua vida e obra, extraindo ensinamentos úteis para o desenho de nosso futuro. Crítico das especializações, todo seu trabalho científico foi marcado pela multidisciplinaridade. E o tema da fome foi sua corajosa escolha. Além da fome, também estudou questões de interesse global que lhe são relacionadas, como o meio ambiente, o subdesenvolvimento e a paz. A apropriação injusta e ilegal da generosidade e abundância dos recursos da natureza é, segundo Josué, responsável pelo subdesenvolvimento, geradora de miséria e fome. A paz dependeria, fundamentalmente, do desarmamento aliado a um equilíbrio econômico do mundo, a partir de uma distribuição da riqueza visando o verdadeiro desenvolvimento a ser buscado, o humano. Com esta primeira e curta abordagem, espero poder situar os leitores no universo intelectual de Josué de Castro, cuja formação primeira como médico não foi suficiente, em suas próprias palavras, para dar conta de examinar o complexo fenômeno da fome. Assim, o médico pernambucano aos poucos se transformou no geógrafo, professor, cientista social, diplomata, político. E cidadão do mundo”.

Passados mais de 50 anos desde que Josué de Castro publicou os seus livros *Geografia da Fome* e *Geopolítica da Fome*, a fome continua a ser um problema mundial e no Brasil. A fome vai atingir recorde de 1,02 bilhão de pessoas no mundo, em 2009, o que representa 11% a mais do que em 2008, segundo um informe recente da FAO. É uma crise que afeta 1/6 da humanidade. Em que medida as causas estruturais do “flagelo da fome fabricado pelos homens contra outros homens”, como dizia Josué de Castro, permanecem atuais?

As causas estruturais que provocam a fome no mundo não só permanecem, como de certo modo se acentuaram. A atual crise financeira e econômica que neste início de século atinge o mundo está deixando claro que, mais uma vez, o homem e suas necessidades, entre elas sua alimentação, não são levadas em conta pelos governos e autoridades mundiais, com raras exceções para confirmar a regra. Se examinarmos os recursos financeiros que em toda parte do mundo foram carregados para “salvar” o sistema financeiro internacional, vamos verificar que se apenas 50% fossem encaminhados aos países mais

pobres do mundo, provavelmente a fome não atingiria o vergonhoso número relatado pela FAO. Na década de 50, quando presidiu o Conselho de Administração da FAO, embora os números não fossem tão expressivos, Josué alertou os países ricos e desenvolvidos para o caminho da solução deste grave flagelo mundial. Na medida em que assumiu a condição de porta-voz do terceiro mundo, enfrentou forte

¹ Minayo, Maria Cecília de Souza (org.) *Raízes da Fome*, FASE-VOZES, Petrópolis, 1985

oposição dos países desenvolvidos, especialmente Estados Unidos e Inglaterra, para a concretização de suas propostas, entre as quais se destacavam: a criação de uma reserva alimentar de emergência; o desenvolvimento de vários programas de cooperação técnica para melhoria e aumento da produção agrícola nos países do terceiro mundo; programas de capacitação de mão-de-obra; além da batalha em realizar uma verdadeira reforma agrária nas áreas mais pobres do planeta e, desta forma, poder incrementar a produção de alimentos, gerar empregos, renda e combater a fome. Ao deixar a FAO, em 1957, Josué de Castro organizou e fundou a Associação Mundial de Luta Contra a Fome (ASCOFAM), visando despertar a consciência do mundo para o problema da fome e da miséria, além de promover projetos demonstrativos de que a fome pode ser vencida e abolida pela vontade dos homens. Registros históricos apontam que foi somente após a publicação da *Geografia da Fome* que a comunidade científica e a sociedade em nosso país passaram a compreender que o fenômeno da fome não era um fato resultante das intempéries ou caprichos da natureza inclemente. Josué afirmava que, a despeito da fome sempre ter existido, o que pretendia denunciar, fato hoje plenamente reconhecido, era a perspectiva de que a fome é um fenômeno social, criação do homem, portanto responsabilidade dos próprios homens e não da natureza, como se acreditava ou simulava-se acreditar, por conveniência. Até hoje, passados mais de cinquenta anos, como lembra a pergunta, o livro *Geografia da Fome* impressiona como um grito de alerta de um brasileiro que procurou analisar um fenômeno próprio de país pobre, e que tentou como um profeta mostrar os perigos

dos caminhos então escolhidos, ao mesmo tempo em que lutava por um novo modelo de desenvolvimento que defendesse o homem, e não o capital. No caso do Brasil, a fome e a miséria persistem até hoje como resultado de uma cruel concentração de renda, poder e propriedade, que provoca um imenso abismo entre os ricos e os pobres. Somos uma sociedade que forjou um país de contrastes, que jamais conseguiu ser senhor de sua própria história, que jamais se preocupou seriamente em atender as necessidades mínimas da população, e por isto mesmo desenvolveu uma ideologia explicativa da desigualdade social como algo inerente a toda e qualquer sociedade, fruto do clima, da raça, da mestiçagem ou mesmo dos desígnios divinos. Uma sociedade construída pela violência de poucos sobre muitos, do branco sobre o negro, do senhor sobre o escravo, dos proprietários sobre os trabalhadores. Entretanto, podemos assinalar progressos no trato da matéria pela sociedade brasileira. O debate em torno da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) intensificou-se a partir da década de 90, principalmente em razão de importantes ações desenvolvidas por movimentos e organizações governamentais e da sociedade civil. Ressalte-se o impacto causado pelo “Mapa da Fome”, elaborado pelo IPEA em 1993. Esta pesquisa contabilizou cerca de 32 milhões de brasileiros em situação de pobreza e indigência. No mesmo ano, foi criado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Pouco depois, instalou-se o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional. Em 2003, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva eleva o tema à condição de ministério ao criar o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar, depois sucedido pelo

atual Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Todos estes gestos assinalam a intenção do atual governo em garantir o direito de todos ao acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente. A rearticulação de uma esfera pública como o CONSEA demonstra a importância da parceria com a sociedade civil e, sobretudo, a busca de um espaço público onde se possam produzir mediações em torno da política de segurança alimentar.

Josué de Castro tinha a percepção clara da importância de relacionar a questão alimentar e a questão nutricional. Chamou-nos a atenção sobre a fome oculta. Dizia que “a fome endêmica era talvez o problema maior dentro do drama da fome”. Explique-nos como se atualiza hoje esta percepção no contexto brasileiro.

Sua compreensão do problema da fome contemplava duas vertentes. A primeira entendia que fome não é necessariamente a falta de alimentos, e a segunda, que a fome não é um fato natural. No primeiro caso, falava da alimentação inadequada, isto é, quando são ingeridos alimentos que não possuem os nutrientes capazes de satisfazer as necessidades do organismo. Nutrientes estes responsáveis pela manutenção e equilíbrio da saúde. Assim, uma série de doenças que assolam as populações pobres, como o sarampo e a catapora, provocam a morte por conta da subnutrição das crianças. Com este raciocínio, ele contrariava o sentido clássico da palavra fome, entendida apenas como a falta de alimento. Os estudos médico-

sociais mais modernos demonstram que nenhum fator tem maior influência sobre o equilíbrio vital e manutenção dos níveis de vida do que a alimentação. Assim, num mundo onde não se consiga obter condições de vida similares para todos os homens ao nascer, se produzirão conseqüentemente grandes contrastes nos futuros níveis de saúde e capacidade intelectual destas populações. Na segunda vertente, ele entendia que a fome não é um problema natural resultante das intempéries ou de causas sobre as quais o homem não mantém controle, ao contrário, é produto das relações econômicas que se processaram em nosso país e que fizeram com que apenas uma pequena parcela da população tivesse acesso aos bens produzidos. Josué não cuidava, assim, da fome individual, mas do fenômeno da fome coletiva, que atinge “endêmica ou epidemicamente” as grandes massas humanas. Interessava-se, sobretudo, pelo fenômeno “da fome parcial, da chamada fome oculta, na qual, pela falta permanente de determinados elementos nutritivos, em seus regimes habituais, grupos inteiros de populações se deixam morrer lentamente de fome, apesar de comerem todos os dias. É principalmente o estudo dessas coletivas fomes parciais, dessas fomes específicas, em sua infinita variedade, que constitui o objetivo nuclear do nosso trabalho”, afirmava Josué. Recordemos do prefácio à 1ª edição do seu grande livro, que fora escrito sob a influência psicológica da “atmosfera abafada pela fumaceira das bombas e dos canhões, pela pressão das censuras políticas, pelos gritos de terror e de revolta dos povos oprimidos e pelos gemidos dos vencidos e aniquilados pela fome”. E continua: “O que tentaremos mostrar é que, mesmo quando se trata da pressão modeladora de forças econômicas ou

culturais, elas se fazem sentir sobre o homem e sobre o grupo humano, em última análise, através de um mecanismo biológico: é através da deficiência alimentar que a monocultura impõe, é através da fome que o latifúndio gera, e assim por diante. Não defenderemos, pois, nenhuma primazia na interpretação da evolução social brasileira. Nem o primado do biológico sobre o cultural, nem o do cultural sobre o biológico. O que pretendemos é pôr ao alcance da análise sociológica certos elementos do mecanismo biológico de ajustamento do homem brasileiro aos quadros naturais e culturais do país”. Nos dias que correm, dois conceitos têm contribuído para a atualização desta compreensão de Josué sobre o fenômeno da fome: os conceitos de segurança alimentar e de soberania alimentar. O primeiro afirma o direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis. O segundo assegura aos países o cultivo de alimentos suficientes e diversificados para satisfazer as necessidades de suas populações.

Consideramos fundamental, na Fase, identificar os vínculos entre a crise do sistema agroalimentar e os problemas ambientais, que se manifestam hoje pela privatização da natureza, degradação ambiental, ameaças à biodiversidade e mudanças climáticas. Josué de Castro manifestou claramente a preocupação com a preservação da natureza, e suas reflexões ecológicas estão evidenciadas em

seu livro *Geografia da Fome*. Fale-nos um pouco a respeito dessas reflexões e sua relação com o contexto atual.

Josué de Castro foi também pioneiro nos estudos relativos ao desenvolvimento dos países à época denominados do terceiro mundo. Há mesmo alguns estudiosos que afirmam que o termo subdesenvolvimento teria sido cunhado por Josué de Castro. No seu tempo ainda não havia clareza sobre a idéia de sustentabilidade, mas seu pensamento apresenta um alto grau de atualidade sobre as discussões que se travam no mundo de hoje. Josué de Castro recomendava que, como habitantes do terceiro mundo, devemos condenar a idéia de frear o desenvolvimento e o crescimento. Concorda que a forma de desenvolvimento atual degrada o meio ambiente e o ser humano, mas afirma que não se pode paralisar a economia e ignorar sua dinâmica. O desenvolvimento deve continuar a ser fomentado sobre bases diferentes, a partir de uma opção por um futuro mais adequado para satisfazer as necessidades do homem. Os países ricos devem diminuir o crescimento de coisas fúteis e aperfeiçoar o que for útil, especialmente bens não materiais, como serviços indispensáveis à melhoria da condição humana. E os países subdesenvolvidos não devem se deter, pois isso seria uma grande injustiça que confirmaria que as más conseqüências do desenvolvimento recaem apenas no grupo mais pobre. Entretanto, os países do terceiro mundo não deveriam repetir os erros cometidos pelos mais ricos, buscando criar e utilizar técnicas adequadas à sua realidade. Os

países subdesenvolvidos se beneficiarão ao implementar uma economia autônoma que permita o desenvolvimento sem depender dos mercados ou técnicas do exterior. É preciso mudar a qualidade do desenvolvimento, e não paralisá-lo. Assim como a biosfera muda constantemente, o homem precisa mudar sua maneira de pensar e se transformar em um novo tipo de homem, capaz de inventar técnicas que se adaptem à natureza e não a degrade ainda mais. A mais esclarecedora intervenção de Josué de Castro sobre meio ambiente ocorreu no "Colóquio sobre o Meio", realizado em junho de 1972 em Estocolmo. Sob o título *Subdesenvolvimento: Causa Primeira da Poluição*, discutia a importância dos problemas do meio para os países subdesenvolvidos, já que a poluição parecia circunscrita quase exclusivamente aos países com alto nível de industrialização e concentração urbana, geradores de um grave desequilíbrio e degradação do meio natural. Para Josué, era preciso definir com maior precisão os conceitos de "meio" e de "desenvolvimento". Uma análise correta do meio deveria ampliar sua visão para além de um sistema de relações mútuas entre os seres vivos e o contorno natural, vistos como fenômenos isolados. *"Uma análise correta do meio deve abarcar o impacto total do homem e de sua cultura sobre os elementos restantes do contorno, e o impacto dos fatores ambientais sobre a vida do grupo humano considerado como uma totalidade. Desse ponto de vista, o meio abrange aspectos biológicos, fisiológicos, econômicos e culturais, todos combinados na mesma trama de uma dinâmica ecológica em transformação permanente"*. Em relação ao conceito "desenvolvimento", seria falsa sua avaliação a partir do critério único do crescimento econômico, pois este

não é meramente quantitativo, compreende aspectos qualitativos dos grupos humanos a que se refere. Desenvolvimento implica mudanças sociais sucessivas e profundas, que acompanham inevitavelmente as transformações tecnológicas do meio. Assim, afirmava que "crescer é, em linhas gerais, fácil. Desenvolver equilibradamente, difícil. Tão difícil que nenhum país do mundo conseguiu ainda. Desta perspectiva, o mundo todo continua mais ou menos subdesenvolvido".

Josué de Castro associou o fenômeno da fome ao "regime inadequado da estrutura agrária". Questionou o latifúndio. Defendeu a reforma agrária como uma necessidade histórica para o país. Passadas tantas décadas, mantém-se o quadro da concentração de terras associado à crescente degradação ambiental. O direito de acesso a terra e os direitos territoriais das populações tradicionais continuam na pauta dos movimentos sociais. Como vê a relação da luta pela reforma agrária hoje e a campanha pelo limite do tamanho da propriedade com a defesa da causa da soberania e segurança alimentar e nutricional?

A economia capitalista, baseada no ideário liberal da livre concorrência e da livre empresa, viabilizou o crescimento das economias centrais por conta da usurpação da riqueza de países pobres, ex-colônias, com economias voltadas para a exportação de bens primários complementares, necessários ao desenvolvimento dos países ricos. Dividiu-se assim o mundo entre países centrais, ricos, e países dependentes, pobres. Aos segundos, cabia produzir alimentos e bens primários determinados

pelos países centrais. Nunca foram, os pobres, "donos" de suas economias, só podiam produzir o que faltava nos países ricos. No Brasil, fomos vítimas desta cruel divisão. Assim, foram vencidos nossos ciclos econômicos: a exploração do pau-brasil, o ciclo extrativista do ouro, o ciclo do açúcar, que usou fartamente a mão-de-obra escrava, e o ciclo do café já usando a mão-de-obra dos emigrantes. Em nenhum momento fomos sujeitos de nossa própria história. Só produzimos o que interessava ao capital internacional e importamos, destes países, todos os bens para o consumo interno e os necessários para nossa sobrevivência. Assinale-se ainda que, nos países desenvolvidos, a etapa mais importante da industrialização se deu após uma consistente reforma agrária, fato que não ocorreu nos países dependentes, entre eles o Brasil. Mais recentemente, presenciamos o avanço da economia globalizada que alcançou todos os países. Enquanto nos países desenvolvidos o problema de alimentar a população já estava, de certa forma, resolvido, nos países dependentes, sem a realização da tão esperada reforma agrária, continuamos a produzir o que interessa ao capital e não ao homem. Sem uma adequada reforma agrária, dificilmente superaremos nossas dificuldades. Uma boa síntese das proposições de Josué de Castro sobre este problema encontra-se em *Dez Pontos para Combater a Fome*, que publicou na década de 50 e que ainda permanecem atuais:

Dez Pontos para Combater a Fome:

1. Combate ao latifúndio.
2. Combate à monocultura em largas extensões sem as

correspondentes zonas de abastecimento dos grupos humanos nela empregados.

3. Aproveitamento racional de todas as terras cultiváveis circunvizinhas dos grandes centros urbanos para agricultura de sustentação, principalmente de substâncias perecíveis como frutas, legumes e verduras que não resistem a longos transportes, sem os recursos técnicos de refrigeração.

4. Intensificação do cultivo de alimentos sob forma de policultura nas pequenas propriedades.

5. Mecanização intensiva da lavoura, da qual dependem os destinos produtivos de toda nossa economia agrícola.

6. Financiamento bancário adequado e suficiente da agricultura, assim como garantia da produção pela fixação de bom preço mínimo.

7. Progressiva diminuição, até absoluta isenção, de impostos da terra destinada inteiramente ao cultivo dos produtos de sustentação.

8. Amparo e fomento ao cooperativismo, que poderá servir de alavanca impulsionadora de nossa incipiente agricultura de produtos alimentares.

9. Intensificação dos estudos técnicos de bromatologia e nutrologia no

sentido de que se obtenha um conhecimento mais amplo do valor real dos recursos alimentares.

10. Planejamento de uma campanha de âmbito nacional para formação de bons hábitos alimentares, o qual envolva não só o conhecimento dos princípios históricos de higiene como o amor a terra, os rudimentos de economia agrícola e doméstica e os fundamentos da luta técnica contra a erosão.

Josué de Castro deixou-nos muitos legados que precisamos continuar divulgando para as novas gerações. Fale-nos um pouco sobre os principais fatos da cronologia de sua vida e obra.

É verdade, Josué nos deixou inúmeros legados. Trabalhos científicos representados pelos seus livros, como por exemplo a *Geografia da Fome* e a *Geopolítica da Fome*, que foram editados em cerca de 25 idiomas. Conferências, palestras, aulas, entrevistas. Foi o idealizador, fundador e primeiro diretor do hoje consagrado Instituto de Nutrição da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Desenvolveu, ao início de sua

carreira, uma intensa atividade como médico. Representou seu estado natal, Pernambuco, em duas oportunidades, como deputado federal, em uma delas como o parlamentar mais votado no nordeste brasileiro. Cumpriu dois mandatos como presidente do Conselho Administrativo da FAO, posição que nunca tinha sido ocupada por um brasileiro e que até hoje não assinalou a presença de outro brasileiro. Representou nosso país como diplomata, posição em que foi surpreendido pelo ato arbitrário que suspendeu seus direitos políticos e o impediu de voltar a seu país com vida. A despeito do exílio, continuou produzindo intelectualmente. Foi professor da Sorbonne e duas vezes indicado para receber o Prêmio Nobel da Paz. Foi uma vida que nos causa, a todos os seus descendentes, muito orgulho. Entretanto, quero crer que seu maior legado fica por conta de seu inabalável amor e crença nos destinos de nosso país. Há uma expressão de um ilustre nordestino, Câmara Cascudo, que bem define o que me refiro: Josué de Castro foi um brasileiro que amava seu país mesmo sabendo a verdade.

Josué de Castro assinando a Carta dos Direitos do Homem de Libertar-se da Fome, 1963.

Acervo da família.





Mobilização contra fome no Brasil

A Campanha Alimentação Direito de Todos é uma mobilização global pelo fim da fome promovida pela ActionAid desde 2007 em mais de 30 países.

No Brasil, o foco da Campanha Alimentação Direito de Todos em 2009 é incluir o direito à alimentação entre aqueles previstos na Constituição Federal. A Campanha está sendo realizada em parceria com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea) e diversas organizações da sociedade civil. Apesar de ser um dos direitos humanos mais básicos e ser reconhecido pelo governo brasileiro em tratados internacionais, o direito à alimentação ainda não está em nossa Constituição. A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 047, que visa mudar essa situação, aguarda votação desde 2003. Ela já foi aprovada no Senado e precisa ser votada na Câmara dos Deputados.

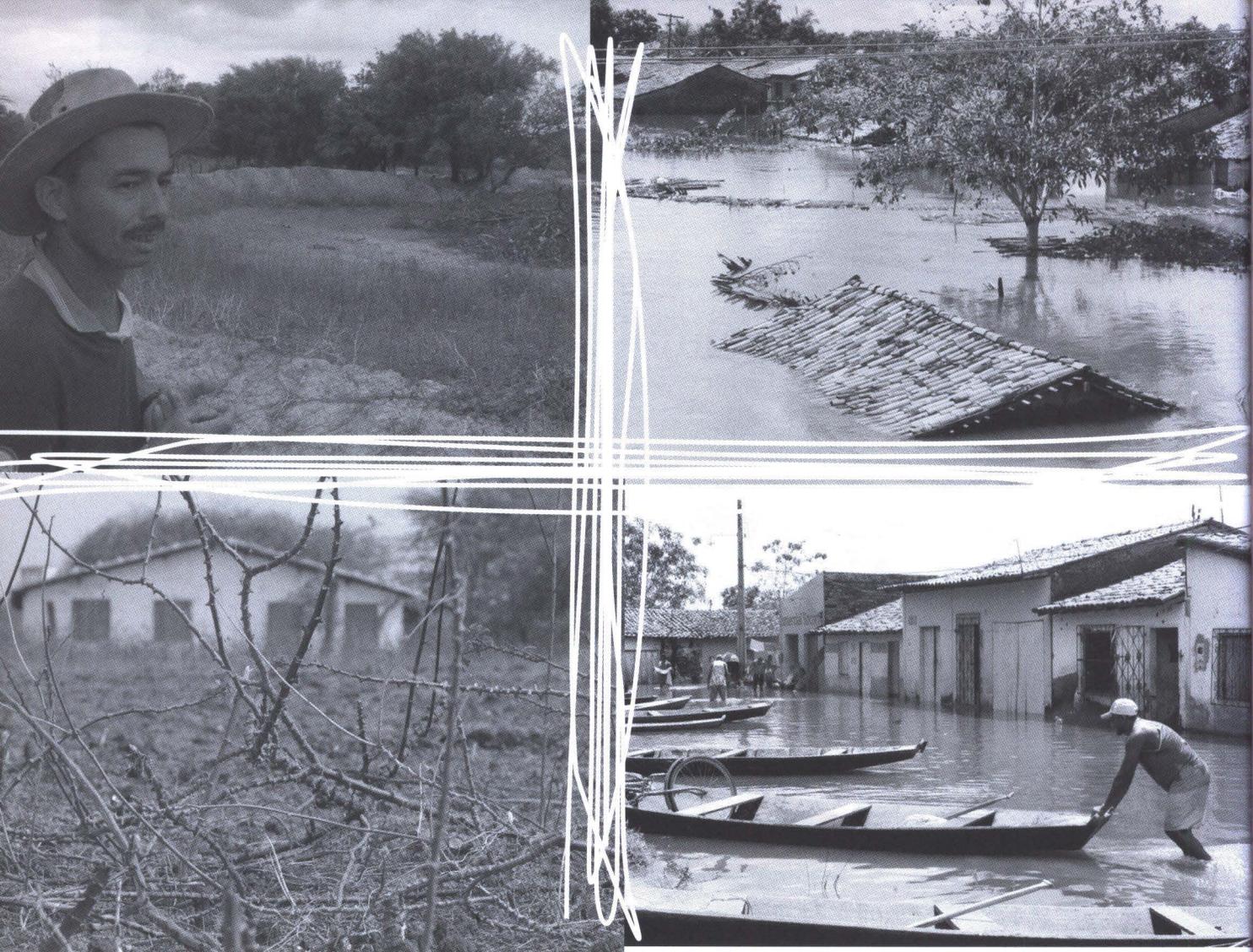
As organizações que participam da Campanha lutam para que a aprovação da PEC 47 aconteça em outubro de 2009. A consagração do direito à alimentação como direito constitucional terá um impacto importante na vida dos brasileiros. "As pessoas em condições de insegurança alimentar passam a poder exigir seus direitos, cabendo ao Estado prover a alimentação necessária", avalia Celso Marcatto, coordenador do programa de Direito à Alimentação da ActionAid.

Para mobilizar a opinião pública, a ActionAid lançou um hot site de ativismo online com o endereço www.vencerapobrezajuntos.org.br. A ideia é reunir mais assinaturas em apoio a iniciativa, somando forças com o Consea. Quem firma o abaixo assinado no site pode convidar amigos e familiares para se juntarem à iniciativa, aumentando sua posição e a de seu estado no ranking da luta contra a fome e a pobreza.

O Consea também convida a população para assinar uma petição online em apoio a mesma causa. O endereço é <http://www4.planalto.gov.br/consea/pec-alimentacao/abaixo-assinado>.

www.actionaid.org.br

act:onaaid



Seca em Minas Gerais. Valter Campanato/ABr e Enchente no Maranhão. Antônio Cruz/ABr

Crise climática, fome para os povos*

Diego Cardona e Irene Vélez **

* Tradução de Clárisse de Gusmão Castro.

** CENSAT Agua Viva Friends of the Earth Colombia - 25 de Maio de 2009

I. Introdução: sobre as relações entre crise climática e crise alimentar

Durante a última década temos presenciado o agravamento de uma série de crises em nível planetário, as quais têm afetado vários âmbitos do mundo da vida: o ambiental, o social, o econômico e cultural. Pelo impacto que têm gerado no cotidiano dos povos do mundo, estas crises têm sido reiteradas a partir de instâncias tanto oficiais como comunitárias. Algumas delas são: a crise energética, a financeira, a climática e a alimentar; em seu conjunto, todas elas constituem uma clara expressão da crise civilizatória em que nos vemos atualmente.

Embora seja claro que a iminência destas crises tem forçado todas as instâncias de exercício de poder hegemônico e popular a se posicionarem sobre as causas, relações e soluções para as mesmas, é importante notar que, dependendo do marco de análise dessas crises, é possível ou não formular críticas a partir de uma perspectiva comunitária. Em outras palavras, segundo a compreensão que se aborde sobre estes fenômenos, se poderão desenhar soluções mais inclinadas à sustentabilidade ambiental e à justiça social ou, pelo contrário, mais favoráveis aos mercados financeiros nas mãos das empresas transnacionais e instituições financeiras internacionais.

Alguns exemplos desta tendência nociva para as comunidades, que tanto nos têm ensinado e que não queremos repetir são, em primeiro lugar, a Revolução Verde que se construiu a partir da FAO como uma suposta solução técnica para incrementar o rendimento agrícola dos países empobrecidos do Sul (1960-1970), e que gerou uma alta dependência das comunidades agricultoras frente aos fertilizantes, pesticidas e sistemas de irrigação vendidos por grandes empresas transnacionais. Outro exemplo ainda vigente é a invasão de Organismos Geneticamente Modificados (desde 1990), que pretendem oferecer uma solução a partir da técnica genética frente ao aumento da produtividade e resistência biológica das sementes e plantas de uso agrícola massivo, e que tem gerado uma nefasta dependência das comunidades frente às corporações transnacionais de sementes e agroquímicos.

Da mesma maneira como estas ilusões têm sido construídas a partir de instâncias oficiais, afetando negativamente a soberania alimentar dos povos, na atualidade a mudança climática está sendo utilizada como uma nova oportunidade para os negócios por parte das corporações transnacionais e instituições financeiras como o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco Mundial. Assim, em oposição a esta perspectiva, neste artigo buscamos promover uma análise crítica da relação entre a crise climática e a crise alimentar,

evidenciando a forma em que o cenário da crise é utilizado pelos atores que dirigem a economia para implementar falsas soluções às mudanças climáticas, que ao invés de solucionar os graves problemas ambientais gerados, irão aprofundá-los.

Sem pretender explicar detalhadamente estes fenômenos a partir de um ponto de vista científico ou acadêmico, queremos afirmar de maneira indiscutível que as atuais mudanças climáticas que experimentamos têm um caráter antropológico, quer dizer, são resultados de uma ação direta dos homens sobre a natureza. Assim, segundo o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, a temperatura da Terra durante os últimos 50 anos vem aumentando duas vezes mais rápido que durante a primeira metade do século XX; este Painel concluiu com aproximadamente 95% de certeza que este aumento tem sido produzido pela ação humana e que o nível de aumento oscila, segundo diferentes medições e prognósticos, entre 1°C e 6°C em relação à temperatura planetária de épocas pré-industriais (antes do século XVIII).

O aquecimento global é um fenômeno atualmente percebido por qualquer pessoa, em qualquer lugar do planeta. Para ninguém é um segredo a desorganização dos regimes climáticos locais que conduzem a abruptas mudanças ecológicas e, por isso, também sociais e culturais. Para não ir muito longe, um dos testemunhos mais claros deste processo de aquecimento global foi o insólito furacão de Santa Catarina que em março de 2004 açoitou o sul do Brasil, deixando ao menos duas pessoas mortas, mais de 80 feridos e obrigando o deslocamento de ao menos 30.000 pessoas da zona afetada. Devemos recordar que este é o primeiro furacão registrado historicamente nesta zona do planeta¹.

Ao estabelecer as atuais relações entre crise alimentar e crise climática, encontramos dois diferentes níveis em que ambas as problemáticas se articulam. Em primeiro lugar, devemos analisar os impactos que a mudança climática, em sua manifestação ecológica, gera sobre a soberania alimentar; em segundo lugar, é crucial compreender os impactos que geram, sobre a soberania alimentar, as supostas soluções que a partir das instâncias oficiais buscam resolver as mudanças climáticas e que, longe de construir justiça climática, provocam nas comunidades maior desigualdade ambiental e social.

II. Impactos diretos: das mudanças climáticas sobre a soberania alimentar

A expansão mais significativa dos impactos diretos provocados pelas mudanças climáticas em relação à produção de alimentos tem a ver com os danos e modificações sobre os ecossistemas. Alguns deles são:

A desertificação, erosão e salinização dos solos; a perda da biodiversidade, a qual impacta de maneira especial os países com a maior diversidade biológica em nível mundial, entre os quais se encontram Brasil, Colômbia, Equador, Peru e México; a alteração dos regimes hídricos, ou seja, a alteração da quantidade e frequência das chuvas e da água presente em um lugar determinado; maior probabilidade de incêndios florestais, inundações e secas; modificação das estações ou épocas de plantio e colheita, entre outros.



Antonio Cruz/ABR

Abastecimento de legumes e verduras na Ceasa de São Luís/MA prejudicado em consequência das enchentes no estado.

Todas as mudanças mencionadas constituem uma séria ameaça à soberania alimentar na medida em que destroem, degradam ou reduzem recursos fundamentais para assegurá-la. Esta situação tem sido estudada por alguns cientistas que calcularam até 50% de perdas simuladas em média nas propriedades rurais da América Latina no ano de 2100. Um estudo desse tipo que detalhou a situação no México informou que a perda da produtividade virtual poderia alcançar até 85% nesse país; enquanto no Brasil, um estudo similar fala da perda média da produtividade agrícola em até 18%, o que poderia implicar um aumento dos índices de pobreza entre 2 e 3.2 pontos².



¹ Segundo um grupo de cientistas da Nasa, "Os ventos verticais cortantes no Atlântico Sul são muito fortes para os furacões, os ventos na alta troposfera (ao redor de 10 km de altura) são aproximadamente 32 km/h mais velozes que os ventos na superfície do oceano. Esta diferença, ou corte, destrói as tormentas antes de que se intensifiquem demais". Disponível em: http://ciencia.nasa.gov/headlines/y2004/02apr_hurricane.htm

² DE LA TORRE, Augusto; FAJNZYLBER, Pablo; NASH, John. 2009. Desarrollo con menos carbono. Respuestas Latinoamericanas al desafío del cambio climático. Ed. Banco Mundial.

A produção de alimentos demanda solos férteis, tanto para a agricultura como para a pecuária ou o pastoreio, e esse é precisamente um dos recursos produtivos mais escassos e afetados pelas mudanças climáticas. A expansão da desertificação, a salinização e a erosão fazem com que os solos percam sua capacidade produtiva e as características que conferem sua fertilidade, dificultando ali a prática da agricultura e o pastoreio, o que é agravado pela perda de microrganismos e fauna do solo.

Este panorama se torna ainda mais complexo quando se consideram questões sociais e políticas, como o acesso a terra³, a carência de reformas agrárias reais e que atendam às necessidades de nossos povos, ou a concentração da propriedade da terra, que no caso da América Latina alcança cifras irracionais em países como Paraguai, onde 1% dos proprietários concentra 77% de terras, ou o Brasil, onde 1% dos fazendeiros possui 46% da superfície cultivável⁴.

De outro lado, encontram-se as crescentes limitações quanto ao acesso à água em quantidade e qualidade adequadas para seu uso direto na alimentação ou como recurso fundamental para as práticas agropecuárias que garantam a produção de alimentos. Nesse sentido, o aumento das secas, as inundações e os transbordamentos dos rios provocam perdas de colheitas, cultivos e animais cada vez maiores, além de provocar que extensas áreas de terras percam sua vocação produtiva. Segundo alguns estudos, calcula-se que esse estresse hídrico pode chegar a afetar até 20 milhões de pessoas no ano de 2055⁵ na América Latina.

No caso da água, congregam-se problemas do tipo econômico, político e comercial que exacerbam a crise. Os países do Sul são objeto da privatização por parte das corporações transnacionais e multinacionais, que privam os legítimos proprietários do patrimônio hídrico de seu uso e desfrute. Privatiza-se a gestão através da operação dos aquedutos ou mediante as parcerias público-privadas; privam-se as comunidades do acesso à água, que é contaminada pela ação de empresas mineiras, petroleiras ou florestais; e privam-se de água os povos através da apropriação dos rios e corredeiras quando se constroem represas, canalizam-se os rios ou constroem-se hidrovias de circulação restrita.

É claro então, que a crise climática, provocada pelo modelo econômico, social e político instaurado e agenciado a partir do norte industrializado, gera milhões de afetados nos países empobrecidos do Sul, cujos povos e comunidades locais têm a menor responsabilidade nessa crise e a maior carga dos impactos. Esta situação de

injustiça climática e social torna os povos do Sul as novas vítimas, já não só de um modelo histórico de colonização e atualmente neoliberal, mas também de um modelo de distribuição injusta dos recursos energéticos e da afetação diferenciada pelos impactos socioambientais das mudanças climáticas. São os povos do Sul que têm que suportar os impactos mais severos, ao mesmo tempo em que dispõem de menores recursos e condições para mitigar os impactos e se adaptar às mudanças climáticas; esta situação implica, por sua vez, menor capacidade por parte do Sul de garantir a produção de alimentos em seu território, de forma autônoma e adequada às suas características sociais e culturais. Em suma, esta situação gera maiores níveis de vulnerabilidade em nossos países frente à fome, o deslocamento e a desterritorialização.

III. Impactos indiretos: das “soluções” para as mudanças climáticas sobre a soberania alimentar

Em segundo lugar, dentro dos impactos das mudanças climáticas sobre a soberania alimentar encontramos aqueles gerados não pelas transformações ecológicas em si mesmas, mas pelas supostas soluções que instituições, empresas e alguns governos se empenham em promover. Assim, aparecem os impactos derivados do que nós dos movimentos sociais temos denominado de “falsas soluções para as mudanças climáticas”:



Monocultivo de eucalipto em Aracruz/ES.

Acervo Fase Espírito Santo

- Sumidouros de Carbono: quer dizer, plantações florestais ou desertos verdes que invadem os territórios

³ Ministério da Agricultura e Pecuária do Paraguai. Censo agropecuário nacional.

⁴ MST. V Congresso Nacional do Movimento de Trabalhadores Rurais sem Terra do Brasil, Junho de 2007.

⁵ DE LA TORRE, Augusto; FAJNZYLBER, Pablo; NASH, John. 2009. Desarrollo con menos carbono. Respuestas Latinoamericanas al desafío del cambio climático. Ed. Banco Mundial.

com o pretexto de capturar a contaminação produzida pelas emissões de gases de efeito estufa, emissões estas produzidas principalmente nos países industrializados do Norte.

Acervo Fase Pernambuco



Corte da cana-de-açúcar em Palmares/PE.

- Agrocombustíveis: substitutos de combustíveis produzidos a partir de produtos agrícolas, como a cana-de-açúcar, óleo de palmeira ou o milho, promovidos sob o falso argumento de terem um menor impacto ambiental que os combustíveis de origem fóssil, ocultando os nocivos impactos que representam para os territórios onde se cultivam as matérias-primas e para as comunidades locais que habitam esses territórios.

Acervo Fase Amazônia



Floresta à beira do Rio Xingu - Porto de Moz/PA.

- Inclusão das florestas no Mercado de Carbono: o qual não é nada mais que converter as florestas em uma mercadoria que se pode comercializar na bolsa, sacrificando para isso os direitos humanos, ambientais e culturais dos povos que nelas habitam.

O exercício da soberania alimentar precisa, dentre outras condições básicas, da existência de territórios e direitos claramente definidos para as comunidades locais, que garantam o desenvolvimento de práticas produtivas,

sociais, econômicas e culturais orientadas a satisfazer as necessidades de tais comunidades em condições de justiça, autonomia e dignidade. O cenário gerado pelas falsas soluções para as mudanças climáticas provoca de forma direta o desaparecimento e a vulnerabilização dos direitos que são condições necessárias para a construção da soberania alimentar.

A implementação de extensos monocultivos – sumidouros de carbono e/ou plantações para agrocombustíveis – requer milhões de hectares para cumprir com as metas que se estabelecem nas negociações climáticas, nos acordos comerciais ou nas políticas nacionais e internacionais. Estes desertos verdes se instalam necessariamente sob a lógica do modelo agro-industrial exportador, isto é, na grande escala, favorecendo os interesses empresariais e corporativos em detrimento dos direitos a terra das comunidades locais, da reforma agrária e das práticas produtivas diversificadas e sustentáveis.

A promoção de plantações florestais com espécies introduzidas, como o pínus e o eucalipto, desde que o Protocolo de Kyoto as catalogou como um Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, provocou a invasão de milhares de hectares de solo em território dos países do Sul, deixando menos terra disponível para o cultivo de alimentos, mais conflitos socioambientais e uma maior disputa pelos territórios invadidos, como no caso dos indígenas Tupinikim e Guarani no Brasil, os Mapuches no Chile e o povo Nasa na Colômbia.

IV. Um Olhar para o futuro: mandato ambiental pela Justiça Climática Já!

Para enfrentar o panorama nefasto de impactos implicados pelas mudanças climáticas sobre a soberania alimentar, de forma direta e indireta, é necessário que os povos do mundo nos mobilizemos pela construção de justiça climática, e reclamemos aos nossos governos um exercício do poder que favoreça a satisfação das necessidades e dos interesses das comunidades locais. Assim, o convite é a promover um mandato a partir do Sul pela Justiça Climática Já!

- 1)** Discutir e enfrentar as causas estruturais das mudanças climáticas.
- 2)** Os países desenvolvidos precisam controlar seus padrões consumistas, de luxo e de desperdício. Isto inclui a redução do consumo excessivo de combustíveis fósseis e de recurso minerais como o carbono.

3) Reduzir já! As emissões dos países do Norte em pelo menos 5% em relação às suas emissões em 1990. Propor novas reduções de emissão de 40% para 2020 até conseguir chegar ao nível zero de emissões em nível planetário.

4) Impedir a todo custo a transferência da degradação ecológica gerada pelo transporte de agentes de poluição ao Sul; por exemplo, através do traslado da grande indústria.

5) Garantir que as inovações e tecnologias de mitigação e adaptação às mudanças climáticas sejam de domínio público e estejam livres do regime corporativo privado de monopólio e de patentes.

6) Os agrocombustíveis são uma falsa solução! Afetam a segurança e soberania alimentar, ampliam a fronteira agrícola destruindo as florestas e a biodiversidade, geram monocultivos, promovem a concentração da terra sob regimes de guerra e terror, deterioram os solos, esgotam as fontes de água e consomem mais energia do que a que geram.

7) Os MDL (Mecanismos de Desenvolvimento Limpo) e REDD (Emissões Reduzidas pelo Desflorestamento e Degradação) não são alternativas! Constituem-se como ilusões de lucro para comunidades locais que historicamente têm conservado de forma sustentável seus territórios.

8) O Norte deve reconhecer e pagar a dívida ecológica com o Sul. Os países do Sul não são os responsáveis pela contaminação histórica do planeta, pelo contrário, têm sido vítimas do assalto do Norte para garantir seus padrões de consumo. Esta dívida ecológica deve ser reconhecida e paga pelo Norte para garantir no Sul um Bem Viver sustentável.

9) Deve-se cancelar a dívida externa dos países do Sul global e impedir a geração de novas dívidas que acarretem uma maior marginalização e empobrecimento.

10) Reconhecer, recolher e promover os saberes e práticas sustentáveis dos povos indígenas, afrodescendentes e camponeses como alternativas em curso às mudanças climáticas e à crise ambiental.

CENSAT
AGUA VIVA
AMIGOS DE LA TIERRA - COLOMBIA

HOME
ABOUT US

Search

Preferred language: English • Español

ENVIRONMENTALISTS IN ACTION
A communication proposal to build environmentalism.

09/04/2009 | Press release
Human rights NGOs and European civil society

CAMPAIGNS

NGOS CALL ON EU FOR STRONG POSITION ON HUMAN RIGHTS VIOLATIONS IN HONDURAS
Human rights NGOs and European civil society networks call on EU to take strong position regarding human rights violations in Honduras

www.censat.org



Animadoras da Rede de Trocas de Sementes/MT. Acervo Fase Mato Grosso.

Agrobiodiversidade para segurança alimentar: fortalecendo os direitos dos agricultores e agricultoras

Paula Almeida *
Claudia Job Schmitt **

* Agrônoma, assessora técnica da AS-PTA. paula@aspta.org.br

** Doutora em Sociologia, professora do CPDA/UFRRJ. claudia.js@oi.com.br

Entre 2006 e 2008, o mundo viveu um momento agudo de crise alimentar, cuja expressão esteve fortemente associada à elevação dos preços internacionais de um conjunto reduzido de alimentos de consumo generalizado, entre eles o arroz, o milho, a soja, o trigo, o leite e seus derivados.

Os impactos da crise foram logo sentidos, principalmente pela população mais pobre. Na América Latina e no Caribe, segundo dados da FAO, a alta dos preços dos alimentos fez com que o número de pessoas subnutridas passasse de 45 milhões de pessoas, no período 2003-2005, para 51 milhões de pessoas em 2007 (FAO, 2008). Estima-se que, ao final de 2009, a subnutrição deva atingir 53 milhões de pessoas (FAO, 2009). A crise desestruturou, além disso, o abastecimento alimentar em diversos países, gerando uma onda de protestos em diferentes partes da Ásia, da África e da América Latina.

A alta dos preços dos alimentos tornou visível uma série de vulnerabilidades do atual modelo de produção, distribuição e consumo de alimentos: seu descolamento dos ecossistemas locais, sua ancoragem em um número reduzido de produtos, sua forte dependência em relação a fontes não renováveis de energia e insumos externos, os altos níveis de concentração dos recursos produtivos e da riqueza nas mãos de um número restrito de grandes corporações. Desnecessário dizer que as mudanças climáticas geradas pelo aquecimento global, as

turbulências no mercado financeiro e a utilização de quantidades crescentes de terra e de água para a produção de agrocombustíveis poderão pressionar, ainda mais, as condições de reprodução do sistema agroalimentar em sua configuração atual.

A erosão da diversidade agrícola e alimentar é, sem dúvida, um dos pontos frágeis do atual sistema de produção, distribuição e consumo de alimentos. A simplificação dos sistemas produtivos caminhou passo a passo com a desestruturação dos circuitos locais de abastecimento e com a homogeneização das dietas alimentares, tornando as populações, sobretudo as do Hemisfério Sul, extremamente vulneráveis às vicissitudes do mercado mundial de *commodities* e cada vez mais dependentes dos recursos produtivos controlados, sobretudo, por grandes empresas transnacionais.

Atualmente, 90% das calorias consumidas na alimentação humana, em nível global, provêm de apenas trinta espécies de plantas, sendo que apenas três culturas (trigo, arroz e milho) são responsáveis por mais da metade da energia proveniente de alimentos de origem vegetal consumidos no mundo (FAO, 1996). Dados mais recentes da FAO apontam que 20% das raças de bovinos, caprinos, suínos, eqüinos e aves – das 7.600 identificadas estão em risco de extinção. Desde 2001, uma raça animal torna-se extinta por mês. (IISD, 2007). Ao mesmo tempo, camponeses e agricultores familiares enfrentam

crecentes restrições no acesso a materiais genéticos em função dos mecanismos de propriedade intelectual.

Vários são os elos que ligam a promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional e o direito ao livre uso da biodiversidade agrícola e alimentar. Este texto procura explorar algumas destas conexões. Na primeira parte, buscou-se aprofundar a estreita ligação existente entre a segurança alimentar e nutricional e o fortalecimento dos sistemas de produção diversificados, característicos da agricultura camponesa e familiar. A seção seguinte descreve uma série de dinâmicas que integram o que chamamos de “o jogo da privatização da biodiversidade”. A parte final traz algumas reflexões sobre o direito dos agricultores e agricultoras ao livre uso da biodiversidade agrícola ou agrobiodiversidade.

1. O cultivo da diversidade como estratégia de fortalecimento da segurança alimentar e nutricional

A agrobiodiversidade, ou biodiversidade agrícola, segundo a Convenção da Diversidade Biológica (CDB), refere-se à biodiversidade manejada na agricultura, incluindo a diversidade varietal e genética dos cultivos e seus parentes silvestres, espécies animais e o conjunto da diversidade de agroecossistemas. Para a CDB, a agrobiodiversidade abrange elementos socioculturais, econômicos e ambientais. A Convenção reconhece, também, que todas as colheitas e animais domesticados resultam dos processos históricos de gestão social da diversidade biológica. A estreita vinculação entre conservação da biodiversidade e desenvolvimento da agricultura, postulada pela CDB, fica bastante evidente no caso do Brasil, quando nos damos conta de que quase 50% do nosso território corresponde a ecossistemas manejados para fins agropecuários.

A agrobiodiversidade é resultado de processos de seleção natural, seleção humana, inovações e práticas desenvolvidas pelos agricultores familiares e povos tradicionais no manejo de uma ampla diversidade de animais e plantas nos níveis de espécie e ecossistemas. No processo de domesticação de espécies, diferentes culturas desenvolveram distintas estratégias técnicas para o uso, manejo e a conservação da agrobiodiversidade localmente disponível, mantendo relações estreitas com os sistemas agrícolas próprios de cada lugar.



Oficina de sistematização de experiência de sementes tradicionais em Mato Grosso, maio de 2009.

O cultivo da diversidade é parte integrante das estratégias de reprodução econômica e social da agricultura camponesa e familiar. Um dos traços distintivos da condição camponesa é a permanente criação de uma base de recursos auto-controlada e auto-gerenciada, através de uma interação constante entre os seres humanos e a natureza viva (Ploeg, 2008). Nesse processo de co-produção, os recursos não são apenas transformados em diferentes tipos de bens e serviços, mas são também reproduzidos como recursos produtivos. O mesmo ocorre com a biodiversidade. O controle e fortalecimento de sua base de recursos constitui-se, para os camponeses e agricultores familiares, como um processo de luta por autonomia, que não se encerra no espaço da unidade produtiva, mobilizando interações sociais que se estabelecem em diferentes escalas (Ploeg, 2008).

No Brasil, a produção familiar ocupa um lugar importante na economia agrícola nacional, demonstrando enorme capacidade produtiva e de resistência na terra em condições particularmente adversas. Embora dispondo de apenas 30% da área agricultada, participa com 38% da produção nacional de alimentos (Incra/FAO, 2000), gerando riqueza que representa 10% do PIB nacional. (Guilhoto, 2006). A produção da agricultura familiar assume duas dimensões: uma de abastecimento da população e a outra de auto-consumo¹.

Embora haja diferenças quanto aos tipos e quantidades de alimentos produzidos para o consumo próprio, essa é



¹ A produção de auto-consumo não está contemplada nos números citados acima. Nesse sentido, o valor total da produção familiar é ainda mais significativo.

uma prática comum entre os agricultores familiares em todo o Brasil. Em estudo realizado junto a famílias assentadas em São Paulo, a produção para auto-consumo corresponde, em média, a 58% do gasto mensal total com alimentação (Duval et al, 2008).

Constata-se também que para além do volume de produção, a diversificação produtiva da agricultura – que implica a diversidade de opções de espécies alimentícias disponíveis e a diversidade de nutrientes oferecidos para o consumo – é fundamental para a segurança alimentar e nutricional. Como exemplo deste diversificado e permanente abastecimento, em 2006 o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) realizou compra de 208 tipos de produtos oriundos da agricultura familiar. Estudos realizados pela AS-PTA na região e no agreste da Paraíba confirmam essa tendência. Indicam também que, comparando sistema convencional com agroecológico, este último é bem mais diversificado. Em uma propriedade agroecológica, a família revela usar 71 espécies vegetais, anuais e arbóreas e 26 variedades de cultivo, contra 23 espécies e apenas nove variedades em sistema convencional. (Almeida, 2005).

A diversificação produtiva é também um elemento fundamental do ponto de vista da sustentabilidade dos ecossistemas. A interação funcional entre policultivos e criações, em diversificadas combinações inter e intra-espécies, pode proporcionar a maior otimização e resiliência dos agroecossistemas, propiciando, assim, uma maior segurança e soberania alimentar da própria família produtora e potencializando sua capacidade de fornecer alimentos para o mercado em diferentes épocas do ano.

A diversidade de espécies cultivadas em uma parcela através de práticas como o consórcio de plantas e a rotação de cultivos acarreta um melhor aproveitamento e complementaridade na exploração de nutrientes, energia e água (recursos abióticos). Além disso, ambientes biodiversos (com espécies cultivadas e/ou silvestres) promovem uma série de serviços ambientais aos agroecossistemas, fortalecendo mecanismos biológicos para equilíbrio de danos causados por insetos e doenças, e promovendo a reciclagem de nutrientes do solo e da vegetação.

Para além da diversidade de espécies, a variabilidade genética dos cultivos, ou seja, o manejo de uma ampla gama de variedades de cada cultivo, pode proporcionar maior flexibilidade, capacidade de adaptação ao agroecossistema e maior resistência a estresses do ambiente. Em 2007, no município de Bituruna, no Paraná, após um período de seca, agricultores que tiveram seu

seguro agrícola negado devido à utilização de variedades crioulas, apresentaram dezenas de resultados de ensaios de competição de variedades crioulas de milho comparadas a híbridos comerciais. As variedades crioulas apresentavam melhor resistência à seca que as convencionais. A análise destas informações pesou para que o seguro fosse concedido aos agricultores (Almeida et al, 2008).

É também relevante afirmar que a diversidade de espécies (animais e vegetais) na parcela produtiva leva, necessariamente, a uma maior produtividade geral do sistema agropastoril por causa da produção maior de massa verde e pelos fluxos energéticos que estas interações podem proporcionar. Por último, pode-se dizer que a sustentabilidade desses sistemas diversos é diretamente ligada a sua capacidade de acessar e otimizar os recursos localmente disponíveis (biodiversidade cultivada e não cultivada, vegetal e animal, solos e água) e pela conseqüentemente baixa utilização de insumos externos. A racionalidade técnica e econômica que orienta estes sistemas é bem diferente daquela presente em sistemas especializados do agronegócio, baseada em monocultivos e estreita base genética.

O cultivo da diversidade é uma exigência crucial para a produção agrícola associada à segurança alimentar e à sustentabilidade do desenvolvimento rural. Esta estratégia não se restringe às unidades de produção agrícola propriamente ditas, mobilizando interações e processos em diferentes níveis (local, territorial, nacional e internacional).

Diante da marcada relação entre agrobiodiversidade e segurança alimentar, a III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, organizada pelo CONSEA em 2007, referendou como necessária a implementação de “programas que fomentem o uso livre e autônomo das sementes crioulas ou tradicionais sob um enfoque agroecológico e que favoreçam a multiplicação de experiências como casas de sementes, bancos de sementes e outras desenvolvidas pelas organizações populares” (III CNSAN).

2. O jogo da privatização da biodiversidade:

Não existem dados oficiais disponíveis sobre o processo de erosão dos recursos fitogenéticos para alimentação e agricultura no Brasil. Mesmo o recente *Informe Nacional sobre a Situação dos Recursos Fitogenéticos para a*

Alimentação e Agricultura do Brasil (MAPA, 2008), não contém nenhum resultado de monitoramento do processo de erosão e tampouco uma análise aprofundada dos fatores que afetam a diversidade de plantas cultivadas. No entanto, depoimentos de populações rurais e estudos científicos demonstram a perda da variabilidade genética em comunidades agrícolas nas últimas décadas. Por exemplo, Peroni (2002) levantou 261 variedades de diferentes espécies citadas em entrevista com agricultores caiçaras paulistas. Destas, 80 variedades foram apontadas como perdidas nos últimos anos. A erosão genética é causa e consequência da perda de conhecimento associado.

No Brasil, o forte e crescente processo de erosão da biodiversidade é resultado da opção por um modelo agrícola baseado em grandes extensões de monocultivos para exportação com adoção de práticas e tecnologias devastadoras do meio ambiente. Os riscos que hoje se colocam, para a conservação e integridade da agrobiodiversidade como um todo, estão relacionados a um processo bastante complexo de perda de diversidade genética e cultural. Alguns pontos serão discutidos a seguir.

Modelo de ocupação do território: erosão genética e cultural

O modelo de ocupação do território que hoje dá sustentação ao crescimento do agronegócio brasileiro é resultado do processo de modernização conservadora da agricultura, viabilizado através da aliança política entre o capital financeiro, o capital industrial e o grande latifúndio. Este modelo, instaurado no Brasil sobretudo a partir da década de 1960, vive atualmente um momento de expansão, fortalecimento e intensificação, com mudanças importantes em sua matriz tecnológica. Há perda da diversidade dos agroecossistemas decorrente da desestruturação dos sistemas produtivos diversificados, característicos da agricultura camponesa e familiar. Áreas anteriormente cobertas por policultivos ou sistemas agrofloretais de uso múltiplo por camponeses e agricultores familiares, comunidades extrativistas, indígenas e quilombolas, passam a ser ocupadas por plantações homogêneas, altamente mecanizadas e cultivadas através do uso intensivo de insumos químicos, deslocando populações inteiras, muitas vezes de forma violenta. Este modelo leva à erosão de todo um conjunto de práticas de manejo geradoras de diversidade, bem como dos saberes e modos de vida a eles associados. (Almeida e Schmitt, 2008)

Nos anos 1990, a área total utilizada para a agricultura manteve-se mais ou menos estável. Desde então, no entanto, a expansão da fronteira agrícola tem se acelerado.

Os resultados preliminares do Censo Agropecuário de 2006 registram uma expansão da área ocupada por lavouras de 41,8 milhões de hectares em 1995-1996, para 76,7 milhões de hectares em 2006 (IBGE, 2008). Entre 1991 e 2005, a área plantada por soja mais que triplicou (Schlesinger, 2006). A área total plantada com cana-de-açúcar cresceu de 4,29 milhões de hectares em 1990 para 7,04 milhões de hectares em 2006 (Bermann et al, 2008). Os plantios de pinus e eucalipto no Brasil em 2007 já ocupavam 5.560.203 hectares, com um incremento de 3,4% em relação ao ano anterior (ABRAF, 2008). Um estudo recente elaborado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento estima que a área total ocupada pelas lavouras de soja deverá atingir 26,5 milhões de hectares em 2018/2019, o que sinaliza para uma incorporação de novas terras da ordem de 5 milhões de hectares em relação à safra 2007/2008 (MAPA, 2009).

Cultivos transgênicos: contaminação e perda

A liberação comercial dos cultivos transgênicos coloca em risco a integridade biológica das variedades cultivadas e, portanto, a variabilidade da base genética nacional, principalmente pela contaminação de variedades crioulas e convencionais. Diversas pesquisas e estudos já revelaram a contaminação de sementes e lavouras ao redor do mundo, mostrando a dificuldade de manter os transgênicos sob controle, uma vez que estes são liberados no meio ambiente (Burcher, 2007) (Altieri, 2005). Para citar um caso brasileiro, a Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná já identificou contaminação de até 9% das sementes de soja vendidas como convencionais no estado². O caso do milho poderá ser ainda mais grave e irreversível já que se trata de planta que se cruza facilmente (polinização aberta).

Criação e mudança de legislação: o jogo da privatização

Nos últimos dez anos no Brasil e América Latina houve a criação e modificação de leis que regulamentam a utilização da biodiversidade. Atividades milenares da agricultura como plantar, colher e utilizar plantas para uso próprio ou de terceiros passaram e ser reguladas por lei. O pano de fundo da regulamentação da utilização da biodiversidade é um processo de transformação dos recursos naturais em mercadoria, em bem apropriável e negociável. O resultado é a aplicação de mecanismos de

² Inquérito civil público nº01/2007 cujo objeto é a "investigação de irregularidades no comércio e distribuição de sementes de soja no Estado do Paraná".

propriedade intelectual sobre a biodiversidade e a monopolização dos recursos genéticos. As modificações na legislação nacional foram realizadas a partir de acordos e tratados internacionais, principalmente o Acordo sobre Direitos de Propriedade Intelectual da Organização Mundial do Comércio (OMC) e as convenções da União para Proteção das Obtenções Vegetais (UPOV).

No final da década de 1990, o Brasil iniciou o processo de adaptação da legislação interna aos princípios estabelecidos pelos acordos internacionais. São elas: Lei de Patentes (1996), Lei de Cultivares (1997), Decreto que promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica (1998), Medida Provisória sobre Acesso aos Recursos Genéticos e Repartição de Benefícios (2001), Lei de Sementes (2003) e Lei de Biossegurança (2005) (Terra de Direitos, 2008).

O marco legal vigente, além de restringir os direitos dos camponeses e camponesas, agricultores familiares, extrativistas e povos e comunidades tradicionais ao livre uso da biodiversidade, em função da implementação dos mecanismos de garantia dos direitos de propriedade intelectual, traz também uma série de ameaças à própria integridade biológica dos recursos genéticos destinados à agricultura e à alimentação.

Somando-se a isso, a partir de 2007, registra-se uma série de ofensivas no campo da legislação que buscam desconstruir mecanismos já instituídos de conservação da biodiversidade, como tem sido o caso dos recentes ataques ao Código Florestal pelas organizações e parlamentares ligados ao agronegócio.

Estratégias de dominação das grandes empresas: criando cercas para a biodiversidade

Assistimos também, no período mais recente, a uma intensa concentração e transnacionalização do mercado de sementes. As empresas que outrora investiam em agroquímicos se voltaram para o desenvolvimento de sementes. Atualmente Monsanto, Dupont e Syngenta controlam 39% do mercado mundial de sementes, movimentando nove bilhões de dólares. A Monsanto, que na década de 1980 nem estava presente no setor de sementes, hoje é a maior empresa de sementes do mundo, dominando 23% do mercado global (ETC, 2008). Esta mesma empresa se tornou, recentemente, a maior proprietária de variedades de cana-de-açúcar do mundo, investindo fortemente na pesquisa e desenvolvimento de variedades resistentes ao glifosato (Grain, 2009).

O Brasil é o quarto maior mercado doméstico de sementes, movimentando 1,8 bilhões de dólares, perdendo apenas para EUA, China e França. (Terra de Direitos, 2008). Tornou-se também o maior consumidor mundial de agrotóxicos.

O objetivo dessas empresas é conquistar um número cada vez maior de consumidores, fazendo com que os agricultores que produzem sua própria semente sejam obrigados a comprar as variedades que elas oferecem. Para isso, utilizam-se de várias estratégias: criação e alteração de leis, desenvolvimento de tecnologias de manipulação de seres vivos, campanha junto à opinião pública com propagandas e formação de redes de interesse como estratégia política.

Mudanças nos padrões de consumo: mais alimentos industrializados

O processo de erosão genética e cultural em curso não é determinado apenas no pólo da produção. As mudanças nos padrões de consumo e hábitos alimentares da população brasileira também exercem nele grande influência. Se compararmos dados de quatro pesquisas desenvolvidas pelo IBGE sobre o consumo das famílias brasileiras (ENDEF 1974/75 e POF 1987/1988, 1995/1996 e 2002/2003), abarcando um horizonte de aproximadamente trinta anos, por um lado percebe-se que se amplia, ao longo do período pesquisado, a compra de alimentos industrializados. As aquisições de alimentos preparados subiram de 1,7 kg por domicílio/ano para 5,4 kg com produtos como água mineral, iogurte e refrigerante. Verifica-se, ao mesmo tempo, entre 1987 e 2003, uma queda no consumo de vários produtos básicos: as aquisições de batata inglesa tiveram um percentual de redução de 59%, as de arroz polido diminuíram em 46%, as de feijão em 37%.

Os padrões de consumo são também afetados pela forte concentração de capitais existente no setor varejista. Segundo ranking da Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS), em 2008, as três maiores empresas supermercadistas controlavam 38% das vendas do setor.

3. As lutas pelo direito ao livre uso da biodiversidade

As lutas pelo direito ao livre uso dos bens e serviços gerados pela biodiversidade confundem-se com a luta

histórica dos camponeses, agricultores familiares, pescadores, extrativistas, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais pelo acesso/permanência na terra e pelo uso e conservação dos recursos produtivos existentes em seus territórios. Mas é sobretudo a partir da primeira metade da década de 90 que as contradições existentes entre os direitos de propriedade intelectual instituídos pelos Tratados Internacionais e as práticas consuetudinárias destas populações tornam-se mais explícitas.

Acervo Fase Amazônia



Os debates sobre o acesso aos recursos genéticos ocorridos durante a Conferência Rio 92, e que culminaram com a aprovação da CDB, mobilizaram diferentes atores no plano internacional. No Brasil, durante toda a primeira metade da década de 90, organizações da sociedade civil desenvolveram uma luta de resistência aos dispositivos legais que buscavam aplicar os mecanismos de propriedade intelectual a diferentes formas de vida.

A nova linguagem, surgida com os Tratados colocou em confronto desde o primeiro momento, sistemas de conhecimento, valores e práticas muito distintos e, por que não dizer, opostos, em relação à biodiversidade e aos conhecimentos tradicionais.

Na perspectiva da propriedade intelectual, a biodiversidade é um valor econômico, cuja preservação se mede e se justifica "em termos de seu uso atual e futuro para a geração de lucros" (Shiva, 2003). Para os camponeses, agricultores familiares, povos indígenas e demais agentes engajados em diferentes práticas geradoras de diversidade, os recursos genéticos agregam valores, materiais e imateriais, que transcendem qualquer tentativa de contabilização mercantil. Os bosques sagrados, as sementes "do tempo do avô" e as práticas agrícolas tradicionais não existem de forma fragmentada ou atomizada, mas como parte integrante de uma cultura e de um território, expressão material de uma rede de relações por meio da qual o conhecimento é construído e transmitido. Nesse sentido, os direitos intelectuais coletivos figuram como uma espécie de prolongamento dos direitos territoriais (Alonso, 2005). A repartição de benefícios torna-se uma contradição, sobretudo em um

contexto em que valores, conhecimentos, modos de vida e seu espaço geográfico de reprodução estão ameaçados.

O reconhecimento dos direitos dos agricultores sobre os recursos genéticos vegetais, inscritos no Tratado Internacional de Recursos Fitogenéticos para a Agricultura e Alimentação da FAO, representa, sem dúvida, um passo adiante na afirmação do direito dos agricultores de livre uso da biodiversidade. O Tratado, resultante de um processo de vinte e dois anos de discussão e sete anos de negociação, destaca a importante contribuição dos agricultores à conservação dos recursos genéticos utilizados na agricultura e alimentação, e reconhece seu direito de conservar, utilizar, intercambiar e vender sementes e outros materiais de propagação conservados em suas unidades produtivas, participando das decisões e da distribuição justa e equitativa dos benefícios derivados desses recursos. Remete, no entanto, a cada país signatário a regulamentação e a garantia desses direitos.

Andersen (2006) chama atenção, no entanto, para as diferentes interpretações presentes em todo o debate sobre o Direito dos Agricultores. Uma primeira vertente deste debate afirma os direitos dos agricultores e agricultoras de serem remunerados pelo uso de materiais genéticos obtidos em seus campos de cultivo e utilizados no desenvolvimento de variedades comerciais e/ou protegidas. Trata-se aqui da implantação de um sistema mercantil, na medida do possível justo e equitativo, de repartição de benefícios, de forma a incentivar os agricultores a continuar mantendo a diversidade biológica. A segunda perspectiva envolve o reconhecimento dos direitos dos agricultores como gestores da agrobiodiversidade, de forma que os mesmos continuem seu trabalho de manutenção da diversidade genética em benefício da geração atual e das gerações futuras. Para isso os agricultores precisam ser reconhecidos, recompensados e apoiados por suas contribuições. Existe, no entender da autora, um conflito latente entre essas duas visões.

No Brasil, país onde o Tratado da FAO, embora aprovado, ainda não foi regulamentado, a discussão sobre os direitos dos agricultores está em curso. Sua vinculação com o debate público sobre a soberania e a segurança alimentar e nutricional e o Direito Humano a uma Alimentação Adequada torna-se, no entanto, cada vez mais presente. Trata-se aqui não única e exclusivamente do direito deste ou daquele agricultor ou agricultora, deste ou daquele grupo específico à agrobiodiversidade, mas da defesa de bens e direitos, que possuem dimensões coletivas, ainda que não formalizadas, e cujo

valor não se reduz à dimensão mercantil. Coloca-se em pauta nesse debate a questão da soberania alimentar, bem como a discussão sobre as estratégias de transição para uma nova forma de organização da produção agrícola, capaz de gerar diversidade, equidade e preservação ambiental.

Bibliografia

ALMEIDA, Paula; JANTARA, André; PETERSEN, Paulo. Conservando a biodiversidade em ecossistemas cultivados: ação comunitária na manutenção de variedades locais na Paraíba e Paraná. In: BENSUSAN, Nurit. **Seria Melhor Mandar Ladrilhar? Biodiversidade: como, para que e por que**. São Paulo: Peiropolis. Brasília: IEB e Editora Universidade de Brasília. 2ª ed. 2008. p. 277-292.

ALMEIDA, Paula & SCHMITT, Claudia Job. **Sementes e Soberania Alimentar**. Texto preparatório ao Seminário Soberania Alimentar - Heifer Internacional. Recife: Junho de 2008. Mimeo.

ALMEIDA, Sílvia Gomes e FERNANDES, Gabriel Bianconi. Gestão econômica da transição agroecológica: ensinamentos de um caso na região do Centro Sul do Paraná. In: **Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia**. Gerando Riquezas e novos valores. V.2, nº 3. Rio de Janeiro: AS-PTA, out. 2005. p. 37-39.

ALTIERI, M. The Myth of Coexistence: why transgenic crops are not compatible with Agro-ecologically based systems of production. **Bulletin of Science and Technology**, Vol.25, n.4, Aug 2005, 361-371.

ANDERSEN, Regine. **Realising farmers' rights under the International Treaty of on Plant Genetic Resources for Food and Agriculture. Summary of Findings from the Farmers' Rights Project, Phase 1**. The Fridtjof Nansen Institute, June, 2006.

BERMANN, Célio. **As novas energias no Brasil: dilemas da inclusão social e programas de governo**. Rio de Janeiro: FASE, 2007.

BURCHER, S. **Monsanto versus Farmers**. consultado em 07/05/2007. Disponível <http://www.isis.org.uk/MonsantovsFarmers.php>.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL CONSEA. III CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: Por um desenvolvimento sustentável com soberania e segurança alimentar e nutricional. **Relatório Final**, 2007. Fortaleza, julho de 2007.

DUVAL, H. C.; FERRANTE, V. B. e VENANCIO, N. F. L. S. **Produção de autoconsumo em assentamentos rurais: princípios da agricultura sustentável e desenvolvimento**. São Carlos: UFSCAR, Julho de 2008

EARTH NEGOTIATIONS BULLETIN . Online at <http://www.iisd.ca/biodiv/angr>. Vol. 9 No. 387 Published by the International Institute for Sustainable Development (IISD) Monday, 10 September 2007.

ETC Group. **Who owns nature? Corporate power and the final frontier in the commodification of life**. ETC Group, november, 2008.

FAO. **Report on the State of the World Plant Genetic Resources for Food and Agriculture prepared for the International Technical Conference on Plant Genetic Resources**. Leipzig, Germany, 17-23 June, 1996. p. 14. Consultado em junho de 2008. Ver: <http://www.fao.org/WAICENT/FaoInfo/Agricult/AGP/AGPS/pgafa/pdf/SWRFULL2.PDF>.

FAO. **Panorama Del hambre en América Latina y Caribe**. FAO, 2008.

FAO. **More people than ever are victims of hunger**. Rome, jun. 2009. (disponível em www.fao.org).

GRAIN. Corporate candyland: the looming sugar cane invasions. Seedling. April, 2009. p. 2-8.

GUILHOTO, Joaquim José Martins et al. **Agricultura Familiar: contribuição para a riqueza nacional**. São Paulo. 2006.

INCRA/FAO. **Novo Retrato da Agricultura Familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília: FAO/INCRA, 2000.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Informe Nacional sobre a Situação dos recursos Fitogenéticos para Alimentação e Agricultura do Brasil**. Brasília: MAPA, 2008. 113 p

PERONI, N. 2004. **Ecologia e genética da mandioca na agricultura itinerante do Litoral Sul paulista: uma análise espacial e temporal**. Tese de doutorado. UNICAMP, Campinas, 246 p.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade da era da globalização**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

SCHLESINGER, Sergio e NORONHA, Sílvia. **O Brasil está nu!** O avanço da monocultura da soja, o grão que cresceu demais. Rio de Janeiro: FASE, 2006.

SHIVA, Vandana. **Biodiversidade: uma perspectiva do Terceiro Mundo**. In: SHIVA, Vandana. **Monoculturas da Mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Editora Gaia, 2003. p. 85-115.

TERRA DE DIREITOS. **O Jogo da Privatização da Biodiversidade**. Curitiba: Terra de Direitos/ Articulação Nacional de Agroecologia/Fundação Heinrich Böll, 2008 Ver: http://coppabacs.spaces.live.com/?_c11_BlogPart_BlogPart=summary&_c=BlogPart



Policiamento na mobilização contra o porto da Cargill, construído de forma irregular, em Santarém/PA, 2007. Acervo Fase Amazônia

Transnacionais e novas tecnologias contra a soberania alimentar*

Silvia Ribeiro**

* Tradução de Clarisse de Gusmão Castro

** Jornalista e pesquisadora do Grupo ETC. Nascida no Uruguai, atualmente reside no México, é colunista do jornal "La Jornada de México" e integra a redação da revista "Biodiversidad, Sustento y Culturas", editada por nove organizações da América Latina.

Diante da crise mais profunda da história do capitalismo (alimentar, energética, financeira e econômica, atravessada pela maior crise climática e de saúde jamais vista) as empresas geradoras da crise, apoiadas por muitos governos, afirmam que para sair dela não se precisa de uma mudança radical nos padrões dominantes de produção e consumo, nem de um questionamento profundo à injustiça social na propriedade de terra e no acesso aos recursos, nem à forma exploradora e contaminante de relação com o meio ambiente e a natureza, mas de novos arranjos tecnológicos.

Com mais tecnologia, dizem-nos que sairemos da crise, aumentando a produção de alimentos com plantas transgênicas que resistirão ao estresse climático, criando novas fontes de energia a partir de micróbios sintéticos e fazendo mais eficientes as que já existem com nanotecnologia (a manipulação de átomos e moléculas para mudar as propriedades da matéria). Propostas nas quais os maiores ganhadores serão outra vez as empresas transnacionais, e ao invés de resolver as mudanças climáticas, a fome, a injustiça e a devastação ambiental, irão agravá-las.

Encontramo-nos frente ao que no Grupo ETC¹ chamamos de um triplo BANG!²: um triângulo de ataques para consolidar o poder corporativo sobre as pessoas e a natureza. Por um lado, sofremos os efeitos indistigáveis de décadas de capitalismo industrial (fome, mudança

climática, contaminação, epidemias). Por outro lado, sofremos ameaças de novos riscos ambientais, econômicos e de saúde, produto das novas tecnologias que se apresentam como “soluções”: mais biotecnologia, nanotecnologia, biologia sintética e até geoengenharia (a manipulação de ecossistemas ou de grandes partes do planeta para tratar de “domesticar” as mudanças climáticas). E finalmente, uma nova onda de chantagem corporativa, que argumentam que as tecnologias “necessárias” para sair da crise são tão sofisticadas (e implicitamente arriscadas), que somente as empresas têm a capacidade de manipulá-las, e que os governos devem criar mais regulamentações e políticas que deixem livres as empresas, mas que sejam subsidiadas com dinheiro público.

¹ Grupo de Ação sobre Erosão, Tecnologia e Concentração – é uma organização internacional da sociedade civil que trabalha pela promoção da diversidade cultural e biológica e dos direitos humanos, através da pesquisa e difusão de informação sobre os processos de erosão social e ambiental, junto ao monitoramento de novas tecnologias, das corporações que as detém e dos impactos que produzem nas sociedades. O Grupo ETC tem sua secretaria sediada no Canadá, além de escritórios nos Estados Unidos e no México. "<http://www.etcgroup.org>"

² Jogo de palavras difundido pelo Grupo ETC com a sigla BANG: convergência das tecnologias que manipulam Bits, Átomos, Neurônios, Gens (informática, nanotecnologia, biotecnologia).

O contexto corporativo

Largamente alastradas, as crises atuais têm um contexto de concentração de poder corporativo, apropriação de recursos naturais e desregulamentação ou leis a favor das empresas e especuladores financeiros, que têm aumentado particularmente nas últimas três décadas. Em 2003, o valor global de fusões e aquisições empresariais foi de 1,3 trilhões de dólares. Em 2007, chegou a 4,48 trilhões de dólares. Na indústria alimentar, o valor das fusões e compras entre empresas duplicou de 2005 a 2007, chegando a 200 bilhões de dólares. Mesmo que o desastre financeiro tenha provocado o fechamento de algumas empresas de outros setores – favorecendo oligopólios ainda mais fechados –, toda a cadeia de indústrias dos agronegócios obteve lucros inéditos com a especulação e o aumento dos preços dos alimentos e insumos agropecuários, junto ao auge dos agrocombustíveis³.

Os comerciantes da fome

A realidade do setor agroalimentar é um dos exemplos mais devastadores de concentração corporativa, por ser um elemento essencial: ninguém pode viver sem comer. É, além disso, o maior “mercado” do mundo. Por ambas as razões, as transnacionais se lançaram agressivamente a controlá-lo. Em menos de 40 anos deixou de estar altamente descentralizado, fundamentalmente em mãos de pequenos agricultores e mercados locais e nacionais, e passou a ser um setor industrial dominado pelas transnacionais. Para isso foi necessária uma mudança radical nas formas de produção e comércio de alimentos. Os produtos agrícolas, graças à imposição de tratados de “livre” comércio, foram transformados gradativamente em mercadorias de exportação em um mercado global controlado por cerca de duas dezenas de transnacionais.

Segundo um informe da FAO sobre mercados de produtos básicos, no princípio da década de 1960, os países do Sul global tinham um excedente comercial agrícola de cerca de 7 bilhões de dólares anuais. No final da década de 1980 o excedente havia desaparecido. Hoje todos os países do Sul são importadores de alimentos.

A agricultura, que durante milhares de anos se baseou fundamentalmente em sementes de livre acesso, água, terra, sol e trabalho humano, foi transformada em uma máquina industrial “petrolizada” que exige grandes investimentos, maquinarias caras, grandes quantidades de agrotóxicos e sementes patenteadas controladas por

umas poucas empresas. Ainda que a chamada Revolução Verde tenha conseguido produzir maiores quantidades de alguns grãos, não solucionou a fome no mundo tal como prometeram seus promotores, pelo contrário, ela a aumentou, deslocando milhões de agricultores familiares e camponeses da terra, deixando ainda um saldo de erosão de solos, biodiversidade agrícola e pecuária, que junto à contaminação químico-tóxica de águas, não tem precedente na história da humanidade. Tudo acompanhado por uma crescente crise na saúde humana e animal (o que também é negócio para as mesmas companhias).

Na década de 1960, quase a totalidade das sementes estava em mãos de agricultores ou instituições públicas de pesquisa. Hoje, 82% do mercado comercial de sementes estão sob propriedade intelectual e dez empresas controlam 67% desse item. Estas grandes sementeiras (Monsanto, Syngenta, Dupont, Bayer e outras) são em sua maioria propriedade de fabricantes de agrotóxicos, elemento no qual as dez maiores empresas controlam 89% do mercado global. Muitas das quais estão ao mesmo tempo representadas entre as dez maiores empresas em farmacêutica veterinária, que controlam 63% desse item.

Outro ingrediente essencial do modelo de agricultura industrial é o altíssimo requerimento de fertilizante, que pelo seu nome pareceria menos danoso que o resto dos agrotóxicos. Porém o uso de fertilizantes industriais, no lugar do equilíbrio de nutrientes naturais dos modelos anteriores de agricultura, também provoca adição e dependência e está nas mãos de um oligopólio transnacional fechado. Tal como os insumos derivados de petróleo, se baseiam no uso de produtos finitos e não renováveis: segundo dados de PotashCorp, a primeira empresa global de fertilizantes, as reservas de fósforo, ingrediente fundamental dos fertilizantes, diminuem a ritmo acelerado. Globalmente, o consumo industrial de fertilizantes aumentou 31% entre 1996 e 2008, devido ao incremento da pecuária industrial e a produção de combustíveis agroindustriais. Com as crises, o preço disparou mais de 650% entre janeiro de 2007 e agosto de 2008. Mosaic, a terceira empresa de fertilizantes em nível global (55% de propriedade da Cargill) aumentou seus lucros em mais de 1000% neste período.

³ GRAIN, “Las corporaciones siguen especulando con el hambre”. Abril 2009, <http://www.grain.org/seedling/?id=596>

Os 10 maiores processadores de alimentos (Nestlé, PepsiCo, Kraft Food, CocaCola, Unilever, Tyson Foods, Cargill, Mars, ADM, Danone) controlam os 26% do mercado e 100 cadeias de vendas diretas ao consumidor controlam os 40% desse mercado. Comparado à concentração das sementes e agrotóxicos, pareceriam porcentagens baixas, porém o volume de vendas é imensamente maior. No ano 2002, as vendas globais de sementes e agroquímicos totalizaram 29 bilhões de dólares, as de processadores de alimentos 259 bilhões e as de cadeias de vendas ao consumidor 501 bilhões. Em 2007, esses três setores aumentaram respectivamente para 49, 339 e 720 bilhões de dólares. A cadeia de supermercados WalMart, a maior empresa do mundo, ocupa o número 26 entre as 100 maiores economias do planeta, muito maior que o Produto Interno Bruto (PIB) de países inteiros como Dinamarca, Portugal, Venezuela ou Singapura.

Transgênicos para (des)arrumar o clima

O paradigma mais significativo desta “involução verde” das últimas décadas são os transgênicos, sementes patenteadas viciadas aos químicos das poucas empresas, promovidas como solução para resolver os atuais problemas da fome que o próprio modelo criou.

Após uma década de cultivos transgênicos, as estatísticas oficiais dos Estados Unidos (o maior produtor de transgênico a nível mundial) mostram que os transgênicos rendem menos e usam mais agrotóxicos que os cultivos convencionais. Além disso, segundo o Informe Stern do Governo do Reino Unido sobre mudanças climáticas, a agricultura industrial e a mudança do uso do solo (pelo desflorestamento, avanço da fronteira agrícola, rodovias, maior urbanização, entre outras) são responsáveis por 32% das causas da mudança climática, enquanto que o transporte é responsável por 14%.

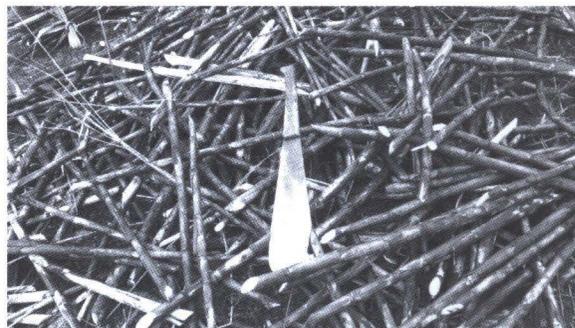
Somado a isto, as seis transnacionais que controlam 100% dos cultivos transgênicos no globo (Monsanto, Syngenta, Dupont-Pioneer, Bayer, Dow, Basf) e que tem obtido alta lucratividade com a venda de sementes patenteadas e agrotóxicos, se constituíram como salvadoras do clima e argumentam que precisa-se de mais transgênicos para enfrentar as tensões climáticas. Para isto estão desenvolvendo uma nova geração de cultivos transgênicos “resistentes ao clima” (*Climate Ready*, parafraseando os cultivos *RoundUp Ready*)

Já existem mais de 530 solicitações de monopólios de patentes aprovadas ou em trâmite (nos Estados Unidos,

Europa, Argentina, México, Brasil, China, África do Sul, entre outros) relacionadas a caracteres genéticos de plantas que poderiam resistir a pressões ambientais referentes ao clima, como seca, calor, frio inundações, solos salinos e outras. Em alguns casos, a cobertura das patentes solicitadas é tão vasta, que qualquer cultivo que tenha a mesma seqüência genética ficaria no controle da empresa. O “rei” das patentes de “genes climáticos” é a empresa Monsanto, que em sociedade com a empresa Basf e com algumas empresas de biotecnologia menores, controlam dois terços do germoplasma “resistência ao clima”⁴.

Outro aspecto trágico desta proposta é que as formas de agricultura altamente tecnicizadas, como a chamada “agricultura de precisão”, na realidade, têm empregado os problemas que diziam solucionar. Por exemplo, o risco controlado para “poupar” água, que somente chega à superfície das raízes das plantas, tem provocado maior salinização do solo, destruindo ou diminuindo drasticamente as possibilidades de semear qualquer cultivo. Os cultivos “resistentes ao clima” prometem aplicar a mesma lógica, e assim além dos problemas associados ao fato de serem transgênicos, afetariam muito negativamente os solos e a possibilidade de construir soluções reais.

Economia de açúcar: assalto final à natureza?



Acervo Fase Pernambuco . Foto Marc/ASTM

A crise climática e a substituição de combustíveis servem de justificativa também para uma série de empreendimentos que se propõem substituir a economia do petróleo – ou uma parte significativa desta – por uma nova “economia do açúcar” ou “economia de

⁴ Grupo ETC. “La apropiación de la agenda climática”, Comunicado de Junho de 2008. http://www.etcgroup.org/es/materiales/publicaciones.html?pub_id=69

carboidratos”, cuja matéria-prima é a biomassa fermentada com micróbios manipulados geneticamente. Trata-se de transformar os “ladrilhos básicos” de qualquer fonte de biomassa (cultivos, resíduos de colheita e florestais, árvores, pastos, algas, etc.), através de fermentação, e posterior construção de polímeros ou outros blocos construtores moleculares, para produzir fármacos, plásticos, químicos e combustíveis.

A primeira geração de agrocombustíveis tem provocado grandes impactos ambientais, econômicos e sociais, porém tem sido um fértil negócio para as indústrias dos agronegócios. Na mesma linha, agora as indústrias pretendem ir muito além com segundas e terceiras gerações de agrocombustíveis, baseadas em parte nos mesmos cultivos, porém dessa vez com o uso de transgênicos (cana-de-açúcar, milho, mamona, pinhão, soja, etc), somados à expansão de mais monocultivos de árvores.

Para acelerar a exacerbação de novas fontes de biomassa, tornando economicamente mais rentável o processamento de, por exemplo, celulose proveniente de eucaliptos e outras árvores, a idéia é usar micróbios produto de biologia sintética, ou seja, não com seqüências de outros seres vivos – como nos transgênicos – mas com seqüências construídas artificialmente em laboratório. O objetivo é chegar a construir seres vivos totalmente sintéticos que funcionem como “fábricas moleculares”. Ambiciosos cientistas como Craig Venter alegam já haver construído e patenteado um micróbio totalmente artificial, que poderia ser usado como um “chassi” a que se agregariam diferentes funções de acordo com o que se produzir. Este nos coloca incertezas e riscos ao meio-ambiente e à saúde ainda mais sérios que os transgênicos.

Implica ainda um aumento exponencial da demanda de biomassa natural ou cultivada, em ambos os casos com impactos tremendos para o meio ambiente, agravando as disputas de terra, água e nutrientes. Um exemplo: Dupont instalou em 2007 uma “biorrefinaria”, em Tenesse, Estados Unidos, que se usa 150.000 hectares de milho para produzir 45.000 toneladas de Sorona, uma substância similar ao nylon, que apesar de ser proveniente do milho, não é biodegradável nem se decompõe. Para isso usa bactérias *E-Coli* manipuladas por biologia sintética. No Brasil, a *Amyris Biotechnology*, uma das empresas pioneiras em biotecnologia sintética, assinou contratos com as duas grandes empresas brasileiras de produção e processamento de cana-de-açúcar – Crystalsev e Votorantim – para novos tipos de etanol e biodiesel baseado em biotecnologia sintética.

Mesmo que as empresas de biologia sintética usem nomes novos como Amyris, Athenix, Codexis, LS9, Mascoma, Metabolix, Verenum o Synthetic Genomic, as empresas que estão por trás destas são as principais petroleiras (Shell, BP, Marathon Oil, Chevron); as empresas que controlam mais de 80% do comércio mundial de cereais (ADM, Cargill, Bunge, Louis Dreyfus); o oligopólio de sementeiras e produtoras de transgênicos e agrotóxicos (Monsanto, Syngenta, DuPont, Dow, Basf, Bayer); as maiores farmacêuticas (Merck, Pfizer, Bristol Myers Squibb), junto à General Motors, Procter & Gamble, Marubeni e outras.

A materialização desta nova “economia do açúcar” implicaria na apropriação e mercantilização da maior quantidade possível de biomassa do planeta que não esteja já privatizada. Segundo um estudo do Departamento de Energia dos Estados Unidos, atualmente 24% da biomassa do planeta é usado e comercializado, a maior parte sob controle de empresas transnacionais. Há planos de quintuplicar a apropriação de biomassa para uso desse país. Afirmam que ao empregar celulose, árvores e resíduos de colheita (o que provocaria entre outras coisas maior degradação de solos) não competirão com alimentos, o que é uma afirmação falsa, porque demandarão mais terra e água, mais monocultivos e mais destruição de áreas naturais.

A outra cara: soberania alimentar



Quintais produtivos e hortas no Engenho União de Palmares - PE. Acervo Fase Pernambuco. Foto: Eliane Vieira

Somando ao panorama devastador de concentração corporativa e novas tecnologias que implicam mais riscos à saúde e ao meio ambiente, a alimentação das maiorias segue sendo a produção em pequena escala: embora Wal Mart seja a maior empresa do mundo, 85% dos alimentos são produzidos perto de onde se consome, grande parte graças à agricultura familiar e camponesa. Mesmo que o mercado de sementes comerciais esteja dominado pelas transnacionais, três quartos dos agricultores do mundo seguem guardando habitualmente parte de sua colheita para sementes e muitos cultivam variedades melhoradas localmente. Em 2007, a indústria de sementes argumentava que necessitava de patentes e outras formas de propriedade intelectual exclusiva para “recuperar” seus gastos com desenvolvimento de novas variedades: ao longo da existência desta indústria haviam produzido (e colocado sob propriedade intelectual) 72.000 novas variedades vegetais (a maioria flores e plantas ornamentais). Porém, os 1,4 bilhões de camponeses e agricultores familiares a nível global, produzem a cada ano, no mínimo, um milhão de novas variedades (a maioria para alimentação) que estão adaptadas localmente. Justamente é com este enorme conhecimento

e trabalho coletivo descentralizado que têm conseguido criar milhões de variedades de cultivos básicos adaptadas a uma grande diversidade de climas, o que é chave para as respostas às mudanças climáticas.

As verdadeiras alternativas às crises existem há muito tempo, sem transnacionais, sem tecnologias de risco: a soberania alimentar, baseada na diversidade de culturas e economias camponesas e locais, sustentáveis e descentralizadas, criando uma relação mais solidária campo-cidade, que também ponha limite à urbanização selvagem e diminua a demanda energética, os transportes e o lixo, criando as bases para relações respeitadas e conscientes dos limites da natureza.

Mais informações e fontes:

Informe do Grupo ETC, “¿De quién es la naturaleza? El poder corporativo y la frontera final en la mercantilización de la vida”. Noviembre 2008

http://www.etcgroup.org/es/materiales/publicaciones.html?pub_id=709



Carta Política do III Seminário Nacional sobre Agrotóxicos, Saúde e Sociedade

A Lei dos Agrotóxicos (Lei nº 7.802, de 12 de julho de 1989) está fazendo 20 anos e foi fruto de uma grande mobilização da sociedade, tendo sido aprovada pela representação popular no Congresso Nacional. Apesar dos avanços conquistados com a definição desta Lei que regula sobre o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, pouco tem sido implementado para efetivar ações de prevenção e controle dos efeitos nocivos destes produtos e ainda são tímidas as sanções e punições aplicadas àqueles que descumprem a lei.

Ao mesmo tempo, o Brasil assumiu, em 2008, a posição de maior consumidor mundial de agrotóxicos e continua sendo a “lixreira do mundo”, usando venenos já proibidos em vários países (da União Européia, nos Estados Unidos, no Japão e na China) por causarem impactos à saúde e ao ambiente.

O modelo de desenvolvimento baseado no agronegócio promovido pelo governo brasileiro levou o país a ser um grande produtor para exportação de soja, cana-de-açúcar, milho, algodão, carnes e café, em detrimento da produção sustentável de alimentos básicos. Este modelo exclui as famílias agricultoras, concentra a renda, a terra e os recursos naturais, degrada severamente o ambiente, e “exporta” água, solo, recursos minerais e a saúde de milhões de trabalhadores. Vendemos commodities à custa da morte silenciosa dos trabalhadores e dos consumidores.

A atividade agropecuária realizada no âmbito do agronegócio usa agrotóxicos de forma desrespeitosa, e muitas vezes criminosa. Estes venenos contaminam a nossa água, nossos solos, o ar que respiramos, contribuindo para a extinção da biodiversidade e ameaçando os modos de produção camponeses e tradicionais, com impacto sobre a cultura alimentar. Esta situação faz com que diferentes grupos da população brasileira – trabalhadores rurais, moradores do entorno dos grandes empreendimentos agrícolas, trabalhadores das fábricas de venenos, moradores de seu entorno, como também consumidores, sejam expostos aos agrotóxicos e consumam alimentos e água contaminados, com o agravante de estarem expostos a venenos de alto risco. Tais impactos são distribuídos de forma desigual entre os diferentes territórios e segmentos sociais, o que denunciamos como injustiça ambiental.

O uso de agrotóxicos é promovido pela modernização conservadora da agricultura e defendido pelas grandes corporações e pelo Estado brasileiro. É possível evidenciar a contribuição de diversas políticas públicas, em especial o crédito rural, no financiamento subsidiado dos venenos agrícolas. Do mesmo modo, o setor industrial de agrotóxicos se beneficia da redução de impostos, o que estimula ainda mais o consumo. Este modelo onera o orçamento público, com crescentes gastos na assistência à saúde, em atividades de controle do uso de agrotóxicos e na recuperação ambiental. Ao contrário, há uma fragilidade das políticas públicas no que diz respeito ao apoio a alternativas sustentáveis para a agricultura.

As organizações sociais participantes do III Seminário Nacional de Agrotóxicos, Saúde e Ambiente exigem um modelo de desenvolvimento que privilegie a vida, através do comprometimento do Estado em relação ao controle dos agrotóxicos, efetivando o cumprimento da lei, implementando um controle social eficaz na regulação e monitoramento dos riscos socioeconômicos e ambientais dos agrotóxicos na perspectiva da total eliminação de seu uso.

Também exigimos o reconhecimento e a potencialização das experiências de produção de base ecológica existentes em todo o país, como alternativas concretas ao uso dos agrotóxicos. É necessária a implementação urgente de políticas públicas voltadas para a promoção da transição do atual modelo agrícola para uma produção orientada pelos princípios da Agroecologia.

Lutamos por uma alimentação saudável e pelo efetivo cumprimento da Lei de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006), pelo acesso à terra e aos recursos naturais, como direitos fundamentais do povo brasileiro. Dessa forma, exigimos dos Governos, legisladores, juristas e Ministério Público, total empenho na defesa ampla e irrestrita desses direitos.

Repudiamos a atuação da bancada ruralista no Congresso Nacional e seus aliados que legitimam as estratégias das indústrias de agrotóxicos e do agronegócio, criando subterfúgios para obstruir as ações de controle dos órgãos oficiais, menosprezando os impactos ambientais e sobre a saúde causados por estes produtos e propondo mudanças na Lei dos Agrotóxicos, que podem destruir os avanços conquistados pela sociedade.

É o que desejam as organizações participantes do III Seminário Nacional Agrotóxicos, Saúde e Sociedade.

Uma luta pela vida, uma luta por direitos! Brasília, 10 de julho de 2009.

- ♦ Articulação Nacional de Agroecologia – ANA
- ♦ Associação Brasileira de Agroecologia - ABA Agroecologia
- ♦ Associação de Agricultura Ecológica Ipê e Antônio Prado, Rio Grande do Sul
- ♦ Associação de Cooperação Agrícola do Estado do Ceará - ACACE
- ♦ Associação de Moradores do Novo Maracanaú
- ♦ Associação dos Trabalhadores Expostos a Substâncias Químicas – ATESQ – SP e Campinas
- ♦ Associação Porfírio Nogueira da Costa Lagoa dos Cavalos
- ♦ Centro de Agricultura Alternativa - CAA-NORTE-MG
- ♦ Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor - CAPA
- ♦ Centro de Formação Socioagrícola Dom Helder Câmara
- ♦ Centro Ecológico
- ♦ Comissão de Segurança Ambiental e Saúde de Campos das Vertentes - COMSASCAVE
- ♦ Comissão Pastoral da Terra - CPT
- ♦ Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura - CONTAG
- ♦ Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE
- ♦ Federação de Agricultura Familiar do Mato Grosso do Sul – FETRAF MS
- ♦ Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Sergipe - FETASE
- ♦ Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil - FETRAF
- ♦ Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Santa Catarina - FETASC
- ♦ Fórum Carajás
- ♦ Fórum Matogrossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento – FORMAD - MT
- ♦ Fundação Rio Parnaíba - FURPA
- ♦ Instituto de Defesa do Consumidor – IDEC - SP
- ♦ Movimento das Mulheres Camponesas - MMC
- ♦ Movimento dos Pequenos Agricultores – Nacional e do MT
- ♦ Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST
- ♦ Núcleo TRAMAS – Universidade Federal do Ceará
- ♦ ONG Centro de Estudos Ambientais
- ♦ Rede Brasileira de Justiça Ambiental
- ♦ Regional das Associações dos Centros Familiares de Formação por Alternância do Espírito Santo - RACEFFAES
- ♦ Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lucas do Rio Verde
- ♦ Sociedade Maranhense de Direitos Humanos - SMDH-MA
- ♦ União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu – UNAIC - RS
- ♦ Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário - SINPAF

Campanha Por um Brasil Livre de Transgênicos



A campanha nacional Por um Brasil Livre de Transgênicos integra organizações da sociedade civil no debate sobre alimentos transgênicos no país. Seu objetivo é incidir sobre a questão de modo a fazer valer o Princípio da Precaução, sobre o qual deveria se basear a política brasileira de biossegurança. Com a influência de empresas transnacionais de biotecnologia sobre setores do governo federal e parte da comunidade científica nacional, este princípio vem sendo ignorado na análise dos pedidos de liberação para pesquisa e comercialização de transgênicos no Brasil. Assim, o trabalho da campanha em informar o público a respeito dos riscos não avaliados pelas autoridades é fundamental. Desde 1999, a organização Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA) edita o boletim eletrônico da campanha, que já teve mais de 400 edições e hoje se constitui como referência para o debate socialmente comprometido sobre transgênicos, agrotóxicos, segurança alimentar e agroecologia. Para conhecer o boletim da campanha Por um Brasil Livre de Transgênicos, acesse www.aspta.org.br.

<http://www.aspta.org.br/por-um-brasil-livre-de-transgenicos>



Intercâmbio e visita de experimento de reconversão agroecológica (foto Juliana Pinto Rocha)

Alimento e Resistência Agroecológica: Quilombolas do Sapê do Norte (Espírito Santo/Brasil)

Marcelo Calazans*

* Coordenador do Programa Regional Espírito Santo da FASE

Localizado no extremo norte do Espírito Santo, nos municípios de São Mateus e Conceição da Barra, o chamado Sapê do Norte reúne uma importante herança do patrimônio histórico e ambiental constituído pelas comunidades florestais de matriz africana, os quilombos. Compreende 39 comunidades rurais quilombolas, das quais 25 já possuem certidões de auto-definição pública, conforme Programa Territórios da Cidadania 2008 e/ou Fundação Cultural Palmares.

O modelo regional de desenvolvimento, implantado a partir dos ditatoriais anos 1970 e baseado na monocultura em larga escala de eucalipto de rápido crescimento, trouxe um grave conjunto de impactos sociais, econômicos, culturais e ambientais para as famílias quilombolas do Sapê do Norte. O desenvolvimento local foi abrupta e diretamente afetado com a derrubada da mata nativa, o desaparecimento de rios e córregos, a expulsão de famílias de suas casas e terras, a migração massiva para as periferias urbanas das sedes municipais e para a região metropolitana da capital do Estado.

Eram 12 mil famílias habitando comunidades rurais quilombolas, antes dos anos 1970. A Comissão Quilombola do Sapê do Norte calcula hoje 1.200 famílias ainda resistentes, cerca de 6 mil quilombolas. Em cada 100, 90 quilombolas saíram de suas terras ancestrais. Em relação inversa, somente em São Mateus, foram plantados mais de 50 mil hectares de eucalipto. E Conceição da Barra possui cerca de 70% de seu território municipal coberto

pelos plantios industriais de eucalipto e cana de açúcar.¹ Como impactos diretos desse processo de desenvolvimento exógeno e unilateral, os quilombolas contabilizam dezenas de córregos, lagos e lagoas desaparecidos², bem como toda a fauna e flora que constituía a base de extrativismo e garantia de segurança alimentar das sucessivas gerações de quilombolas há mais de dois séculos. De acordo com os Relatórios de Violação de Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Relatório DESCA/2003 e 2005), terra, água, trabalho e alimentação são os principais direitos que vêm sendo violados pela monocultura do eucalipto no Espírito Santo.

Em nível nacional, a Chamada Nutricional Quilombola realizada em 2006 pelo Ministério do Desenvolvimento Social junto às famílias com crianças de até 5 anos revelou que 47,3% dos chefes de família têm baixa escolaridade e que 11,6% das crianças quilombolas no Brasil apresentavam déficit de altura para a idade, o que expressa um alto percentual de prevalência de formas crônicas de desnutrição. A situação de insegurança alimentar e nutricional é tão grave que a proporção de crianças quilombolas de até 5 anos desnutridas é 76,1%

¹ RELATÓRIO de Violações de Direitos Econômicos, Sociais, Culturais, Ambientais. FASE/Rede Deserto Verde. 2003.

² H2O pra Celulose X Água para todas as línguas. FASE-ES 2006.

maior do que na população brasileira e 44,6% maior do que na população rural.

No plano regional, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Sapê do Norte apresenta clara desvantagem em relação à média estadual do Espírito Santo, seja no quesito educação, longevidade ou renda.³

No que tange à alimentação quilombola no Sapê do Norte, em 2008, a Escola Quilombola de Educação Política e Ambiental produziu uma diagnose reveladora da relação fundamental do alimento com o território quilombola⁴.

Segundo o diagnóstico, em Conceição da Barra, nas comunidades de Linharinho, São Domingos, Roda d'Água, Angelim 1, Angelim 2, Itaúnas e Santa Isabel, a alimentação pré-eucalipto consistia de plantios, caça e coleta, e tinha na Mata Atlântica sua base material de segurança e autonomia alimentar. Os principais alimentos eram:

- Leguminosas (feijão preto, branco, corda, fava, guandu)
- Peixes (traíra, cará, lambari, piau, piabanha, sauru, morobá, judeu, jundiá, piaba, etc).
- Carnes: porco, galinha caipira, boi e caça (tatu, paca, anta, veado, preá, cutia, pássaros)
- Verduras/legumes: abóbora, quiabo, salsa, coentro maranhão, cebolinha, mandioca, aipim, batata doce.
- Frutas: manga, jaca, laranja, limão, cajá, banana, melancia, cana (garapa).

No mesmo diagnóstico consta que em São Mateus, nas comunidades de Divino Espírito Santo, São Cristóvão, Chiado, São Jorge e Nova Vista, a cultura alimentar pré-eucalipto se assentava na seguinte dieta diária.

- Café da manhã: (antes da roça): café com garapa, fruta pão, banana da terra, batata doce, farofa de torresmo, aipim, melado com farinha, farinha de amendoim. Bolo de puba e araruta em ocasiões especiais.
- Almoço: feijão de corda, farinha de mandioca, galinha caipira, pirão d'água (substituto do feijão), fava, guandu. Carnes de caça: tatu, paca, gambá, caticoco, lagarto, quati, porco do mato, porco espinho, pato, tamanduá, macaco, jacaré, pássaros (arapuá, tucano, perdiz, beija-flor, rolinha)
- Peixes: traíra, piau, cangoá, cascudo, robalo, cará, jundiá, judeu, corocoxô, mussum, miroró, cambota, mandi, barriga mole, sauru. Miroró e caranguejo eram trocados na Barra pela farinha produzida nas comunidades.

- Jantar: "almoço mais fraco, jantar mais forte". Como armazenar era um problema, em geral o fogão cozinhava o dia inteiro e o alimento era sempre fresco, da hora.

- Lanche: milho, papa, arroz de coco, aipim, batata (ebornal)

Frutas e extrativismo: ingá, caju, manga, coco, banana, abacate, araçá, pitanga, amora, abacaxi, cambucá, pindoba, tucum, dendê (para religião em mesas e pedras/ para uso medicinal), palmito.

Seguindo o diagnóstico, com a devastação da Mata Atlântica e sua substituição pela monocultura do eucalipto, hoje, o acesso aos alimentos, em sua maior parte, requer uma visita aos mercados dos centros municipais de São Mateus e Conceição da Barra. A falta de terras disponíveis para os plantios e criações, a ausência de áreas de Mata Atlântica para o extrativismo, a pesca e a caça, a crise hídrica e o envenenamento da terra, dos rios e córregos por agroquímicos afetam direta e radicalmente a cultura, a segurança e a soberania alimentar quilombola em todo o Sapê do Norte. Os alimentos industriais passaram a predominar na dieta alimentar quilombola, deteriorando a qualidade da alimentação, além de trazer para as comunidades um lixo de descartáveis que, em sua maioria, não é recolhido pelos poderes públicos municipais.

Apresentado no Conselho Estadual de Segurança Alimentar do Espírito Santo, bem como no Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional, o diagnóstico da alimentação quilombola no Sapê do Norte provocou a visita da Comissão Especial de Monitoramento das Violações do Direito Humano à Alimentação Adequada, constituída pela Resolução nº 12/2005 CDDPH. Para a Comissão Especial, a exigibilidade do direito à alimentação no Sapê do Norte está diretamente vinculada à garantia do direito ao território quilombola.

Da resistência produtiva agroecológica.

Concomitante à luta pela reconquista de seu território, ainda que nas áreas restritas em que ficaram isoladas em meio ao eucalipto, as comunidades quilombolas do Sapê do Norte vêm desenvolvendo um conjunto significativo de experimentos agroecológicos.

³ Saúde das populações quilombolas no ES: Vulnerabilidade e direitos humanos. In Psicologia Social, ABRAPSO 2008.

⁴ DIAGNÓSTICO de Segurança Alimentar nos Quilombos do Sapê do Norte. Quilombo de Linharinho, Conceição da Barra, ES, Agosto/2008.

A reconquista da terra está vinculada a uma estratégia radical de reconversão territorial: da monocultura química para a diversificação agroecológica. A partir dos pequenos quintais, a resistência produtiva se expande para áreas em conflito com a Aracruz Celulose e a Suzano. No momento posterior ao corte e à extração do eucalipto pelas empresas, muitas famílias quilombolas agricultoras têm avançado gradativamente sobre suas terras tradicionais. Nas imediações dos quintais, sobre áreas de toco (corte raso) de eucalipto, os quilombolas têm experimentado plantios de melancia, adubo verde, abóbora, banana, hortaliças etc. São pequenos plantios, mas de enorme valor simbólico e experimental pois pretendem construir coletivamente uma base de conhecimentos e técnicas de reconversão territorial.

As famílias, sob forte influência das mulheres quilombolas, vêm guardando e manejando espécies regionais de milho, feijão e mandioca, que continua sendo o principal elemento da base alimentar e da renda familiar. Resgatando o sistema de ajuntamento e mutirão,

as comunidades de Roda d'Água, Chiado, Divino Espírito Santo, Angelim 1 e São Domingos vêm realizando plantios diversificados e reformando casas de farinhas tradicionais, recuperando receitas da culinária quilombola como o beiju, as pamonhas de tapioca, o cuscuz, a pasta de fruta-pão.

Na contra-cultura dos plantios homogêneos, comunidades como Nova Vista, Angelim 1, Angelim 2 e Linharinho vêm plantando mudas de árvores da Mata Atlântica, buscando proteger nascentes e matas ciliares. A proteção da água é elemento fundamental para a sobrevivência em uma região de transição do clima tropical úmido para o semi-árido.

Os caminhos para um horizonte pós-eucalipto começam a ser desenhados em cada uma das comunidades quilombolas. Conforme a música de Antônio Sapezeiro, da comunidade de Chiado: "Usando chapéu de palha, procurando a minha sorte, lutando sempre cantando, pra salvar Sapê do Norte".



Mutirão de Plantio de uma horta comunitária para abastecer a Escola Quilombola em São Domingos. (Julho/2009) Foto Juliana Pinto Rocha.

Uma experiência quilombola: da monocultura do eucalipto para a reconversão agroecológica

Depoimento de João Baptista Guimarães
(Técnico agrícola da Fase Espírito Santo)

A família do senhor Getúlio e senhora Dolores Baptista Guimarães habita a comunidade quilombola de Angelim 1, no município de Conceição da Barra, no território do Sapê do Norte do Espírito Santo. Seus pais, avós, bisavós e tataravós sempre ali viveram, do extrativismo da Mata Atlântica e da agricultura de alimentos para subsistência e comercialização, bem como de pequenas criações de boi, porco e galinha. Mandioca, coco, milho, feijão, aipim, batata, melancia, abóbora, banana, cana, amendoim, café e laranja eram as principais culturas. Apesar de uma prática agrícola bastante diversificada, a produção de farinha de mandioca sempre foi a principal fonte de renda da família.



Em 1991, um técnico da Aracruz Celulose fez uma visita aos quilombolas de Angelim 1, propondo o Fomento Florestal: “a empresa não via Sr. Getulio e Sra. Dolores apenas como simples agricultores, mas sobretudo como futuros empresários rurais.” Na ausência de políticas públicas para as comunidades quilombolas, bem como para a agricultura familiar de alimentos, seduzido pelo técnico da empresa, Sr. Getúlio acreditava no fomento de eucalipto como salvação da lavoura. Fechou com a Aracruz Celulose um contrato jurídico de fomento. Em 1992, se iniciou o plantio de eucalipto em uma área de 12 hectares, antes utilizada para produção de alimentos de subsistência. Esta área, antes da chegada do eucalipto, apresentava um solo com alto teor de matéria orgânica, bem grumoso, com boa aeração e umidade.

Enquanto as primeiras árvores cresciam, Sr. Getúlio foi percebendo que a fala do técnico que o havia abordado não era coerente com o que experimentava, que o solo se modificava e, mais que isso, que estava preso por cláusulas contratuais junto à Aracruz Celulose. De fato, na ponta do lápis, os recursos que a empresa depositava em sua conta não eram suficientes para a realização das atividades de manejo contratadas: o preparo do solo, os plantios e replantios, as capinas e a roçagem. Muitas vezes a família tinha de investir os próprios recursos para concluir as atividades contratadas com a Aracruz Celulose, sem falar das atividades de colheita, transporte e assistência técnica, de inteira responsabilidade da família.

Em 1999 se realizou o primeiro corte. Uma decepção para Sr. Getúlio. 30% da produção foram devolvidos à empresa Aracruz Celulose, “pelo pagamento da dívida proveniente do adiantamento dos recursos para realização das atividades de manejo”. Com os 70%, a família deveria investir no corte, baldeio, carregamento e transporte até a fábrica de celulose da empresa, cerca de 240km de distância de Angelim 1... Calculando seus custos, Sr. Getúlio percebeu que, passados 8 anos, não obtivera lucro! Resolveu romper o contrato com a empresa Aracruz Celulose. Seus 12 hectares estavam, entretanto, cobertos de “tocos” do eucalipto pós-corte. Sem um novo contrato com a Aracruz (e portanto sem direito ao adiantamento dos 30% da empresa), sem alternativas para reconversão da área, Sr. Getúlio resolveu permanecer produzindo eucalipto. Como cobriria os 70% de sua responsabilidade no segundo corte? Para quem poderia vender esse eucalipto fora do monopólio da empresa?

Sr. Getúlio fazia seus cálculos:

“1 ha de eucalipto / 400 metros cúbicos de madeira / 12 ha / 7 anos = R\$2.142”

“1 ha de mandioca / 25 ton/ano / 12 ha / 7 anos = R\$5.000”

A família decidiu não mais investir no eucalipto, depois de 14 anos dependendo de empréstimos e do mercado para sobreviver. Em 2008, dois anos depois do segundo corte, o solo apresentava alto teor de acidez, ressecamento, compactação, e pouca matéria orgânica. Tentaram plantar milho e melancia, com péssimos resultados. Percebiam que a terra precisava de cuidados específicos para recuperação do solo, de sua umidade e microrganismos.

É sobre esta área que a família vem experimentando técnicas agroecológicas de reconversão da monocultura do eucalipto para a produção de alimentos e mata atlântica. São técnicas de manejo e poda da rebrota do eucalipto, adubação verde, plantio de mudas de árvores pioneiras para a Mata Atlântica, além de frutíferas, bem como experimentos de cultivos com espécies regionais de mandioca, feijão e milho. Banana, abacaxi, coco. Refletindo sobre essa experiência localizada e específica, a família terá muito o que ensinar para todo o Sapê do Norte quilombola e demais comunidades camponesas e indígenas, que estão lidando com o mesmo problema do pós-eucalipto.



Alimentos beneficiados pelo Grupo "Amigas da Fronteira", em projeto de manejo de recursos naturais do Assentamento Corixinha, em Cáceres/MT.

Segurança e soberania alimentar: alimento ou mercadoria?

Regina da Silva Miranda *

* A autora é nutricionista. O artigo foi revisado por Leonardo Melgarejo, doutor em Desenvolvimento Rural.

Na modernidade, os alimentos adquirem características singulares que não estiveram presentes ao longo de quase toda a história da humanidade, e que se prendem ao objetivo principal do mercado: gerar lucros.

Nesse sentido, observam-se características distintas daquelas que predominaram ao longo de milênios, quando o fundamento da alimentação estava em garantir a vida e todas as conexões que dela derivam, contemplando inclusive dimensões que não se ajustam às condições de mercado, como aquelas associadas às funções prazerosas, sociabilizantes, afetivas e integradoras.

Esta nova realidade, imposta aos alimentos por sua condição de mercadoria destinada a gerar lucros, determina passos e exige funcionalidades que contrariam necessidades fundamentais comuns a toda humanidade. Os alimentos, como mercadorias, passam a incorporar circuitos em que a racionalidade de mercado estabelece nova lógica, exigindo tempos de exposição, estoque e disposição em prateleiras, características de padronização e normatização que permitam controle e rastreabilidade automatizados, definindo novo contexto para o planejamento da questão alimentar em escala global. Associado a isto, temos a apropriação privada das tecnologias envolvidas na produção, transformação, processos de embalagem e transporte e até mesmo na comercialização de alimentos. Na modernidade, a

concentração de controles privados sobre todos os passos que levam desde a geração de novas necessidades de consumo por meio de campanhas de marketing até a distribuição de produtos que são concebidos e produzidos por intermédio de complexos processos de engenharia agrônômica, industrial e logística, coloca aquela função básica relacionada à garantia da vida, e suas conexões, como secundária, e transforma os indivíduos em consumidores com escassa, ou quase nula, autonomia decisória.

Um alimento que tem por missão gerar lucro em um processo onde se insere como mercadoria terá um dono que exigirá segurança quanto à realização deste objetivo (o lucro). Assim, a concentração de poder e a ingerência sobre o conjunto de fases envolvidas nos procedimentos associados à produção e distribuição, ao envolverem todo o espectro de tecnologias associadas, destinam-se a assegurar a lucratividade, atendendo aos interesses daquele dono que, seguramente, nem sempre terá preocupações coincidentes com os interesses dos consumidores.

Desde a perspectiva dos controladores deste processo, os alimentos não podem ficar à mercê de fenômenos naturais, pois o mercado exige constância de oferta independente dos eventos climáticos, das vocações produtivas dos diversos biomas, da sazonalidade e mesmo dos ciclos biológicos. Por isto, é do interesse dos

mercados ampliar o controle sobre os processos naturais. Como condições adicionais, os gestores de mercados também devem garantir produtos cujo tempo de exposição em prateleira se mostre suficiente para sua comercialização, considerando os mecanismos e as possibilidades de conservação.

Nesse sentido, quanto maior o tempo de vida útil nas gôndolas de supermercados, maior a chance de um alimento-mercadoria cumprir seu objetivo, considerando ainda que, dados os interesses de seu dono, aqueles produtos são **mercadorias**, algo que neste contexto passa a ser considerado “mais do que” simplesmente **alimentos**.

Assim, os produtos são justificadamente manipulados, e têm sua bioquímica reconfigurada considerando essa lógica. Em consequência, todas as fases da cadeia produtiva adotam procedimentos coerentes buscando ampliar a lucratividade final, e por este motivo passam a orientar a produção utilizando os instrumentos disponíveis, seja com adição de agrotóxicos, seja interferindo na base genética ou incorporando aditivos que interferem no transporte, na industrialização, no processo de embalagem e nas características das próprias embalagens.

Com isso, reduz-se a diversidade ofertada, ao mesmo tempo em que se padronizam modelos de cadeias produtivas, engessando a criatividade e a variabilidade de oferta e mesmo de itens historicamente associados à alimentação e às características das culturas alimentares estabelecidas de forma ajustada aos diferentes biomas.

Acelera-se e amplia-se a oferta de alimentos processados, enfatizando que sua necessidade é crescente, que os controles são adequados e que os produtos são, fundamentalmente, mais baratos, afirmando que esta é a principal motivação do progresso no setor alimentar.

Desta forma, os itens industrializados são planejados e manipulados através de procedimentos que permitem ampliar ao máximo o controle sobre a atividade enzimática, função natural que dita o tempo hábil para o consumo de qualquer alimento. Para dominar esta função natural, os alimentos-mercadorias recebem cargas planejadas de componentes que lhes são alheios e que atuam no sentido de estabilizá-la ou mesmo desativá-la, alterando o ciclo de vida que determina sua utilidade para o consumo humano.

Isto se dá em respeito a características da mercadoria que contrariam as condições fundamentais do alimento, pois

quanto mais inativo na sua função metabólica, tanto menos nutritivo ele será. A contradição entre os interesses do dono, expresso na busca do lucro, e as necessidades do cidadão consumidor, expressas na qualidade do alimento, não é considerada pelos instrumentos de controle como merecedora de maior cautela, a ponto de que a essência da nutrição metabólica, que decorre das trocas enzimáticas, se torna irrelevante aos processos de manipulação com vistas ao mercado.

Ora, um alimento reduzido em sua função metabólica é, sem dúvida, menos nutritivo. Mas esta é apenas uma das dimensões a ser considerada, pois os componentes adicionados também incorporam efeitos inesperados e ainda pouco conhecidos para a saúde humana. Seria ingenuidade pensar que aqueles elementos não interferem também na bioquímica digestiva e na realização das funções nutritivas como um todo, quando ingeridos pelos consumidores. As atividades biológicas daqueles redutores de funções metabólicas, bem como dos outros elementos estranhos à biologia dos alimentos, não se restringem somente aos produtos em si, repercutindo nos corpos dos seres que consomem aquelas mercadorias.

Nesta perspectiva, é possível afirmar que tanto os agrotóxicos, como os conservantes e todo um leque de componentes químicos e alterações biológicas adicionados nos produtos industrializados, constituem no mínimo **incógnitas alimentares**.

Irônico é perceber que, ao mesmo tempo em que a indústria de alimentos trabalha na contramão da atividade biológica, ela busca reconfigurar este mesmo produto, libertando-o de seus atributos originais, como a cor, o sabor, a consistência o cheiro, o paladar. Então, adicionando aromatizantes, edulcorantes, corantes, estabilizantes, saborizantes e etc., pretende-se criar novos produtos, que são apresentados como similares aos originais porém “melhores”, porque artificialmente mais duráveis, mais bonitos, mais resistentes ao transporte ou mais perfumados. Trata-se, claramente, de condições que atendem ao interesse dos negócios e justificam preocupações e temores dos consumidores, pois não conhecemos as consequências daquelas transformações sobre as funções orgânicas dos indivíduos que vierem a ingerir os produtos modificados.

Bom lembrar que estas funções orgânicas sensoriais receptoras de cor, sabor, cheiro e consistência são as bases das trocas nutritivas. Nossos sentidos captam estes estímulos externos e os transformam em respostas metabólicas internas, preparando-nos para receber

determinados princípios nutritivos dos alimentos e transformá-los em nutrição celular. Como estas condições naturais e seus reflexos biológicos são afetados, quando aqueles estímulos são falsos? Não temos respostas para esta pergunta.

Entretanto, sabemos que se aquilo que tem sabor de queijo não é queijo (proteína de origem animal, qualificada com vitamina A e ácidos graxos essenciais), o organismo deflagrará processos para desdobrar um produto, liberando enzimas ajustadas ao mesmo, mas talvez inadequadas para outras atividades, necessárias na medida que o organismo espera queijo mas se deparará com algo diferente. Se, ao invés de queijo, o metabolismo tenha que lidar com processados de milho (hidrato de carbono simples) colorido, aromatizado e saborizado artificialmente, acrescido de sal de cozinha (cloreto de sódio) em excesso, adicionado de um outro sal, que provoca ingestão ilimitada (glutamato-monossódico), evidentemente será necessário uma contra-ordem biológica. Qual o reflexo destas contradições, em situações continuadas? Não temos resposta.

“Isso é mercadoria, não é alimento.”

“Uma base tecnológica intolerante com o princípio da precaução, quem quer ter lucros tem pressa.”

Podemos refletir que o fato de uma matriz tecnológica possibilitar o aumento no volume de produção de um alimento e, manipulando sua condição natural, expandir sua vida útil de forma a provocar barateamento, não valida o pressuposto de que aquele alimento corresponda a um veículo de segurança alimentar. Considerando que a base bioquímica alimentar é alterada pela adição de substâncias de natureza no mínimo duvidosa para a saúde humana, e que seus princípios nutritivos podem estar diminuídos ou mesmo indisponíveis, podemos dizer, contrariando aquele pressuposto, que se dá o contrário: uma matriz tecnológica que expande a oferta e reduz os preços transformando a condição biológica do alimento corresponde, na verdade, a uma proposta tecnológica insegura.

Ainda há que considerar o fato de que a simples disponibilização de acesso amplo a alimentos de baixo valor nutritivo, impondo um padrão alimentar precário e monótono, do ponto de vista da qualidade dos alimentos, revela presença de uma base produtiva geradora de **insegurança alimentar**.

Já uma reflexão mais ampla, no nível internacional, mostra que os códigos de conduta, a normatização, a

padronização e os regramentos a que se subordinam a produção e comercialização dos alimentos, (Codex, OMC etc.) são motivados antes pela garantias de controle e reserva de mercado do que pela promoção do direito humano à alimentação adequada e saudável. Essas ferramentas mais se constituem em armadilhas que interferem sobre a liberdade de autodeterminação dos povos relativa à produção e abastecimento de alimentos, do que contribuem para a promoção da **soberania alimentar**. Os mecanismos internacionais de regulamentação, na medida em que focalizam apenas a sanidade biológica considerada a partir de aspectos de higiene, e atribuem pouco valor à efetiva qualificação dos alimentos, permitem ameaças ao desenvolvimento humano. Consubstanciadas na erosão do potencial nutricional dos alimentos e traduzidas pelo uso generalizado de ingredientes e processos que comprometem a segurança biológica, estas ameaças também alcançam a base genética dos principais grãos de consumo humano. Na prática, os processos de patenteamento genético reforçam esta tendência de transformação dos alimentos em mercadorias, negando o direito de controle dos povos sobre as sementes em que se baseiam suas próprias culturas. Forçando uma uniformização que contraria a trajetória histórica dos diferentes grupos sociais nas várias regiões do planeta, este modelo que constringe as possibilidades de autonomia e desenvolvimento autogerido para grandes massas populacionais é impulsionado por (e reforça) estas tendências de concentração de capital, impactando sobre as regulamentações e acordos internacionais. Repete-se desta forma, no plano dos direitos internacionais, o que já ocorre no contexto das possibilidades de acesso a terra e aos demais meios de produção, reduzindo mais ainda as perspectivas de garantia de alimentos saudáveis como direito humano universal.

Portanto, as relações entre o modo moderno de alimentação e os problemas de saúde emergentes não são irrelevantes nem aleatórias.

Este é um fenômeno complexo, “a emergência do comportamento alimentar moderno”, que conjuga o uso de agrotóxicos e dos demais aditivos aos alimentos, desde sua produção até o consumo, incluído aí o estilo de embalagens que fazem trocas bioquímicas inseguras com os alimentos (plásticos). Somados ao padrão comportamental imposto pela mídia alimentar que amplia a oferta de alimentos industrializados, e a crescente onda apelativa de acesso a redes altamente capitalizadas de estabelecimentos alimentares do tipo fast food, ambos cada vez mais baratos. Ainda estes

alimentos caracterizam-se pela alta concentração de sal, de gorduras de baixa qualidade e/ou açúcar. Alia-se a isso um estilo de vida em que o tempo para a produção do alimento no domicílio é escasso e a atividade física é diminuída ou nula. Tudo isso junto não é uma simples soma, e sim um fenômeno que se potencializa em escala geométrica, produzindo inegavelmente mudanças nos corpos modernos. Não seria diferente, pois o genoma humano é um resultado ancestral das trocas entre o ser e a natureza, há mais de 50.000 anos na busca de sua sobrevivência. A alimentação, o beber água, a respiração e a atividade física desempenharam função primordial. Ora, na modernidade alimentar nossos corpos continuam receptando os estímulos e emitindo respostas, reagindo e agindo com relação e estes padrões impostos pelo ambiente.

Ainda para refletirmos: este modelo produtivo que reorientou a qualidade do alimento, restringiu sua variedade, padronizou, concentrou e globalizou toda a tecnologia que envolve sua produção e distribuição, orienta os equipamentos sociais de acesso dos mesmos e as informações de amplo alcance das massas, este modelo produtivo desta forma definiu uma nova relação entre ser humano e alimento, redefiniu o próprio perfil daquele que vai se alimentar, redefiniu o ser humano.

O novo usuário do alimento tem uma única função, estritamente de consumo, impessoal, desprovida de saberes e afetos, sob a qual não tem poder nem autonomia, contrariando conquistas cumulativas que a humanidade havia galgado tradicionalmente. O único poder que necessariamente deve ter é o de compra.

Já existem comprovações da repercussão deste modelo na saúde humana, que articula a composição insegura dos alimentos, baixa realização de atividade física, estresse e o comportamento alimentar inadequado, o dito "estilo de vida moderno". A carcinogênese, a depressão, as deficiências de micronutrientes, crescimento de doenças crônico-degenerativas, prevalência da obesidade, desvios no comportamento alimentar, hipoespermia e outras conexões inquietantes são somente as primeiras respostas do organismo humano a tantas mudanças em tão pouco tempo. O que mais nos aguarda?

Mesmo que haja recomendações dos Ministérios da Saúde e da Agricultura para os níveis aceitáveis de utilização de resíduos, é preocupante o fato óbvio de que uma mesma pessoa consome quantidade variada de alimentos com diferentes cargas desses aditivos num mesmo dia, e que estes ainda podem interagir, com conseqüências desconhecidas.

Também é interessante observar que a própria indústria de alimentos reconhece o fato de que os processados resultam desqualificados do ponto de vista nutricional, e que o impacto é tão relevante que, quanto mais processado, menor será o valor nutritivo de qualquer alimento.

Então, para recuperar o prejuízo, esta mesma indústria propõe suplementos alimentares para corrigir perdas nutricionais. Vitaminas, sais minerais, cápsulas de alho, cápsulas de berinjela, antioxidantes, combatentes de radicais livres. Mais uma vez, **Frankensteins alimentares**.

A questão fundamental é que na biodinâmica orgânica os alimentos agem em conexão com o microecossistema alimentar e metabólico. Funcionam em sinergismo com outros nutrientes, a biota própria, em dadas condições de temperatura e pressão, num determinado PH, numa dada consistência, combinados com dados pigmentos, tudo somado a uma ação digestiva alimentar singular por ela desencadeada. Portanto, cápsulas e demais aditivos por si só não são alimentos e nem mesmo suplementos, pois nosso corpo não os recebe como tal. São remédios, drogas, estimulantes, e é assim que nosso organismo as percebe. Logo, o resultado da ingestão daqueles suplementos não é coerente com o prometido. Aqueles produtos não suprirão lacunas nutricionais abertas pelos **alimentos da modernidade**. Alguns daqueles aditivos, ao contrário, vêm se constituindo como agentes tóxicos, a exemplo dos suplementos de vitamina A e E encapsuladas. Como nosso organismo não consegue excretar os excessos imprevisíveis daquelas megadoses, as conexões metabólicas deflagradas interferem em diversos sistemas, resultando problemáticas.

Estes suplementos também são mercadorias prontas para serem consumidas e gerarem lucros, sem preocupações com garantias de segurança relativamente a seus resultados nutricionais.

Muito embora os investimentos em pesquisas nesta área se mostrem escassos, tímidos e inconstantes, dada a relevância do assunto, é possível afirmar que eles já apontam a urgência de cautela e de maior conhecimento sobre estes produtos e suas atividades no organismo humano. Entretanto, a maior parte dos investimentos aplicados na geração de informações sobre este assunto provém da iniciativa privada, sendo direcionados para a validação do modelo tecnológico atual. Estas pesquisas focalizam principalmente a combinação dos aditivos e os alimentos, e pouca atenção atribuem a suas repercussões para saúde dos corpos vivos.

É verdadeiramente um grande atrevimento “científico” sustentar a hipótese de que podemos produzir algo mais perfeito que o ato de se alimentar, acreditando que em menos de 200 anos poderemos reformar (e, paradoxalmente, para pior) toda uma base genético-metabólica construída há mais de 50.000 anos.

Existem outras possibilidades, caminhos diferentes, metodologias investigatórias pautadas no princípio da observação de evidências do ato de alimentar-se, que é historicamente construído. Observar suas conexões sociais, ambientais e emocionais que ainda estão por serem decodificadas. Acaso não é suficientemente intrigante, do ponto de vista científico, a diversidade de comportamentos alimentares estratégicos em diferentes partes do planeta? Suas relações com a disponibilidade local de alimentos? As conexões fisiológicas que delas derivam?



Dona Claudentina Trindade, da comunidade quilombola de Angelim 1, com amostra dos seus beijos. Acervo Fase Espírito Santo.

Há atitudes alimentares, observadas em comunidades tradicionais, que são verdadeiros comportamentos gastronômicos de resistência. Isto ainda está por ser revelado, tanto em seus aspectos antropológicos e sociais quanto em seu correspondente nutricional e metabólico. Deve-se construir uma nova ética investigativa, baseada na lógica do respeito aos direitos humanos e no pleno desenvolvimento das potencialidades fisiológicas, anatômicas e funcionais, para que assim reordenemos nosso capital biológico, social, ambiental e cultural no sentido de propiciar o pleno desenvolvimento físico, social, emocional e espiritual do ser humano, conforme propõe a Organização Mundial de Saúde (OMS), quando conceitua “saúde”.

As convenções internacionais relacionadas ao modelo de conduta de sanidade alimentar, bem como as regras de comercialização, funcionam mais como mediadoras de grandes interesses no macro sistema do que propriamente

como defensoras da humanidade. Aparentemente, elas não se propõem a garantir segurança e soberania alimentar aos povos, em perspectiva de longo prazo. Em realidade, aqueles mecanismos e instrumentos vêm se constituindo em elemento de bloqueio à livre determinação dos povos quanto à soberania alimentar.

É urgente estabelecermos instâncias para a defesa organizada dos interesses da humanidade, que vêm sendo desprezados neste processo globalizado de mercantilização dos alimentos. A necessidade atual exige a fundação de uma nova ética, que se imponha e modifique a atual lógica de produção de alimentos, redefinindo seus objetivos e bases tecnológicas, desde a produção, industrialização, abastecimento e distribuição até o consumo.

Há necessidade de todo um complexo novo, que seja facilitador da emergência de novos sistemas agroalimentares. Estes devem ser centrados na soberania e na segurança alimentar, tendo como princípio a garantia dos direitos humanos no campo da alimentação, que deve ser necessariamente adequada e saudável.

Carecemos de modelos de produção e consumo comprometidos com a sustentabilidade ambiental, pautados pela justiça social, valorizadores da diversidade social, cultural e étnica. Fundamentalmente, isto só será possível com redistribuição da terra, dos meios necessários para a produção e com investimentos financeiros e técnicos que priorizem as pequenas agriculturas e possibilitem a inclusão produtiva. Assim também com outros segmentos de pequeno porte, envolvendo redes e cadeias de agroindústrias e de varejo, articulando estes elementos a processos de organização dos destinatários finais em cooperativas e mercados de consumo solidário. Finalmente, outro desafio é o de construir de forma dialógica a qualificação dos indivíduos para o consumo consciente e ético de alimentos saudáveis e adequados.

Produção de hortaliças com práticas agroecológicas por famílias de Mirassol d'Oeste/MT



Campanha Nacional pela Produção de Alimentos Saudáveis



Uma das práticas realizadas pelo Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) é a promoção da soberania alimentar, através das diversas atividades que desempenha em seus grupos. A fim de fortalecer a soberania alimentar dos povos e a luta em defesa da vida, a Campanha Nacional pela Produção de Alimentos Saudáveis atua com ações em cinco dimensões: política, ambiental, ética, cultural e feminista, nas mudanças cotidianas, econômica e social. Propõe um incentivo à agricultura ecológica e um contraponto ao agronegócio. Temos como objetivo avançar na luta pela soberania alimentar, tornando visível o potencial em produção que a agricultura camponesa possui e contribuir no combate à fome e à miséria e evidenciar o papel da mulher nesse processo produtivo, sensibilizando a sociedade sobre a situação de degradação ambiental que nosso planeta vem sofrendo, bem como alertar a necessidade de retomar o cuidado com a vida.

http://www.mmcbrasil.com.br/noticias/190207_campanha2007.htm



Escolas e creches em alguns municípios de Mato Grosso adquirem produtos da agricultura familiar para a alimentação dos alunos. Acervo Fase Mato Grosso.

A terceirização da comida¹

Coletivo do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional *

¹ Versão atualizada do artigo publicado na Edição nº21 de abril de 2009, do Jornal Le Monde Diplomatique Brasil

* O Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN), criado em 1998, tem como objetivo promover uma mobilização social no campo da segurança alimentar e nutricional no Brasil, propiciando um espaço político e técnico permanente de diálogo, articulação e intervenção de um conjunto de organizações da sociedade civil nos processos de formulação e proposição de políticas públicas. O FBSAN é marcado pela riqueza e variedade das experiências de ONGs, movimentos sociais, redes e entidades que o integram, com o objetivo de promover o Direito Humano à Alimentação Adequada e a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Colaboraram com este artigo: Marília Leão (ABRANDH), Maria Emília Pacheco (FASE), Vanessa Schottz (FASE), Sônia Lucena (UFPE), Regina Miranda (Fórum de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Rio Grande do Sul)

No Brasil, toda criança e adolescente que cursa o ensino fundamental em escolas públicas tem direito a receber alimentação no período em que fica na escola. Este direito está previsto na Constituição Federal, no capítulo da "Ordem Social", Art. 208, inciso VII². Esta obrigação do Estado é cumprida por meio de uma política pública que conhecemos como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), sob a responsabilidade do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão do Ministério da Educação. É com base neste ordenamento jurídico que se desenvolve o PNAE, uma das mais antigas políticas públicas de segurança alimentar e nutricional do país, que nasceu sob a inspiração de Josué de Castro, com o nome de "Campanha Nacional de Merenda Escolar", lá pelos idos de 1954.

O PNAE é uma das políticas públicas estratégicas para a garantia da segurança alimentar e nutricional dos escolares que cursam o ensino fundamental. É por esta razão que o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN) coloca o programa como um dos eixos centrais de sua agenda nacional. Defendemos o PNAE como parte integrante do projeto pedagógico da educação pública e, portanto, entendemos sua operacionalização como um dever do poder público. O FBSAN entende, ainda, que a escola pública é um ambiente privilegiado para a promoção da alimentação saudável e adequada, associada à sua função precípua de educar para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. O que as crianças aprendem na infância tende a influenciar o resto de suas vidas.

O PNAE é um programa de alta relevância social, na medida em que atende todos os alunos da educação infantil (creches e pré-escolas) e do ensino fundamental que cursam as escolas públicas do país. Isto significa o atendimento de 37,2 milhões de alunos/dia. O programa caracteriza-se por ser universal, operar com recursos exclusivamente públicos e promover o direito humano à alimentação adequada (DHAA). Toda criança em sala de aula tem direito de dispor das refeições oferecidas pelo programa, sem quaisquer discriminações ou exceções. O orçamento aprovado para 2009 é da ordem de 2,1 bilhões de reais, apenas contabilizando os recursos federais, devendo alcançar 44 milhões de refeições servidas por dia. Este valor coloca o PNAE como um dos maiores e permanentes compradores públicos de alimentos para o abastecimento das escolas, durante cerca de duzentos dias letivos. Trata-se, portanto, de um mercado institucional público de grandes dimensões e com forte capilaridade nacional, porque está presente na maioria dos municípios.

² "Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

...

VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde". Grifo dos autores.

O PNAE é uma política pública bem estabelecida em todo o país, com forte capacidade para influenciar o desenvolvimento local. Suas potencialidades associadas, de maneira sinérgica, às políticas que fortalecem a agricultura familiar, podem desencadear um próspero e virtuoso ciclo para o desenvolvimento local, promovendo com isso a segurança alimentar e nutricional. É importante reafirmar o papel econômico e cultural da agricultura familiar em produzir alimentos no Brasil. De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário³, a agricultura familiar brasileira responde por 70% da produção de alimentos consumidos pela população do Brasil. Entre os principais produtos estão a mandioca (84%), o frango (70%), a alface (69%), o feijão (67%), entre outros produtos lácteos, hortigranjeiros, frutas e legumes. Estes alimentos integram uma boa parte do cardápio da alimentação escolar.

As vantagens em articular as compras de alimentos do PNAE com os produtos oriundos da agricultura familiar são inúmeras, para a promoção do desenvolvimento rural e para as escolas. Podem-se destacar algumas, como: a transferência de renda diretamente aos produtores do entorno, a aproximação entre os produtores e as escolas adquirentes, podendo pactuar cardápios, regularidade e sazonalidade, tipos e padrões de qualidade dos alimentos, sendo concreta a possibilidade de vitalização de circuitos locais de produção, propiciando o aquecimento da economia local e regional. No tocante à produção agrícola, esta articulação poderá gerar a diversificação da pauta dos produtos e o aumento da produção de alimentos para o consumo humano, e ainda, ao se basear nos modos de produção sustentáveis, preservará os recursos naturais.

Esforços no sentido de promover a sinergia entre o PNAE e a agricultura familiar foram feitos no processo participativo que resultou no projeto de lei que trata de aperfeiçoar e ampliar o programa. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) teve uma participação ativa no processo de elaboração desse projeto de lei, em diálogo com o FBSAN e outros setores da sociedade e do governo. Em fins de 2008, a Câmara dos Deputados aprovou, de forma unânime, esse Projeto de Lei (PL 2877/2008) que amplia o programa para o ensino médio e define que 30% do volume de recursos do programa sejam destinados à compra de alimentos da agricultura familiar local, e que a aquisição, elaboração e distribuição da alimentação escolar devem ser feitas por um ente público. A expansão do programa para o ensino médio e de jovens e adultos irá inserir mais 12 milhões de alunos.

A introdução de novos atores ao programa, no caso os agricultores familiares, foi o grande avanço do processo participativo que resultou no texto do PL 2877/2008, e que deverá gerar resultados positivos tanto para os escolares quanto para os agricultores familiares. Os primeiros, porque terão acesso a uma alimentação escolar com mais qualidade, com os alimentos produzidos localmente pelos agricultores familiares, e estes, por sua vez, porque terão os seus produtos valorizados com compra garantida pelo mercado institucional do programa, com isso fortalecendo a economia e a cultura alimentar local.

Monopolizar o mercado

Mas ao ser encaminhado para a apreciação do Senado, segmentos do setor privado das indústrias de alimentos e da bancada ruralista manifestaram posição contrária ao projeto, com o objetivo de tentar, mais uma vez, monopolizar o mercado institucional da alimentação escolar. Essa posição está expressa no parecer do Relator do PL pela Comissão de Constituição e Justiça, Senador Francisco Dornelles (PP-RJ), que propõe a supressão do parágrafo 8º do art. 4º e do artigo 13º, que tratam respectivamente da vedação à terceirização e da compra da agricultura familiar. São forças declaradamente contrárias à educação pública de qualidade e ao fortalecimento dos agricultores e agricultoras familiares.

Face às dificuldades para a aprovação do PL e visando a garantir a expansão do PNAE para o ensino médio ainda no corrente ano, o governo federal encaminhou ao Congresso Nacional uma Medida Provisória (MP 455/2009) em janeiro de 2009. Foram introduzidas alterações importantes no texto da MP que constituem retrocesso em comparação com o texto original do PL 2877/2008. Foi excluído o parágrafo 8º do Art. 4º, que assegurava que “*A aquisição, o preparo e a distribuição da alimentação escolar deverão ser realizados por ente público*” e impedia a terceirização, e ainda introduziu critérios que dificultam o acesso dos agricultores familiares ao mercado institucional do PNAE. Diante disso, o FBSAN apoiou a apresentação de algumas emendas feitas à Medida Provisória que resgatavam esses dois pontos.

Em seu parecer, o relator da Medida Provisória, deputado Carlos Abicalil (PT/MT), incorporou parte da emenda que inseria no artº 14 a proposta de compra “diretamente” da

³ Nota Técnica do Ministério do Desenvolvimento Agrário sobre a capacidade da agricultura familiar brasileira em fornecer alimentos para a alimentação escolar de 17 de dezembro de 2008.

agricultura familiar e retirou a condicionalidade referente à logística, por envolver questões como a condição das estradas, entre outras, que são atribuições do Estado e não dos agricultores. Infelizmente, no que se refere à terceirização, a emenda não foi acolhida pela relatoria, sob a argumentação de que este artigo feriria a autonomia dos entes federados.

O texto do relator foi apreciado e aprovado pela plenária da Câmara e seguiu para o Senado, onde foi aprovado sem alterações. No dia 16 de junho de 2009, o presidente Lula sancionou a Lei de nº 11.947, que dispõe sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar, o Programa Dinheiro Direto na escola e o transporte escolar. Embora o texto aprovado apresente alguns retrocessos quando comparado ao Projeto de Lei original, a Lei da Alimentação Escolar é uma grande conquista da sociedade.

Há uma grande mobilização das organizações, redes, movimentos sociais e do CONSEA para que essa política pública garanta de fato a soberania e a segurança alimentar e nutricional, e que promova o direito humano à alimentação dos escolares. E como tal, deve ser um programa desenvolvido pelos órgãos públicos para o cumprimento de uma finalidade social: alimentar os escolares durante sua permanência na escola e promover o desenvolvimento local com as aquisições de alimentos produzidos pela agricultura familiar, na mesma região de abrangência das escolas.

Face ao exposto, apresenta-se a seguir algumas razões pelas quais o coletivo do FBSAN se coloca frontalmente contrário à terceirização da alimentação escolar, isto é, delegar para empresas terceiras, externas ao projeto pedagógico da escola, a função pública de implementar o Programa Nacional da Alimentação Escola (PNAE).

1º - Alimentação escolar é parte integrante do projeto pedagógico:

Educar é uma tarefa coletiva e complexa, que envolve toda a sociedade. O FBSAN entende que a alimentação escolar é uma atividade integrante do processo ensino-aprendizagem e que, como qualquer outra atividade pedagógica, deve ser valorizada no contexto da escola. Ensinar, na teoria e na prática, o que é uma alimentação saudável e adequada é tão importante quanto ensinar todas as outras disciplinas. Assim, não se delega a terceiros a missão educacional do PNAE. A educação alimentar e nutricional toma uma nova dimensão neste contexto, em que a hora da refeição

escolar passa a ser um momento pedagógico precioso para o desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis, da sociabilidade e de tantos outros conhecimentos que transversalmente estão ligados na Ciência da Nutrição, como: Ciências Naturais, Matemática, Português, Ecologia etc.

2º - Alimentação escolar é um direito dos escolares e uma obrigação do Estado:

A alimentação escolar é um direito constitucional, e como tal deve ser garantido pelo poder público, concebida no entendimento de que alimentar-se é um ato inerente à realização da vida e que o aluno é um sujeito portador de direitos, no contexto da educação pública. Prover adequadamente a alimentação escolar é medida essencial para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem; mais que isso, é parte integrante dele, uma vez que promove a saúde e as condições para que este processo se desenvolva. Além de tudo isso, a educação proporcionada pelo preparo dos alimentos na escola e a relação lúdica que os alunos desenvolvem no processo de aprendizagem sobre alimentação e alimentos é a garantia de que teremos adultos com hábitos alimentares saudáveis, economizando, com isso, ao orçamento público, bilhões de reais nos gastos com a saúde coletiva.

3º - A terceirização piora a qualidade da alimentação escolar:

O PNAE, como qualquer política pública para ser efetiva, precisa de investimentos mínimos para ser implementado. Faz parte do processo de oferecer uma alimentação saudável e adequada implantar e manter cozinhas coletivas nas escolas em bom funcionamento. Necessita ainda de logísticas apropriadas para as aquisições, preparo e distribuição dos alimentos. É dever do poder público se organizar para isso. Os que defendem a terceirização da alimentação escolar argumentam que as empresas privadas podem realizar esta tarefa com mais qualidade a um custo menor. Entretanto, resultados de auditorias do Tribunal de Contas da União⁴ demonstram que a terceirização da alimentação escolar piora a qualidade do programa e gera danos aos escolares e custos aos cofres públicos, pois foram constatados inúmeros problemas: o fornecimento de alimentos de má qualidade, utilização inadequada de utensílios, problemas na higienização dos refeitórios, desperdício de insumos, rejeição pelas crianças,

⁴ Acórdão 158/2003 Plenário, 006.440/2002-1 Relatório de Auditoria Integrada. Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE

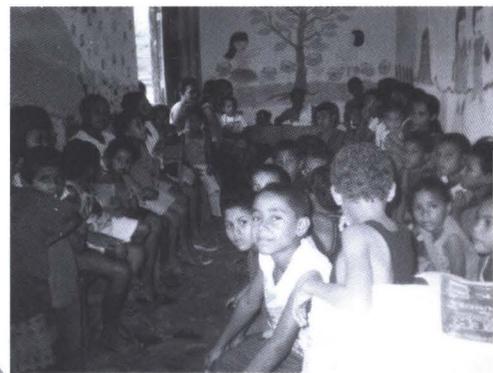
utilização de alimentos com a validade vencida, descumprimento das regras de distribuição, armazenamento e higiene, material de limpeza insuficiente, utilização de insumos artificiais ao invés dos naturais previstos no cardápio, má preparação da merenda, equipamentos insuficientes, desvio de merenda, entre outros.

4º - A terceirização concentra a renda apenas para os donos das empresas:

Não se pode perder de vista que a prática da terceirização nas empresas privadas visa, sobretudo, a aumentar os lucros com a redução dos custos operacionais, e a precarização do trabalho com a redução dos salários e dos direitos dos trabalhadores. Os gastos com a operacionalização do programa e a contratação de gestores e merendeiras devem ser vistos como investimento social, geração de emprego e renda local. A alimentação escolar não deve ser vista como mercadoria, ou como nicho de mercado para algumas poucas empresas. Inserir a lógica do lucro numa atividade pública como a alimentação escolar é dar início ao processo de privatização da educação pública no país. Além disso, existem denúncias graves de corrupção e desvios de recursos do programa, como já é de amplo conhecimento público, nos casos de Londrina-PR, São Paulo-SP e do Estado do Espírito Santo. As principais violações identificadas são recorrentes: baixa qualidade dos serviços como um todo, o uso excessivo de alimentos

industrializados de baixo custo – ricos em açúcares e gorduras –, fraudes nas licitações, aumentos consideráveis do custo *per capita* da refeição, transporte inadequado das refeições, descaso com a opinião dos alunos, exploração e precarização do trabalho das merendeiras e desestruturação da economia local, sobretudo da produção de alimentos, principalmente em pequenos municípios. Tudo isso feito para aumentar os lucros das empresas e concentrar a verba do PNAE nas mãos de alguns poucos empresários da alimentação coletiva.

O FBSAN reafirma que alimentação escolar é um direito constitucional dos escolares e uma obrigação do poder público. Delegar esta obrigação para empresas de terceirização de refeições coletivas, que pouco ou nada têm a ver com o processo de ensino e aprendizagem dos escolares, revela a falta de compromisso do Estado com uma educação pública de qualidade e com a promoção da segurança alimentar e nutricional. A alimentação dos escolares não pode ser encarada como mercadoria negociável com o setor privado. Defendemos que os recursos públicos do PNAE sejam, efetivamente, utilizados para sua finalidade original de promover a alimentação adequada e saudável dos escolares, e que sejam direcionados para o fortalecimento do papel estratégico da agricultura familiar, no contexto da soberania e segurança alimentar e nutricional do país.





Feira livre no Rio de Janeiro

Políticas de abastecimento alimentar: componente estratégico da soberania e segurança alimentar e nutricional

Renato S. Maluf *

* Professor do CPDA/UFRRJ, onde coordena o Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional e integra a equipe do Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura. Presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA. Integrante do corpo de associados da FASE.

O abastecimento alimentar é um tema cuja abordagem coloca, de saída, a necessidade de esclarecer o significado e abrangência que lhe são atribuídos. Embora pareçam óbvias, variam bastante as compreensões a respeito do abastecimento e, conseqüentemente, o conjunto de atividades que lhe seriam próprias. Isto se deve, por um lado, à dificuldade natural de delimitar as fronteiras de uma problemática que se define, justamente, na interseção entre esferas distintas das atividades econômicas e da vida social, no caso, a disponibilidade de alimentos, sua aquisição e consumo. Por outro lado, o abastecimento constitui um campo por excelência de manifestação de diferentes visões sobre a natureza das atividades econômicas e sua regulação pública por parte do estado.

Há uma antiga e bem estabelecida concepção sobre abastecimento alimentar que o circunscreve à disponibilidade de bens em termos de suficiência, regularidade e preço; é comum considerar essa dimensão do abastecimento como expressando a segurança alimentar (*food security*). Ainda mais restrita é a concepção que, partindo da anterior, tornou o abastecimento uma mera questão de comercialização agrícola e esteve na origem da junção da agricultura e do abastecimento em um único ministério ou secretaria nos governos. Posteriormente, o abastecimento passou a incorporar também o monitoramento sistemático da "segurança dos alimentos" (*food safety*), isto é, a sanidade ou inocuidade

do seu consumo pelos seres humanos. Vai além dos objetivos desse artigo apontar os limites e os mitos derivados dessas abordagens (V. Maluf, 1992 e 1994)¹.

O enfoque adequado para o objeto desse artigo vem sendo desenvolvido no âmbito do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). Nele, a problemática do abastecimento alimentar se define na interseção entre o acesso aos alimentos, o padrão alimentar e os modos de produção e distribuição desses bens, localização que confere papel estratégico às ações e políticas públicas que nela incidam. Iniciativas no campo do abastecimento podem contribuir para ampliar o acesso a alimentos de qualidade respeitando a diversidade de hábitos alimentares, assim como elas podem valorizar os modos de produção e distribuição dos alimentos socialmente eqüitativos e ambientalmente sustentáveis, com ênfase na agricultura familiar e nos pequenos empreendimentos urbanos.

Ou então, em sentido inverso, o abastecimento que se realiza inteiramente ao sabor dos mecanismos de

¹ Maluf, R.S. Um "Mal Necessário"? **Comercialização agrícola e desenvolvimento capitalista no Brasil**. Rio de Janeiro, IPEA/PNPE, 1992 (Cadernos de Economia, 12); Maluf, R.S. Panorama e mitos do abastecimento alimentar. In **Revista Universidade Rural**. Itaguaí (RJ), 16(1/2):25-33, 1994.

mercado, como se tornou quase regra após a liberalização e desregulamentação das nossas economias, deixa sob regulação privada os principais determinantes do modo como produzimos e comemos os alimentos. Empresas industriais e comerciais de médio e grande portes, especialmente corporações multinacionais, apoiadas em poderosos instrumentos de publicidade, usufruem de enorme e quase incontestável poder de determinar os padrões de produção e os hábitos alimentares.

Em linhas gerais, este foi o caminho seguido pelo Brasil quando o país abriu mão de uma política nacional de abastecimento digna deste nome desde a segunda metade dos anos 1980 e, de forma decidida, ao longo dos anos 1990. Comprovam essa afirmação o modo como se fez a liberalização comercial, bem como o desmonte ou abandono de instrumentos de regulação pública nas esferas do atacado e do varejo, bem como da produção agrícola, com a exceção de não muitas administrações municipais que preservaram programas na esfera do varejo. O abandono da perspectiva de regular o abastecimento alimentar nos aspectos da produção doméstica, comércio e preços constitui indício da abdicação de soberania que caracterizou aquele período em áreas-chaves das políticas públicas.

A crítica ao abandono da regulação econômica não pressupõe o endosso das políticas que vinham sendo adotadas até então sob os governos militares. Igualmente importante, a retomada atual do debate sobre abastecimento se faz num contexto distinto, sobretudo pela emergência e valorização de duas referências ausentes no Brasil até recentemente, que são o direito humano à alimentação adequada e saudável e à soberania alimentar. Uma concepção de direito e soberania introduz premissas e objetivos no tocante à produção, acesso e consumo de alimentos que se sobrepõem aos determinantes ditos econômicos ou de mercado que os neoliberalismos pretendem impor como critério absoluto. Todos os indivíduos têm direito de acessar uma alimentação saudável adequada a suas circunstâncias socioambientais e culturais, não importa a condição econômica em que se encontre. Pobreza ou desemprego não são motivos suficientes para comprometer esse direito. Indivíduos, grupos sociais, países ou nações que deixam de exercer o direito de escolha e decisão soberanas sobre sua própria alimentação abrem mão de um dos principais determinantes de sua qualidade de vida, identidade cultural e relação com a natureza. A superioridade atribuída aos mecanismos de concorrência privada e à auto-regulação, em âmbito nacional e internacional, não é apenas enganosa acerca dos

benefícios que gera como tem demonstrado, à saciedade, os danos que causa à saúde humana e à qualidade de vida em geral, nela incluída a relação com a natureza.

O debate sobre políticas de abastecimento se insere no movimento de recuperação do papel do Estado que estamos assistindo no Brasil e em muitas partes do mundo, agora com fôlego redobrado no contexto das crises alimentar e econômica. Quando acompanhado das referências da soberania e segurança alimentar e nutricional e do direito à alimentação, o movimento de recuperação do papel do Estado se depara com heranças da experiência anterior no Brasil, na qual os órgãos responsáveis pelo abastecimento foram a principal “porta de entrada” do enfoque da segurança alimentar na administração pública. Isto até que os programas do governo Lula, reunidos no Fome Zero, levaram a que essa entrada passasse a se dar pela área de desenvolvimento social; desconsidero, aqui, o anterior uso da noção de segurança alimentar e nutricional pela área da saúde para se referir à condição nutricional dos indivíduos.

A “porta de entrada” de um tema reflete os rumos assumidos pela política pública na área em questão, repercutindo no modo como a noção é apropriada pelos governos. Do mesmo modo, as possibilidades de êxito na construção de ações ou programas intersetoriais, como requerido pelo enfoque da SAN, são igualmente afetadas pelo perfil técnico e capacidade institucional do setor que serve de introdutor do tema no interior da administração pública. Reside aí uma das dificuldades que têm se colocado para a materialização de uma política nacional de abastecimento com o enfoque sugerido, a saber, definir um marco institucional que avance em relação à experiência anterior de ser uma área subordinada à agricultura, e que favoreça a intersetorialidade horizontal acompanhada da integração vertical indispensável numa federação como a brasileira.

As observações anteriores significam que a política de abastecimento é nacional no que se refere aos princípios e diretrizes que a orientam e a alguns dos seus instrumentos, porém, sua implementação é, majoritariamente, descentralizada em graus variados conforme seja o componente. Vejamos alguns exemplos que, ao mesmo tempo, oferecem uma idéia do conteúdo dessa política. A política comercial (exportações e importações) é, naturalmente, nacional e decisiva para a conformação que se queira dar ao abastecimento. Quanto maior o grau de liberalização comercial (tarifária) e conforme o manejo da política cambial, menor o papel atribuído à produção doméstica em face das importações

e maior o grau de exposição dos preços internos ao mercado internacional, entre outros efeitos.

É também nacional o estabelecimento dos parâmetros que regem ações e programas voltados para a esfera do atacado e da promoção da produção agrícola, mesmo que muitos sejam de implementação descentralizada, com destaque para: a) a formação e manejo de estoques públicos, embora eles possam ser regionalizados; b) a garantia de preços aos agricultores via PGPM Política de Garantia de Preços Mínimos – e PGPAF – Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar; c) o crédito para a agricultura familiar por meio do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – que, no entanto, caminha para a implementação municipal; d) a aquisição de alimentos da agricultura familiar para abastecer programas alimentares por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e as dinâmicas essencialmente locais que impulsiona; e) a inspeção e vigilância sanitária dos bens, em larga medida descentralizada.

Os entrepostos ou centrais de abastecimento (as antigas CEASA's) há tempos deixaram de ter atuação integrada em âmbito nacional em razão da sua privatização ou transferência para estados ou municípios, ainda que possam se estabelecer elos entre as centrais. Mesclando a atuação no atacado com o varejo, alguns estados se dedicam a promover o escoamento de safras agrícolas através de iniciativas tópicas ou descontínuas que favorecem o acesso pelos consumidores de produtos comercializados por agricultores e suas organizações (pontos de venda episódicos, campanhas de produtos de época etc.).

Quando se trata do varejo, são os municípios e alguns estados que vêm para o primeiro plano em termos de ações, programas e gestão de equipamentos públicos. Refiro-me aos equipamentos com preços controlados ou subvencionados (sacolões, varejões etc.), aos mercados municipais e às feiras-livres. Se quisermos ultrapassar os limites dos enfoques convencionais do abastecimento de modo a englobar o acesso à alimentação, e não apenas aos alimentos, haveria que incluir o fornecimento de refeições na forma de restaurantes populares e análogos, implicando inserir os serviços de alimentação na esfera do abastecimento alimentar.

Faz sentido dizer que a compra final dos produtos no varejo ou seu consumo domiciliar e não domiciliar se realizam ou se manifestam localmente, característica que coloca desafios específicos aos gestores das esferas de governo municipal e, mesmo, estadual. Muitos e

interessantes programas de abastecimento ainda são encontráveis em administrações municipais pelo país. Não obstante, para ficar em um exemplo, temos a presença avassaladora das redes de supermercado em quase todos os itens dos gastos das famílias com alimentação, em relação às quais os gestores locais do abastecimento parecem não ter ou não saber como se implicar. As ações municipais têm enorme relevância, inclusive no fortalecimento dos circuitos regionais mencionados adiante, no entanto, para fazer frente à regulação privada por parte de alguns poucos grandes agentes da produção, distribuição e propaganda, há que extrapolar o restrito âmbito local.

Assim, embora tenham sido mencionados diversos programas e iniciativas com existência real em várias esferas e campos de atuação, elas não chegam a configurar uma política de abastecimento com o enfoque da soberania e segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação. Para além de argumentos burocráticos sobre a falta de coordenação administrativa ou eficiência na ação pública, as ausências que levam ao diagnóstico precedente dizem respeito à legitimação da atuação regulatória do Estado sobre a produção e distribuição dos alimentos, à valorização da produção doméstica socialmente equitativa e ambientalmente sustentável e à educação alimentar e nutricional com controle da propaganda de alimentos. Questões que, como dito no início, exigem uma inflexão na visão ainda hegemônica sobre a natureza das atividades econômicas e sua regulação pública por parte do Estado, um enfoque de abastecimento que se define no plano geral, ainda que muito contribuam para ele as experiências e iniciativas locais.

Há outra importante dimensão envolvida a propósito das escalas em que se analisa e atua sobre o abastecimento alimentar. A construção de um sistema alimentar mundial, em curso desde os anos 1950-60, baseou-se em cadeias integradas nas quais se destaca a presença de um reduzido número de grandes corporações multinacionais atuando em vários segmentos das cadeias (comercialização agrícola, insumos, processamento industrial e distribuição comercial), associadas aos interesses de um número também reduzido de grandes exportadores de produtos agrícolas oriundos do chamado agronegócio propulsores do pacote tecnológico, da chamada revolução verde.

A organização da produção mundial, os fluxos comerciais e os termos dos acordos internacionais têm sido ditados, de um lado, pelas políticas adotadas pela União Européia e Estados Unidos; de outro lado, eles refletem o enorme

poder do setor privado que se faz sentir na atuação dessas corporações. Não é à toa que se insiste na ilusão e no engodo do livre comércio internacional e da abertura comercial indiscriminada. Os impactos da recente crise dos alimentos sobre o abastecimento dos países que seguiram esse caminho foi esclarecedor.

Fez parte do movimento acima mencionado o maior distanciamento, no espaço e no tempo, entre a produção e consumo de alimentos, os quais devem percorrer grandes distâncias ou permanecer longos períodos em exposição nas prateleiras dos supermercados. É fácil imaginar as conseqüências desse sistema em termos do dispêndio de energia, da padronização de métodos de cultivo e hábitos de consumo e de perda de biodiversidade. No entanto, embora hegemônico, esse movimento não é incontestável. Mais do que isso, a construção de dinâmicas em direção contrária constitui um dos modos de promover desenvolvimento econômico mais eqüitativo e sustentável com base nas atividades agroalimentares, conforme veremos a seguir.

Em sentido inverso atuaria uma política de abastecimento que buscasse fortalecer os circuitos regionais de produção, distribuição e consumo de alimentos que tendem a se formar no entorno de pequenas e médias cidades, mas são também identificáveis nas grandes cidades. Neles, a proximidade física dos agricultores familiares e suas organizações deve dar origem, através da ação pública, a relações sinérgicas com agentes econômicos de pequeno e médio porte (na agroindústria e no comércio) e com gestores de programas que demandam alimentos, como o da alimentação escolar. Dessas relações, devem resultar

produtos frescos ou com menor grau de transformação, menores gastos com transporte, e valorização da diversidade de hábitos.

Importa ressaltar que os circuitos não são, necessariamente, incompatíveis com as cadeias integradas nacional e internacionalmente. Agentes comerciais e industriais podem participar em ambas, assim como os próprios agricultores familiares. Esses últimos, como se sabe, praticam um tipo de agricultura diversificada que combina produtos típicos de cadeias integradas (soja, pecuária leiteira ou criação de aves e suínos) e de circuitos regionais (derivados lácteos, embutidos, frutas, compotas e doces). A questão é para que tipo de estratégia dirigir as energias e os recursos públicos, se seguir apoiando a conformação das cadeias integradas ou qualificando os circuitos regionais, eles também necessitando incorporar as perspectivas orientadoras do abastecimento alimentar aqui apontadas.

Para finalizar, o abastecimento alimentar surge como um instrumento para enfrentar o desafio de concretizar a noção de soberania alimentar para o conjunto da população, e não apenas para os segmentos rurais que têm sido, até o momento, seus principais porta-vozes. A valorização da agricultura de base familiar e dos modelos de produção agroecológicos junto aos vários setores da população urbana, sobretudo as camadas populares, ajuda nessa direção. Mas é preciso ir além e ingressar, mais fundo, nos temas dos hábitos de consumo e da educação, bem como envolver as atividades urbanas ligadas aos alimentos e à alimentação.



Alimentação: direito de todos



Mobilizar movimentos sociais, governos, personalidades públicas e artistas e cada um dos indivíduos para a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC nº 047/2003), que inclui a alimentação entre os direitos sociais estabelecidos no Artigo 6º da Constituição. Esse é o objetivo da campanha Alimentação: direito de todos, organizada pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), com apoio de entidades públicas e da sociedade civil.

A mobilização prevê realização de várias ações e eventos em todo o país sobre o direito humano à alimentação adequada e saudável. A PEC já foi aprovada no Senado Federal e falta a Câmara dos Deputados aprovar também. A proposta é de autoria senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

Apesar de o Brasil já ter ratificado diferentes tratados internacionais, o Consea avalia como prioritária a inclusão explícita do direito à alimentação no conjunto de direitos fundamentais garantidos pela Constituição. Isto irá fortalecer todo o processo de institucionalização do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e o conjunto de políticas públicas em andamento.

Você e sua instituição poderão organizar atividades para divulgação da campanha e mobilizar mais participantes. O apoio público à PEC poderá ser manifestado imediatamente através da assinatura de um abaixo-assinado que será entregue aos parlamentares num ato público em setembro.

Acesse a página da campanha no site do Consea e participe!

<http://www4.planalto.gov.br/consea/pec-alimentacao>

act:onaid

Home | ActionAid no mundo | Fale Conosco

act:onaid

Search

Apresentação

Nossa atuação

Sua participação

Informação

Apadrinhamento ActionAid

Responsabilidade Social Empresarial

padrinhe agora!



Quem somos
Somos uma parceria única de pessoas e organizações há 35 anos trabalhando para um mundo sem pobreza.



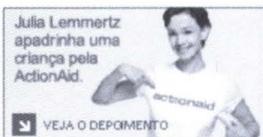
Nossa atuação
Igualdade das mulheres e os direitos à alimentação, educação e participação democrática.



Apadrinhe uma criança
e mude uma vida agora!
[Clique aqui](#)



actionaidspace



CAMINHOS CONVERGENTES

Estado e Sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil

Organização: Marilene de Paula e Rosana Heringer

[clique aqui para comprar o livro](#)

Campanhas

Campanha Nacional pelo Direito à Educação
Veja as reivindicações para o governo brasileiro **Leia mais ...**

Alimentação Direito de todos
Dez ações para acabar com a fome no mundo **Leia mais ...**

Outras notícias

Lei Maria da Penha ameaçada
Mulheres fazem abaixo-assinado em defesa da lei **Leia mais ...**

Ações afirmativas
Ouça a entrevista com Rosana Heringer sobre o combate ao racismo no Brasil **Leia mais ...**

www.actionaid.org.br

APOIO FINANCEIRO

INTERNACIONAL

ActionaidBrasil

<http://www.actionaid.org.br/>

BFDW - Brot fuer die welt -

<http://www.brot-fuer-die-welt.de/>

CCFD - Comité Catholique contre le Faim et pour le Développement

<http://www.ccfid.asso.fr/>

Christian Aid

<http://www.christianaid.org.uk/>

Cirque du Soleil

<http://www.cirquedusoleil.com/>

Comunidade Européia

http://europa.eu/index_pt.htm

Development & Paix

<http://www.devp.org/>

EED - Der Evangelische Entwicklungsdienst;

<http://www.eed.de/>

HBS - Heinrich Boll Stiftung

<http://www.boell.de/>

Fastenopfer - Ação Quaresmal Suíça

<http://www.fastenopfer.ch/sites/home/index.html?lang2=po>

Fundação Ford

<http://www.fordfound.org/>

Heifer Foundation

<http://www.heiferfoundation.org/>

ICCO - Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento;

<http://www.icco.nl/delivery/main/nl/>

Intermón/Oxfam

<http://www.intermonoxfam.org>

Misereor / KZE

<http://www.misereor.de/>

MLAL - ProgettoMondo

<http://www.mlal.org/home.php>

NCA - Norwegian Church AID

<http://www.kirkensnodhjelp.no/en/>

Oxfam/GB

<http://www.oxfam.org.uk/>

Oxfam Internacional

<http://www.oxfam.org/>

Oxfam-Novib

<http://www.oxfamnovib.nl/>

RLS - Rosa Luxemburg Stiftung

<http://www.rls.org.br/>

UNOPS

<http://www.unops.org>

UNIFEM

<http://www.unifem.org.br/>

NACIONAL

CESE

<http://www.cese.org.br/>

Companhia Nacional de Abastecimento / PNUD

<http://www.conab.gov.br/conabweb/>

<http://www.pnud.org.br/home/>

Consócio Rios da Baixada

Fundação José Bonifácio/ UFRJ

<http://www.fujb.ufrj.br/>

Governo do Estado da Bahia /SEAGRI

www.seagri.ba.gov.br

Governo do Estado do Pará / SAGRI

<http://www.sagri.pa.gov.br/>

Governo do Estado do Pará / IDEFLOR

<http://www.ideflor.pa.gov.br>

ISPN - Instituto Sociedade, População e Natureza

<http://www.ispn.org.br/>

Ministério do Desenvolvimento Agrário Secretaria da Agricultura Familiar

<http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/>

Ministério do Desenvolvimento Agrário - PPIGRE

<http://www.mda.gov.br/aegre/>

Ministério do Meio Ambiente/ PDA

www.mma.gov.br/ppg7/pda

Natura

<http://scf.natura.net/NaturaESociedade/>

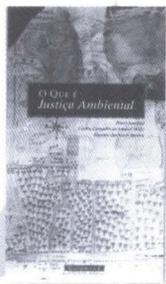
SEPPIR - Secretaria Especial de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia

http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/seppir/



O Plano IIRSA
Na visão da sociedade civil pan-amazônica

Alfredo Wagner Berno de Almeida e Guilherme Carvalho
 FASE/Observatório Comova-UFPA
 ActionAid, Fundação Heinrich Böll
 Belém, 2009



O que é Justiça Ambiental

Henri Acelrad, Cecília Campello do Amaral Mello e
 Gustavo das Neves Bezerra
 Garamond Universitária, FASE, IPPUR-UFRJ
 Fundação Heinrich Böll, Fundação Ford
 Rio de Janeiro, 2009



**Tecnologia Social, Autogestão
 e Economia Solidária**

Ana Paula de Moura Varanda e Pedro Cláudio Cunha Bocayuva
 FASE, IPPUR-UFRJ
 FINEP, Caixa Econômica Federal e
 Ministério da Ciência e Tecnologia
 Rio de Janeiro, 2009



Lenha Nova para a Velha Fornalha
A febre dos agrocombustíveis

Sergio Schlesinger
 FASE
 FDCL, Transnational Institute, Fundação Heinrich Böll
 Rio de Janeiro, 2008



**A Agricultura Familiar da Soja na Região Sul
 e o Monocultivo no Maranhão**
Duas faces do cultivo de soja no Brasil

Sergio Schlesinger, Sidemar Presotto Nunes,
 Marcelo Sampaio Carneiro
 FASE
 ActionAid, CCFD, Misereor, Pão para o Mundo
 Rio de Janeiro, 2008

Livros disponíveis no site da Fase: www.fase.org.br/loja

**FASE NACIONAL**

Rua das Palmeiras, 90, Botafogo
22270-070, Rio de Janeiro - RJ
Tel:(021) 2536-7350
Fax:(021) 2536-7379

FASE-AMAZÔNIA

Rua Bernal do Couto, 1329, Umarizal
66055-080, Belém - PA
Tel: (091) 4005-3773
Fax: (091) 4005-3750

FASE-RIO

Rua das Palmeiras, 90, Botafogo
22270-070, Rio de Janeiro - RJ
Tel:(021) 2536-7350
Fax:(021) 2536-7379

FASE-MATO GROSSO

Rua 06 Qd.03, casa 18, Monte Verde
78200-000 Cáceres - MT
Caixa Postal 10
Tel: (065) 3223 4615
Fax: (065) 3223 7130

FASE-ESPÍRITO SANTO

Rua Graciano Neves, 377/2º pav.
29015-330, Vitória-ES
Tel: (027) 3322-6330
Fax: (027) 3223-7436

FASE-BAHIA

Rua General Labatut, n. 67
Edifício Sento Sé - térreo - Loja 1
Barris - Salvador - Bahia 40070-100
Tel: (071) 3328-1083

FASE-PERNAMBUCO

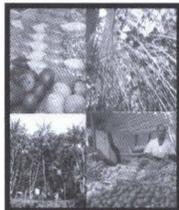
Rua Viscondessa do
Livramento, 168 Derbi
52010-060, Recife-PE
Tel/Fax: (081) 3221-5478

PROPOSTA

Proposta nº 119 - 2009

Revista Trimestral de Debate da Fase

ISSN 1982-8950

**Conselho Editorial**

Ana Clara Torres Ribeiro
Grazia de Grazia
Jean-Pierre Leroy
Jorge Eduardo Saavedra Durão
Leandro Valarelli
Luís César de Queiroz Ribeiro
Márcia Leite
Maria Emília Lisboa Pacheco
Orlando Alves dos Santos Junior
Pedro Cláudio Cunca Bocayuva
Ricardo Salles
Rosemary Gomes
Sandra Mayrink Veiga
Regina Leite Garcia

Editora

Gloria Regina Amaral

Jornalista responsável

Fausto Oliveira

Organização do Nº 119

Programa Nacional Direito à
Segurança Alimentar, Agroecologia
e Economia Solidária

Revisão e Copydesk

Fausto Oliveira
Gloria Regina Amaral

Projeto Gráfico/Diagramação

Casa-da-Comunicação

Fotos / Capa

Acervo FASE e parceiros

Informações e Vendas

Tel. (021) 2536 7350

Fax: (021) 2536 7379

E-mail: comunicacao@fase.org.br

www.fase.org.br

Todas as opiniões emitidas nos
artigos assinados são de inteira
responsabilidade de seus autores.

apoio

act:ionaidwww.actionaid.org.br

Assine

PROPOSTA

Revista Trimestral de Debate da Fase

Onde Adquirir:

Na loja virtual do site
www.fase.org.br
ou Rua das Palmeiras, 90
Botafogo - Rio de Janeiro
CEP 22270-070
Tel: (021) 2536-7350
Fax: (021) 2536-7379



Publicada há mais de 30 anos, Proposta é um instrumento político de reflexão sobre as realidades do Brasil e do mundo. A Fase luta pela redução das desigualdades, ampliação de direitos e pelo aprofundamento da democracia. Proposta quer intervir neste debate oferecendo uma visão alternativa em seus artigos e entrevistas.

Últimos números

- Proposta 115 - Juventude: a arte de poder (2008)
- Proposta 116 - Habitação: uma questão política (2008)
- Proposta 117 - Constituição: vale o que está escrito (2008)
- Proposta 118 - Quando elas se encontram (2009)

Acesse o site da FASE

No site da **Fase** você encontra notícias, documentos e diversas outras informações sobre esta ONG que desde 1961 trabalha por novas realidades no Brasil. Conheça o trabalho da Fase em seis estados do país e nossa participação em várias redes e fóruns de luta por direitos, democracia e sustentabilidade.



www.fase.org.br

PROPOSTA

Revista de Debate da Fase

Em Proposta, você vai encontrar artigos que trazem diferentes perspectivas, a análise mais apurada sobre a realidade brasileira e o retrato extraído diretamente da experiência dos movimentos populares. Você vai ler e refletir em profundidade sobre um Brasil que discute, luta, se organiza e encontra soluções alternativas, em inúmeras experiências em diferentes regiões e cidades do país, para a construção de uma sociedade justa democrática e sustentável.

Assine Proposta

Valor da Assinatura Anual

R\$ 38,00 (trinta e oito reais).

Como fazer sua assinatura de Proposta

Depósito bancário à FASE
no banco Bradesco, conta 95475-6,
agência 0227-5 Botafogo.

Envie o comprovante de depósito
com seu nome e endereço para
o fax (021) 2536-7379.

Através do site www.fase.org.br
Cheque nominal à FASE
no valor de R\$ 38,00.

Envie juntamente com seus dados,
para o endereço:

Rua das Palmeiras, 90
Cep - 22270-070, Botafogo, RJ

Para maiores informações:

(021) 2536-7350 ou comunicacao@fase.org.br

